

Universidade Estadual do Maranhão – UEMA
Centro de Educação, Ciências Exatas e Naturais – CECEN
Pré-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação – PPG
Programa de Pós-Graduação em Geografia, Natureza e Dinâmica do Espaço – PPGeo

Fernanda Antonia Carvalho Silva

A Inventariação da Oferta turística como
ferramenta para criação de Políticas Públicas de
Turismo do destino turístico Guimarães –
Maranhão

São Luís – MA
2024



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DO
MARANHÃO



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO
CENTRO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIAS EXATAS E NATURAIS
PRÓ - REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA, NATUREZA E DINÂMICA
DO ESPAÇO

FERNANDA ANTONIA CARVALHO SILVA

**A INVENTARIAÇÃO DA OFERTA TURÍSTICA COMO FERRAMENTA PARA A
CRIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE TURISMO DO DESTINO TURÍSTICO
GUIMARÃES, MARANHÃO**

São Luís

2024

FERNANDA ANTONIA CARVALHO SILVA

**A INVENTARIAÇÃO DA OFERTA TURÍSTICA COMO FERRAMENTA PARA A
CRIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE TURISMO DO DESTINO TURÍSTICO
GUIMARÃES, MARANHÃO**

Dissertação de mestrado apresentada como requisito para obtenção do grau de mestre no Programa de Pós-Graduação em Geografia, Natureza e Dinâmica do Espaço (PPGEO) da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA).

Orientador: Prof. Dr. Saulo Ribeiro dos Santos.

São Luís
2024

Silva, Fernanda Antonia Carvalho.

A Inventariação da oferta turística como ferramenta para a criação de Políticas Públicas de Turismo no destino Guimarães, Maranhão. / Fernanda Antonia Carvalho Silva. – São Luís (MA), 2024.

113 p.

Dissertação (Mestrado em Geografia, Natureza e Dinâmica do Espaço) Universidade Estadual do Maranhão - UEMA, 2024.

Orientador: Prof. Dr. Saulo Ribeiro dos Santos.

1. Turismo. 2. Políticas Públicas. 3. Inventário da Oferta Turística. 4. Guimarães.
I. Título.

CDU: 338.48(812.1)

FERNANDA ANTONIA CARVALHO SILVA

**A INVENTARIAÇÃO DA OFERTA TURÍSTICA COMO FERRAMENTA PARA A
CRIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE TURISMO DO DESTINO TURÍSTICO
GUIMARÃES, MARANHÃO**

Dissertação de mestrado apresentada como requisito para obtenção do grau de mestre no Programa de Pós-Graduação em Geografia, Natureza e Dinâmica do Espaço (PPGEO) da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA).

Aprovada em: 30/ 09/ 2024

BANCA EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente
 SAULO RIBEIRO DOS SANTOS
Data: 19/02/2025 10:04:22-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Saulo Ribeiro dos Santos (Orientador)
Doutor em Gestão Urbana Universidade Estadual do Maranhão

Documento assinado digitalmente
 CONCEICAO DE MARIA BELFORT DE CARVALHO
Data: 18/02/2025 14:04:11-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Dra. Conceição de Maria Belfort de Carvalho
Doutora em Linguística e Língua Portuguesa
Universidade Federal do Maranhão

Documento assinado digitalmente
 JULIA KATIA BORGNETH PETRUS
Data: 18/02/2025 19:19:50-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Dra. Júlia Kátia Borgneth Petrus
Doutora em Geografia
Universidade Federal do Maranhão

Este trabalho é dedicado à comunidade vimarense¹ a quem tenho um carinho imenso e que direta ou indiretamente me ajudaram e ajudam na composição desse trabalho. A todos vocês que me recebem sempre com um sorriso no rosto e me encantam com sua hospitalidade, simplicidade e, principalmente, amor ao próximo.

¹ Gentílico de quem nasce em Guimarães, Maranhão.

AGRADECIMENTOS

Meus sinceros agradecimentos primeiramente a Deus, sem seu amor divino nada se completa;

À minha família pelo apoio incondicional;

Ao meu filho, João Gabriel pelo carinho, paciência, apoio moral e emocional;

Ao meu orientador Prof. Dr. Saulo Ribeiro dos Santos pelos ensinamentos e compreensão;

À FAPEMA pelo financiamento da minha pesquisa;

À Coordenação do Programa de Pós-graduação em Geografia, Natureza e Dinâmica do Espaço, na pessoa do Prof. Dr. Luís Carlos e da secretária Nana Alves;

Aos amigos e “orientadores” Ergson de Sousa Moraes, Josy Milena Sousa Santos e Vitória Gleyce Sousa Ferreira, amigos do mestrado, valeu pelas orientações e ajuda quando mais preciso, sem falar as vezes que vocês erguem minha cabeça.

Aos amigos Ravel Paixão, Agda Matias, Etacyjara Araújo;

À Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, na pessoa de seu gestor, Antônio Marcos Gomes e assessoras Júlia e Daniela pela ajuda nas informações;

À Laura Silva, da Assessoria de Comunicação da Prefeitura Municipal de Guimarães, pela força dada na busca por dados.

RESUMO

A cidade de Guimarães localizada no litoral oeste do Estado do Maranhão é conhecida devido a personalidades de relevância como Maria Firmina dos Reis, reconhecida como a autora do poema “Úrsula”, mas que desempenhou um importante papel no município como professora. Além de Maria Firmina dos Reis, há outros nomes que formam a identidade cultural do município. Paralelo a esses nomes, têm-se uma cidade acolhedora, rica em atrativos naturais e comunidades quilombolas que permitem a entrada de visitantes para a prática de atividade turística, o que torna Guimarães um destino turístico promissor. Por meio da atividade turística, o município tem capacidade de gerar receitas aos cofres públicos se trabalhada a infraestrutura, qualificação da mão de obra, promoção dos atrativos turísticos, ordenamento turístico, entre outros aspectos. Portanto, nesta pesquisa, objetiva-se compreender de que forma o inventário da oferta turística contribui para a geração de políticas públicas de um município e de que forma isso acontece, uma vez que esse documento detém informações sobre produtos e serviços ofertados no município, infraestrutura e atrativos. Os procedimentos metodológicos utilizados foram a pesquisa bibliográfica, que foi realizada do princípio ao fim da pesquisa, a pesquisa empírica realizada em visitas técnicas em períodos alternados, onde foi realizada a observação participante. A pesquisa encontrou lacunas importantes que responderam a muitos questionamentos em aberto nos objetivos específicos. Os resultados apontam que o inventário da oferta turística é um instrumento que pode ser usado para mapear as atratividades, identificar as potencialidades e até subsidiar decisões. Ou seja, se o inventário de Guimarães for atualizado, terá a capacidade de auxiliar gestores no desenvolvimento sustentável do destino, além de contribuir na formatação de políticas públicas de turismo, na promoção de novos atrativos, criando roteiros que atenda às tendências do mercado.

Palavras-chave: Turismo; Políticas Públicas; Inventário da Oferta Turística; Guimarães.

ABSTRACT

The city of Guimarães, located on the west coast of the State of Maranhão, is known due to important personalities such as Maria Firmina dos Reis, recognized as the author of the poem “Úrsula”, but who played an important role in the municipality as a teacher. In addition to Maria Firmina dos Reis, there are other names that form the cultural identity of the municipality. Parallel to these names, there is a welcoming city, rich in natural attractions and quilombola communities that allow visitors to enter to practice tourist activities, which makes Guimarães a promising tourist destination. Through tourist activity, the municipality has the capacity to generate revenue for public coffers if infrastructure is worked on, workforce qualification, promotion of tourist attractions, tourist planning, among other aspects. Therefore, in this research, the objective is to understand how the inventory of tourism offers contributes to the generation of public policies in a municipality and how this happens, since this document contains information about products and services offered in the municipality and their attractive. The methodological procedures used were bibliographical research, which was carried out from the beginning to the end of the research, empirical research carried out in technical visits in alternating periods, where participant observation was carried out. The research found important gaps that answered many open questions in the specific objectives. The results indicate that the tourist offer inventory is an instrument that can be used to map attractions, identify potential and even support decisions. In other words, if the Guimarães inventory is updated, it will have the capacity to assist managers in the sustainable development of the destination, in addition to contributing to the formation of public tourism policies, the promotion of new attractions, creating itineraries that meet market trends.

Keywords: Tourism; Public Policies; Tourism Inventory; Guimarães.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Caracterização dos municípios pelo Mtur.....	18
Figura 2 - Comparativo da queda de atividades turísticas entre 2019 e 2020 no Brasil.....	21
Figura 3 - Diagramação da pesquisa.....	24
Figura 4 - Esquema de Metodologia.....	26
Figura 5 - Reunião da Instância de governança do Polo Floresta dos Guarás – Teatro Guarapiranga (Guimarães-MA).....	30
Figura 6 - Reunião da Instância de governança do Polo Floresta dos Guarás – Teatro Guarapiranga (Guimarães-MA).....	35
Figura 7 - Estátua de São José.....	40
Figura 8 - Igreja de São José.....	41
Figura 9 - Vista do centro do Quilombo Damásio, Guimarães – MA.....	43
Figura 10 - Praia de Araoca, Guimarães- MA.....	44
Figura 11 - Praia de Araoca, Guimarães – MA.....	44
Figura 12 - Maria Firmina dos Reis.....	46
Figura 13 - Acesso para povoados em GEPUBA, Guimarães – MA.....	47
Figura 14 - Esquema explicativo das etapas de criação da oferta turística.....	52
Figura 15 - Saberes e fazeres da cultura local no município de Guimarães – MA.....	56
Figura 16 - Equipe participante da Inventariação da oferta turística de Guimarães.....	63
Figura 17 – Vista do Centro do Quilombo Damásio.....	63
Figura 18 – Balneário Abrantes – Comunidade Damásio, Guimarães – MA.....	64
Figura 19 – Lago do Sapateiro, Guimarães – MA.....	65
Figura 20 – Museu Histórico e Artístico de Guimarães – MA.....	66
Figura 21 – Estátua em homenagem à Maria Firmina dos Reis, em frente a antiga casa da escritora– Praça Luís Domingues.....	67
Figura 22 – Reunião da SECTUR com a comunidade quilombola Damásio.....	82
Figura 23 – Praia de Araoca, Guimarães- MA.....	84
Figura 24 – Vista do espaço Trapiche a partir de um drone.....	85

Figura 25 – Curso de promoção e capacitação de condutores de Turismo Comunitário.....	88
Figura 26 - Curso de artesanato em Fibra de Buriti, no quilombo Damásio.....	89
Figura 27 – Projeto Bolsa de Intercâmbio Maria Firmina dos Reis.....	90
Quadro 1 - Demonstrativo variável e fonte da coleta.....	18
Quadro 2 - Dados geográficos e estatísticos do município de Guimarães.....	37
Quadro 3 - Formulários para inventariação da oferta turística segundo o Mtur.....	58
Quadro 4 - Matriz SWOT de políticas públicas de turismo.....	80

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 - Localização de Guimarães e seus limites.....	41
Mapa 2 - Principais comunidades com atividades turísticas.....	50
Mapa 3 – Povoados com atividade turística em Guimarães – MA.....	85

LISTA DE SIGLAS

AGB	Associação de Geógrafos Brasileiros
BELOTUR	Empresa Municipal de Turismo de Belo Horizonte
CNH	Carteira Nacional de Habilitação
EMBRATUR	Instituto Brasileiro de Turismo
FAPEMA	Fundação de Amparo à Pesquisa do Maranhão
FFLCH	Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas
GPTCP	Grupo de Pesquisa Turismo, Cidades e Patrimônio
IBGE	Instituto Brasileiro Geográfico e Estatístico
IBRAM	Instituto Brasileiro de Museus
IES	Instituições de Ensino Superior
IMESC	Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e
Cartográficos IOT	Inventário da Oferta Turística
INVTUR	Inventário da Oferta Turística
LABOPLAN DG -	Laboratório de Planejamento - Departamento de Geografia
LATESE	Laboratório de Análise Territorial e Estudos Socioeconômicos
MTur	Ministério do Turismo
NAEA	Núcleo de Altos Estudos Amazônicos
PET	Programa de Educação Tutorial
PPGEO	Programa de Pós-graduação em Geografia, Natureza e Dinâmica do Espaço
PPGTUR	Programa de Pós-graduação em Turismo
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SECTUR	Secretaria Municipal de Cultura e Turismo
SEMAGEO	Seminário Acadêmico de Geografia
SENAR	Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
SISMAPA	Sistema do Mapa Brasileiro do Turismo
OMS	Organização Mundial de Saúde
OEA	Organização dos Estados Americanos
UEMA	Universidade Estadual do Maranhão
UFF	Universidade Federal Fluminense
UFGD	Universidade Federal da Grande Dourados

UFMA	Universidade Federal do Maranhão
UFPA	Universidade Federal do Pará
UnB	Universidade de Brasília
UNICAMP	Universidade de Campinas
USP	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	15
2	METODOLOGIA.....	24
2.1	Turismo.....	27
2.1.1	Políticas Públicas: concepção de políticas públicas de turismo.....	27
2.1.2	Gestão Pública: planejamento e gestão.....	27
2.2	Técnica.....	32
3	GUIMARÃES – APRESENTAÇÃO.....	37
3.1	Histórico.....	39
4	INVENTARIAÇÃO DA OFERTA TURÍSTICA.....	49
4.1	O inventário da oferta turística e sua importância.....	53
4.2	Metodologia de inventariação turística.....	54
4.3	Inventariação da oferta turística de Guimarães, Maranhão.....	62
5	POLÍTICAS PÚBLICAS.....	69
5.1	Ciência Política e Concepção de Políticas Públicas.....	69
5.2	Políticas Públicas de Turismo.....	72
5.1.1	Política Nacional de Turismo (PNT).....	74
5.1.2	Regionalização do Turismo.....	75
5.2	Promoção e Marketing Turístico.....	76
5.3	Guimarães e as Políticas Públicas de Turismo.....	78
5.4	Ações Implementadas pela SECTUR em Guimarães.....	79
5.5	Ações realizadas pela secretaria na ausência de Políticas Públicas de Turismo.....	86
5.6	Instituições parceiras na formação profissional em Guimarães.....	88
6	ANÁLISE E RESULTADOS.....	92
6.1	História.....	93
6.2	Inventariação da oferta turística.....	94
6.3	Políticas Públicas.....	94
7	ANÁLISE DOS DADOS.....	96
7.1	Contribuições para o conhecimento.....	98
7.2	Limitações e sugestões para pesquisas futuras.....	99
8	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	100
	REFERÊNCIAS.....	103

ANEXO A – DIÁRIO OFICIAL DE GUIMARÃES.....	111
---	------------

1 INTRODUÇÃO

Em face ao cenário pandêmico, onde houve uma expressiva diminuição nos casos de infecção pela COVID 19, muitas das atividades buscaram sua retomada gradual, entre elas o turismo, bem antes da pandemia,

[...] avaliou um recorde de 1,3 bilhão de turistas que viajaram pelo mundo [...] um valor que corresponde a um crescimento de 7% em relação a 2010, tendo a Europa e a África se destacado com um aumento entre 8% e 9% respectivamente, observado nesse período (Medeiros, 2018).

Assim, podemos compreender que o turismo no mundo se destacava mundialmente, além de impactar na economia mundial, de modo a gerar renda e emprego em várias partes do mundo.

Para o contínuo e permanente crescimento do setor é fundamental que este esteja amparado por políticas públicas que deem para a elaboração e implementação de programas e projetos com o intuito de alcançar as prerrogativas existentes na política pública de turismo, sendo o turismo um dos principais fatores geradores de desenvolvimento socioeconômico local (Brasil, 2022).

Nesse contexto, é necessário compreender que a política pública se caracteriza como uma ação intencional realizada através do setor público frente a uma determinada situação problemática (Abreu *et al*, 2019; Anderson, 2011; Kauchakje, 2013). Na política brasileira há uma competição por ideias para que formatem as políticas públicas e para que os resultados dessas competições sejam de acordo com a influência de cada um (Abreu *et al*, 2019; Goodin *et al*, 2009), “observando, também, que existem três instrumentos de formulação das políticas públicas, sendo os planos, os projetos e os programas” (Abreu *et al*, 2019, p. 59). Dessa mesma forma, surgem também as políticas públicas de turismo, que contribuem para o fomento do desenvolvimento local.

Partindo do entendimento de que política pública seja todo programa ou ação criado pela gestão pública em benefício da sociedade local, entende-se que as políticas públicas de turismo são geradas com foco em atender às demandas onde “algumas cidades redefinem suas atividades econômicas em prol do desenvolvimento turístico, produzindo espaços turisticados” (Santos, 2006, p. 295), o que gera uma forma não só de explorar as potencialidades turísticas do local, mas também uma oportunidade de criar espaços turísticos que possam atender à demanda turística e também à comunidade local, onde são apontados os principais atores, e por fim que

se possa promover o município com intenção de que se torne um destino.

Sendo o turismo visto como uma atividade que movimenta milhões de pessoas por ano, gerando vários postos de trabalho, há uma necessidade de que seja estimulado por

[...] políticas públicas elaboradas por diversos atores do ente público que potencializem o uso do turismo como fator gerador de desenvolvimento local, mesmo que o turista não esteja presente, mas o desenvolvimento local fornece bens e artigos que são consumidos pelo turista” (Barbosa, 2005, p.111).

A partir de 2003, com a criação do Ministério do Turismo através do decreto nº. 4. 653/2003, no então governo do presidente Luís Inácio Lula da Silva, iniciou-se o processo de implantação do Plano Nacional do Turismo Brasileiro, que consistia em uma cooperação junto a sociedade civil e que trazia uma proposta de ações relativas ao turismo com um plano estratégico capaz de gerar emprego e renda, colaborando com o reconhecimento e preservação do patrimônio local, estimulando a economia nacional e dando melhoria na qualidade de vida das comunidades regionais (Brasil, 2003).

Ressalta-se que a visão sobre o turismo brasileiro e sua implementação vem muito antes da criação do Ministério do Turismo, e que as primeiras ações acerca da atividade turística no país, iniciaram-se na década de 1960, quando então foi criado o Instituto Brasileiro de Turismo (EMBRATUR), inicialmente como uma autarquia, fruto do decreto do então presidente Humberto de Alencar Castelo Branco, datado de 18 de novembro de 1966, e, que, também, criava o Plano Nacional do Turismo e viabilizava a geração de políticas públicas voltadas ao turismo brasileiro, e que através da Lei nº 14.002/2020, passou a ser reconhecida como Agência Brasileira de Promoção Internacional do Turismo (Brasil, 2003).

Em 2019, o Ministério do Turismo passou a utilizar na categorização dos municípios somente informações verídicas inseridas no sistema, que são os mesmos inseridos em outros Ministérios, como por exemplo, Ministério do Trabalho e Emprego, por se tratarem de informações oficiais. Dentre essas bases de dados, se encontra o inventário da oferta turística dos municípios que consiste em um conjunto de elementos com informações completas sobre equipamentos, produtos e serviços turísticos, bem como, sua matriz de atratividade (Brasil, 2022).

A partir da inserção desses dados, o Ministério do Turismo poderá criar políticas públicas de turismo que atenda não só o município, mas também toda uma

região turística.² Portanto, as políticas públicas de turismo devem ser elaboradas, usando-se, também, o inventário da oferta turística como ferramenta do planejamento estratégico, pois, o mesmo oferece informações atualizadas e sistematizadas sobre o *locus* atrativos, equipamentos, serviços, entre outros (Fratucci; Moraes, 2020).

O Inventário da Oferta Turística, mais conhecido como INVTUR foi desenvolvido pelo Ministério do Turismo (MTur) como uma metodologia com a finalidade de elencar atrativos, equipamentos e serviços de uma região e que, de certa forma, seu documento final pudesse servir de ferramenta para a geração de políticas públicas de turismo. Assim, o INVTUR passou a ser uma das principais ferramentas de priorização do MTur, aos patrimônios naturais e culturais dos municípios, paralelo a outros instrumentos verificados nessa categorização segundo a portaria Ministério do Turismo nº 41 de 24 de novembro de 2021 (Brasil, 2021).

Para que pudesse disponibilizar para os gestores ferramentas capazes de suprir informações que atendessem às demandas dos municípios, o Ministério do Turismo utilizou uma metodologia que já vinha sendo desenvolvida pelo corpo técnico da pasta, a fim de criar uma ferramenta que suprisse a demanda. O próprio Ministério buscou envolver todos os profissionais, de todos os setores que compunham a pasta do turismo, para assim conseguir centrar uma base em que atendessem a todos municípios.

A quantidade de municípios por região e dentro do mapa do turismo é muito grande, isso dificultava o acesso às informações locais pertinentes ao turismo, assim, os municípios foram classificados como A, B, C, D e E, de acordo com sua região turística, como mostra a figura 01, de caracterização dos municípios conforme as variáveis escolhidas pelo ministério (Brasil, 2022). Assim, a categorização dos municípios contribui para a promoção de políticas públicas de turismo de acordo com as necessidades dos mesmos dentro de suas regiões.

² As regiões turísticas são territórios que possuem características similares e/ou complementares e aspectos em comum (identidade histórica, cultural, econômica e/ou geográfica). Geralmente esses territórios são compostos por vários municípios. (MTur, 2017)

Figura 1 - Caracterização dos municípios pelo Mtur

CARACTERIZAÇÃO DAS CATEGORIAS A PARTIR DAS VARIÁVEIS							
Categoria	Nº de municípios	% de municípios no mapa	Valor Médio (não padronizado)				
			Qt. empregos formais de hospedagem	Qt. estabelecimentos formais de hospedagem	Estimativa de turistas internacionais	Estimativa de turistas domésticos	Arrecadação nos estabelecimentos de hospedagem
A	62	2,30%	2.267	123	133.973	1.580.039	R\$ 40.357.359,91
B	257	9,54%	277	25	5.810	168.844	R\$ 2.843.975,05
C	476	17,67%	58	8	746	41.853	R\$ 518.588,76
D	1522	56,50%	8	2	144	7.027	R\$ 67.587,08
E	377	13,99%	0	0	0	0	0

Fonte: Brasil (2022).

Assim, em 2019 a nova metodologia disponibilizada pelo MTur, trouxe mais uma variante que é a “arrecadação de impostos federais nos meios de hospedagem” (Brasil, 2022) que fosse acrescida aos indicadores já disponibilizados e, assim, inserindo mais uma variável de análise que pudesse auxiliar o desempenho financeiro. O quadro abaixo demonstra quais variáveis foram utilizadas para gerar a variante de análise e qual a fonte de coleta utilizada pela equipe do ministério.

Quadro 1 – Demonstrativo variável e fonte da coleta

VARIÁVEL	FONTE DE COLETA
Quantidade de Estabelecimentos de Hospedagem	Relação Anual de Informações Sociais – RAIS 2017
Quantidade de Empregos em Estabelecimentos de Hospedagem	Relação Anual de Informações Sociais – RAIS 2017
Quantidade Estimada de Visitantes Domésticos	Estudo de Demanda Doméstica 2012 –MTur/FIPE
Quantidade Estimada de Visitantes Internacionais	Estudo de Demanda Internacional 2017 –MTur/FIPE
Arrecadação de Impostos Federais a partir dos Meios de Hospedagem	Secretaria de Receita Federal – Ministério da Economia

Fonte: Brasil (2023).

Sendo a inventariação um processo fundamental para a gestão do patrimônio cultural e natural de uma região, ela assume ainda mais importância quando se trata do setor turístico, pois é por meio dela que se torna possível identificar e valorizar os atrativos turísticos de uma região, desenvolvendo políticas públicas que visam a sua preservação e promoção.

A inventariação da oferta turística tem sido difundida nos municípios do Maranhão, onde a partir das normas do Ministério do Turismo em relação ao Sistema de Inclusão das regiões turísticas como destinos consolidados no Sistema do Mapa Brasileiro do Turismo (SISMAPA), as secretarias estaduais buscam um aumento no número de cidades interessadas em inventariar seus atrativos para que assim possam ser destaques em seus polos e possam concorrer às políticas públicas implementadas pelo MTur (Maranhão, 2024).

Assim, a escolha do tema desta pesquisa se deu a partir de uma das inventariações da oferta turística realizadas em um município do estado do Maranhão, localizado no litoral oeste, já que o inventário da oferta turística se tornou um instrumento importante no processo de categorização do MTur.

Alinhada às mesmas reflexões, a elaboração do inventário da oferta turística traz consigo elementos como localização geográfica, infraestrutura, segurança, saúde, educação, atrativos, históricos, naturais e culturais, que fazem parte do conjunto de segmentos que podem vir a serem contemplados com uma política pública voltada ao turismo e que possa não só estruturar o destino, mas, também:

[...] sumariamente os elementos básicos formadores do espaço turístico que são: oferta turística, demanda de serviços, transportes, infraestrutura, poder de decisão e informação, sistema de promoção e de comercialização e é evidente que esses elementos encontram-se em ação e interação recíproca, não podendo ser compreendidos separadamente (Rodrigues, 1992, p. 74).

Por outro lado, a questão social é algo impossível de não ser discutido, tendo em vista que as políticas públicas de turismo são voltadas aos principais atores sociais, nesse caso, a comunidade, que é indispensável que faça parte desse planejamento, uma vez que a gestão pública trabalha para atender às suas demandas desde que atenda a algumas prerrogativas, e que possa prepará-la para o cenário turístico que circunda toda a coletividade de modo geral, como

[...] se existem mercados de turismo potenciais e passíveis de serem atraídos pela localidade, se a comunidade precisa do turismo para atingir os seus objetivos de desenvolvimento econômico, se existe mão-de-obra e infraestrutura suficientes para suportar o turismo (Brusadin, p.4, 2005)

A proposta de elaboração do inventário da oferta turística do município de Guimarães iniciou em 2020, a partir de uma parceria firmada entre a Secretaria Municipal de Cultura e Turismo de Guimarães e o Grupo de Pesquisa Turismo, Cidades e Patrimônio (GPTCP) vinculado à Universidade Federal do Maranhão

(UFMA). Atualmente, Guimarães conta com o apoio do Serviço de Apoio às Pequenas e Médias Empresas (SEBRAE), quanto à promoção e planejamento do turismo local.

Dessa parceria formou-se uma equipe de 12 discentes dos cursos de Turismo, Hotelaria, História e Geografia da UFMA, mais dois professores coordenadores que dividiram os grupos de pesquisadores-discentes de acordo com os formulários do INVTUR, para que se iniciasse a pesquisa sobre o município, que incluía aspectos naturais, culturais, socioeconômicos, históricos, equipamentos turísticos e suas condições de atender demanda, enfim, todo dado que fosse pertinente à coleta de informações e que estivesse de acordo com a metodologia do INVTUR.

Todas as atrações do município foram dispostas no relatório final, que incluiu as zonas de visitação que na época (2019), que antes da pandemia, eram as mais procuradas. Foram catalogados todos os equipamentos que estavam inseridos no considerado território turístico do município e que tinham mais condições de atender a uma demanda turística. A matriz de atratividade de Guimarães é diversificada no que diz respeito à atratividade natural, por possuir rios, lagos e lagoas, e praias, propícias para banhos e o fator histórico que contribui pela procura ao município.

Ressaltamos que apesar do inventário da oferta turística ter sido realizado em 2020 (antes do início da pandemia da COVID-19), a retomada das atividades turística, tanto na elaboração de produtos, como na oferta de serviços, ainda se dá de forma gradual, seguindo os protocolos de segurança ditados pela Organização Mundial de Saúde (OMS).

Esta dissertação iniciou-se em uma época em que o mundo se recuperava da pandemia catastrófica para o turismo no Brasil, pois, a queda nas atividades foi severa se compararmos dados de 2019 e 2020 (Figura 03). Assim, o setor de turismo brasileiro foi considerado o mais afetado em 2020, com dados que mostram uma queda muito grande nas atividades de modo geral, principalmente na oferta de serviços

Figura 2 – Comparativo da queda de atividades turísticas entre 2019 e 2020 no Brasil.



Fonte: Agência Brasil (2022).

O ano de 2021 foi crucial para a tentativa de retomada do turismo no mundo inteiro e na cidade de Guimarães, como outras cidades que possuem atratividade turística, não foi diferente. Em vários pontos, as atividades foram suspensas para conter a disseminação do vírus da COVID-19, até que as vacinas estivessem prontas para uso e/ou as pessoas tivessem seus ciclos vacinais completos.

Assim, a Prefeitura de Guimarães decretou o protocolo sanitário³ em relação à COVID-19, (Guimarães, 2019) a fim de que todos se vacinassem o que resultou que todas as atividades turísticas ficassem estagnadas no município, igualmente a outras cidades, pois de acordo com BENI (2020^a, p. 4), foi o “ano em que se teve a maior crise econômica e financeira devido à pandemia, causando queda de 5,3% no PIB brasileiro segundo projeção do FMI para esse ano, o que causou transtorno para aqueles que usufruíam dessa ferramenta de trabalho como fonte de renda e subsistência”.

Nessa perspectiva de retomada das atividades após a diminuição gradativa dos casos de infecção no país e no mundo, e, a tentativa de retomar as atividades de modo geral, surge a necessidade de compreender como o inventário da oferta turística contribui na tomada de decisões em relação à criação de políticas públicas de turismo de um município? E, se o mesmo é utilizado pela gestão pública local a fim de entender sua dinâmica? E, como se comporta o poder público de posse desse inventário?

Para responder a essas questões, tomou-se o município de Guimarães e seu inventário da oferta turística para observar de que forma o inventário contribui na tomada de decisões. Sendo, o objetivo geral analisar o inventário da oferta turística como instrumento de elaboração de políticas públicas de turismo para o município de Guimarães (Maranhão), quanto ao processo de avanços do turismo local.

A partir do objetivo geral, têm-se como objetivos específicos:

- Avaliar o processo do inventário da oferta turística do município de

³ Vide anexo

Guimarães, onde seria possível conhecer sua matriz de atratividade a partir da elaboração do documento final e como foi sua execução em relação à tomada de decisões relacionadas às políticas de turismo;

- Identificar os avanços da atividade turística a partir da elaboração e execução desse inventário, levando a pesquisa a entender esses avanços como geradores de territórios em que há demanda turística;
- Compreender como esse inventário da oferta turística do município de Guimarães tem contribuído ou não para a elaboração de políticas públicas de turismo com fins ao fomento da atividade no referido município.

Com o intuito de almejar os objetivos apresentados e com base nas experiências obtidas em inventariações turísticas realizadas em municípios no Estado do Maranhão, a metodologia utilizada consiste na pesquisa em territórios diversificados, os quais possuem características peculiares. Assim, é importante observar a relevância do método escolhido para coleta de informações que possam mensurar as distâncias socioeconômicas entre os grupos sociais e, assim, se possa compreender a dinâmica do uso do inventário da oferta turística na geração de políticas públicas de turismo dentro do território vimarense.

A partir da premissa de que o inventário da oferta turística seja utilizado como um dos principais instrumentos para a criação de políticas públicas de turismo para os municípios (Brasil, 2016), a pesquisa busca identificar em que ponto de ação do poder público esse inventário foi útil para a criação de políticas de turismo ou mesmo ações que se julgaram necessárias ao contexto turístico local. Assim, a pesquisa bibliográfica foi de suma importância para a composição referencial deste trabalho, uma vez que a técnica usada foi a observação participante, a partir de visitas técnicas realizadas para coleta de dados que se julgam importantes para a investigação.

Informações oficiais, pautadas em documentos, fotos que serão inseridas no contexto da redação final, foram catalogadas e documentos escaneados a fim de compor a sessão de anexos. A pesquisa de campo serviu para observar como o município estava reagindo às estagnações nas atividades que envolviam o turismo “e como isso se refletia na economia local, já que o turismo foi concebido pela superestrutura- dependente- latino-americana como um fator de desenvolvimento, em virtude de seus possíveis efeitos econômicos” (Molina; Rodrigues, 2001, p.41).

Através dessa observação se pôde traçar um método de pesquisa que atendesse pelo discurso de ideias que possam se espelhar num debate dialético e assim, corresponder aos objetivos inicialmente propostos e quando se refere a método científico, não se está tratando, apenas, de procedimentos e de técnicas de pesquisa, mas também de teorias e/ou de bases teóricas que alicerçam o caminho da pesquisa e expressam o ponto de vista do pesquisador sobre a realidade (Caldas, 1997).

A investigação contribui para que se possa entender como a gestão pública dos municípios se comportam em relação ao turismo e, de posse do inventário da oferta turística, como são tomadas as decisões. Se eles fazem uso do inventário ou não, e como são geridas as pastas de turismo sem orçamento, já que essa foi uma outra problemática encontrada não só no destino, mas também em outros municípios que compõem o Polo Floresta dos Guarás, como foi observado em duas reuniões da Instância de Governança das quais houve participação da pesquisadora.

Como resultado da pesquisa, essa dissertação se apresenta em seis capítulos, dos quais se inicia com a introdução onde é apresentado o tema e seus objetivos geral e específicos, bem com o a problemática. A seguir, o segundo capítulo trata da metodologia utilizada, que descreve como foi conduzida a pesquisa, incluindo o método, a coleta de dados e informações e as técnicas de análise. No terceiro capítulo, traz uma descrição minuciosa sobre o município de Guimarães, escolhido para ser o objeto desse tema, onde buscamos explicar o e diferenciar o território de Guimarães, dentro dele identificar o território turístico, a elaboração e execução de políticas e, por fim, apresentar a relação entre o município e as políticas públicas de turismo.

O quarto capítulo aborda a Política Pública de Turismo desde a elaboração até um diagnóstico preciso sobre sua implementação. No sexto capítulo, faz-se uma análise sobre os subsídios que o inventário da oferta turística de Guimarães na elaboração de políticas públicas de turismo no município. O quinto capítulo, nos leva a uma apresentação sobre Inventariação da Oferta Turística, onde podemos compreender desde sua criação, até a concepção de normas que o torna uma ferramenta de uso pelos destinos para identificar e avaliar os recursos turísticos do país. Por fim, apresenta-se a Análise e os resultados deste trabalho, seguida das considerações finais, anexos e referências bibliográficas utilizadas para sua composição.

2 METODOLOGIA

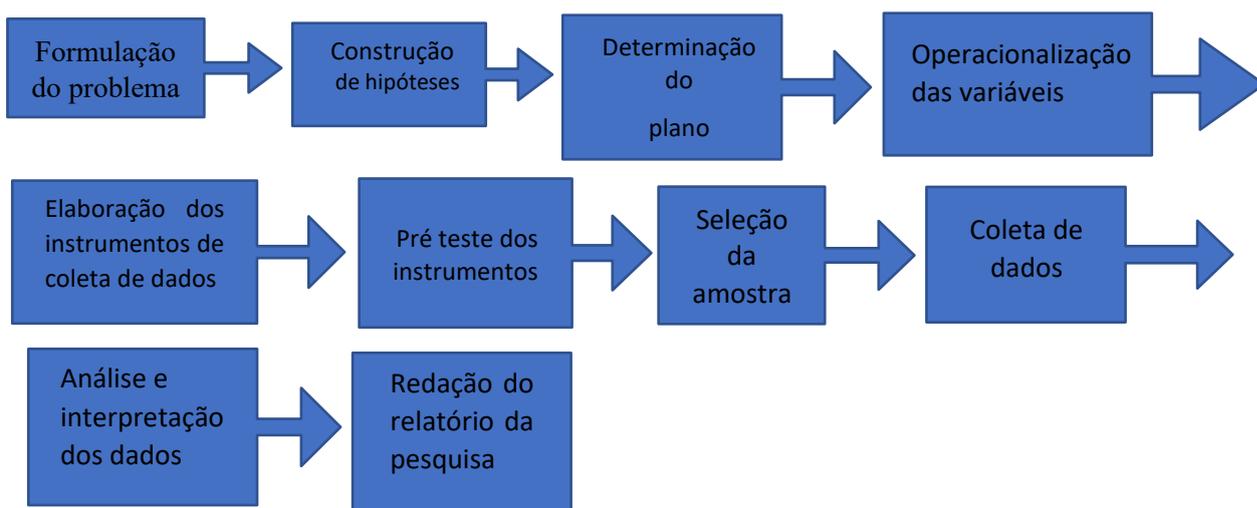
Os procedimentos metodológicos são os métodos e técnicas utilizados na realização de uma pesquisa ou estudo científico. Eles incluem todas as etapas e estratégias que são seguidas para coletar, analisar e interpretar dados com o objetivo de responder a uma questão de pesquisa.

A pesquisa é requerida quando não se dispõe de informação suficiente para responder ao problema, ou então quando a informação disponível se encontra em tal estado de desordem que não possa ser adequadamente relacionada ao problema (Gil, 2002, p. 17).

Assim, os procedimentos metodológicos podem variar de acordo com o tipo de pesquisa, mas geralmente incluem a revisão da literatura, a formulação de uma hipótese, a definição da metodologia de coleta de dados, a análise dos resultados e a conclusão.

Alguns exemplos de procedimentos metodológicos incluem a pesquisa documental, a pesquisa de campo, a observação realizada, que foi bem próxima à participante, entrevistas, questionários, experimentos, entre outros. Cada um desses procedimentos possui características e finalidades específicas e deve ser escolhido de acordo com os objetivos da pesquisa. Gil (2002) esquematizou a pesquisa e seus procedimentos de acordo como o diagrama abaixo (Figura 04):

Figura 3 – Diagramação da pesquisa



Fonte: Retirado de Gil (2002, p. 21)

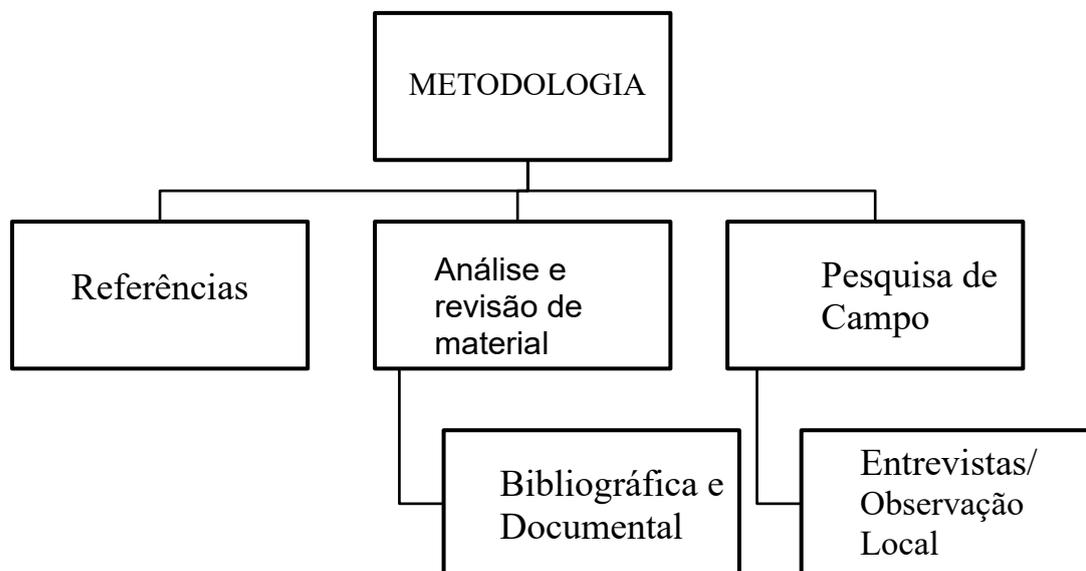
Com o intuito de almejar os objetivos apresentados e com base nas experiências obtidas em inventariações turísticas realizadas em municípios locais, pôde-se observar a metodologia utilizada, que consistia na pesquisa em territórios

diversificados, os quais possuíam características peculiares. Assim, é importante observar a relevância do método escolhido para coleta de informações que possam mensurar as distâncias socioeconômicas entre os grupos sociais e, assim, se possa definir sua concentração e função dentro do território.

A escolha e aplicação dos procedimentos metodológicos adequados é fundamental para garantir a qualidade e confiabilidade dos resultados obtidos em uma pesquisa ou estudo científico. Assim, a metodologia se torna um capítulo minucioso e importante para a pesquisa, pois é nela que se geram as variantes necessárias para compor a investigação.

Para buscar esclarecer as indagações no projeto de pesquisa intitulado ‘A inventariação da oferta turística como ferramenta para a criação de políticas públicas de turismo no destino Guimarães, Maranhão’ entendemos que o método de pesquisa que melhor se adequa para a essa tarefa é o de viés qualitativo (Minayo, 1999; Goldemberg, 1998) com a utilização das seguintes técnicas qualitativas: a revisão bibliográfica, a pesquisa documental, a observação próxima à observação participante, as entrevistas e a utilização de fotografias e/ou filmagens (Figura 05). A pesquisa sobre a importância do inventário da oferta turística, girou em torno do esquema que pretendia ser seguido a princípio, e que seria posto em prática no início do segundo semestre de 2021.

O desenvolvimento da pesquisa se deu a partir de uma indagação, um problema identificado e uma hipótese observada. A primeira foi a indagação de que, com um inventário da oferta turística pronto e entregue ao poder público, sendo este um documento de análise, quais seriam os próximos passos no que tange à utilização desse documento oficial. A partir da premissa de que o inventário da oferta turística seja utilizado como um dos instrumentos principais para a criação de políticas públicas de turismo para os municípios (Brasil, 2016), a pesquisa busca identificar em que ponto de ação do poder público esse inventário foi útil para a criação de políticas de turismo ou mesmo ações que se julgaram necessárias ao contexto turístico local.

Figura 4 – Esquema de Metodologia

Fonte: Esquema da pesquisa (2021).

As atividades previstas neste projeto de pesquisa foram executadas em três etapas principais:

- **Etapas I**

A primeira etapa que esta pesquisa contemplou foi a de cunho bibliográfico que foi realizada através de levantamentos de informações por meio de livros, revistas, site de internet, e outros. Nesta pesquisa, foram levantados aspectos históricos da região, bem como sua contextualização socioeconômica para a comunidade vimarense, visando fomentar conhecimento sobre o município de Guimarães e sua formação histórica, desde sua constituição até os dias atuais.

Num primeiro momento, a identificação das temáticas principais da pesquisa e seus sub-temas foram:

- Turismo: inventariação da oferta turística, governança;
- Políticas Públicas: concepção de políticas públicas de turismo;
- Gestão Pública: planejamento e gestão; Onde:

2.1 Turismo

O turismo, com a pandemia do COVID-19, enfrentou uma das maiores crises econômicas desse século. Com a velocidade no aumento das infecções, a OMS determinou que protocolos de segurança de ordem mundial fossem aplicados na esperança de conter o avanço na proliferação do vírus. Assim, houve uma grande queda em viagens no país e no mundo, isso acarretou uma grande perda econômica no setor do turismo (Portal G1, 2020).

Ainda sobre o turismo como um tema principal de nossa pesquisa, reafirmamos a busca por autores que tivessem como linha de pesquisa o turismo e a inventariação de oferta turística na tentativa de que a revisão bibliográfica se tornasse atraente ao desenho de nossa pesquisa. O desenvolvimento da pesquisa se deu a partir de uma indagação, um problema identificado e uma hipótese observada, daí a busca por uma bibliografia que fosse pertinente à temática como Aguinaldo César Fratucci (2020), Fábria Trentin (2011), Cálidon Conceição (2020), Mario Carlos Beni (2020), entre outros

Sobre a inventariação da oferta turística é correto afirmar que se trata de um processo de coleta e análises de dados sobre os recursos turísticos de uma área específica onde relacionam-se todos os equipamentos, produtos e serviços que possam ser oferecidos pelo destino.

2.1.1 Políticas Públicas: concepção de políticas públicas de turismo

Para que se pudesse compreender as políticas públicas desde seu conceito até sua concepção a busca por autores também foi pelo estado da arte no tema Políticas Públicas e os mais contemporâneos encontrados foram Celina de Souza (2018), Roosevelt Brasil Queiroz (2013), o que se faz necessário, também, o uso de métodos que possam fornecer informações imprescindíveis para a concepção do documento final.

2.1.2 Gestão Pública: planejamento e gestão

Na temática Gestão Pública, fez-se uma busca por autores que pudessem estar relacionados tanto ao tema turismo e sua relação com a gestão pública a fim de entender o papel do gestor e como este toma decisões relativas à pasta e desenvolve políticas públicas de turismo tendo em mãos o inventário da oferta turística, sendo este um documento na qual o Ministério do Turismo usa como ferramenta para conhecer os municípios que integram o Mapa Brasileiro do Turismo e, assim, desenvolver políticas públicas adequadas à região turística. Trentin (2011), Fratucci (2010) e Beni (2020), foram utilizados para relacionar ambos os temas, já que estes têm a gestão pública como tema de suas obras.

Nessa primeira etapa, foram realizadas visitas à secretaria municipal de Cultura e Turismo de Guimarães, que foram de suma importância para a busca por dados e informações como, por exemplo, informações sobre demanda turísticas; atas de reuniões; dados do Diário Oficial, etc., que se julgou pertinentes e que agregariam valor à pesquisa. As visitas ocorreram da seguinte forma:

- A primeira visita ocorreu em maio de 2021, quando foi realizado o reconhecimento da secretaria, suas atribuições e a equipe que faz parte da mesma. Na ocasião, em conversa com o secretário, foi constatado a falta de atualização do inventário da oferta turística do município, devido à falta de recursos e mão de obra qualificada para realizar a ação. A falta de política pública gerada pela gestão foi outra informação muito importante para compor esta pesquisa. No decorrer das conversas, observou-se a estagnação das atividades turísticas em todos os lugares que, antes desenvolviam atividades turísticas, como os quilombos, lagos e rios.

- A segunda visita ocorreu em setembro de 2021, quando foi realizada visita em dois quilombos que possuíam histórico de atividades turísticas como, por exemplo, Damásio e Araoca, o primeiro pela forte atividade cultural histórica e o segundo pela bela praia que se tornou um dos maiores atrativos naturais do município. Durante essa visita, houve recusa de alguns operadores de transporte em dar uma entrevista, devido a exercerem a atividade clandestinamente e assim, evitar denúncias pelo exercício ilegal da profissão. Apesar de não conseguir as entrevistas, ficou claro através de observação participante a falta de políticas públicas de turismo que atendesse a essas comunidades. Também se observou, o esforço que a secretaria de turismo local fez para, levar ações que contemplasse essas localidades, a fim de promover cursos e oficinas de qualificação profissional e outras temáticas, através de parcerias com instituições como SENAR e SEBRAE.

Assim, ficou acertada uma nova visita em três ou seis meses para acompanhar o retorno das atividades turísticas, após a constatação de diminuição dos casos de COVID-19. Documentos importantes como atas de reuniões tanto da Instância de Governança do Polo Floresta dos Guarás, da qual o secretário municipal de Cultura e Turismo, Sr. Antônio Marcos Gomes, é o atual presidente, como do Conselho Municipal de Turismo foram importantes documentos que deram uma visão de como a gestão local em parceria com o *trade* turístico e a participação da sociedade civil vimarense.

- **Etapa II**

A partir dos resultados desta pesquisa, obtidos na primeira etapa foi dado início à segunda etapa, que diz respeito ao levantamento qualitativo, por meio da realização das entrevistas. Pretendia-se entrevistar lideranças comunitárias, operadores de turismo, mas tanto o líder comunitário como os de trabalhadores se recusaram a dar entrevistas por motivos pessoais e de segurança sanitária, já que a tentativa girou em torno da diminuição de casos de infecções com o vírus e também por não serem habilitados como guias e entenderem a ilegalidade do exercício da profissão.

O que se pode observar é que em sua maioria as pessoas que guiam turistas pelo município não possuem habilitação para tal ofício, mesmo sendo essa uma forma de renda para eles. Mediante a não realização das entrevistas, o método que pareceu ser mais apropriado para responder as nossas indagações foi a observação local, onde foram realizadas visitas alternadas às comunidades e que se aproxima da observação participante que é um método de pesquisa biográfico que busca elucidar a teia de relações existente entre o homem e sua história coletiva em um contexto maior que é o social.

A participação como ouvinte de uma reunião da Instância de Governança do Polo Floresta dos Guarás (figura 06), realizadas no Tetro Guarapiranga, localizado na sede do município de Guimarães, em maio de 2021, foi de suma importância para que fosse possível observar a ações de outros municípios que possuem inventários próprios e fazer uma análise comparativa das dificuldades e oportunidades dos gestores locais em relação à promoção do turismo e o uso do inventário como ferramenta para a implementação de políticas públicas de turismo por aqueles municípios que já possuem o documento.

Figura 5 – Reunião da Instância de governança do Polo Floresta dos Guarás – Teatro Guarapiranga (Guimarães-MA)



Fonte: Registro da autora (2021).

Paralelo a esse momento da pesquisa, foram identificados os territórios de uso turístico concebidos a partir da busca do turista e que estavam contidos no inventário ou não, que foram se formatando a partir dessa concepção e que encontravam-se fora da sede do município, pois segundo Fratucci (2000) o território turístico, que pode ser composto:

[...] se materializa e sobrepõe suas formas fixas: atrativos turísticos, equipamentos e serviços turísticos (meios de hospedagem, serviços de alimentação, agentes receptivos, guias de turismo, locais e instalações para entretenimentos, etc.) e infraestrutura de apoio (serviços de comunicações, transportes, segurança, etc.) (Fratucci, 2000, p. 122)

● **Etapa III**

De posse de informações e dando continuidade à pesquisa bibliográfica, foram programadas novamente tentativas de entrevistas para um outro momento em meio às visitas alternadas, dando assim, início à terceira etapa.

Durante as etapas anteriores foram feitas algumas observações importantes que não haviam sido cogitadas, mas que no andamento da pesquisa se mostrou necessária para o bom entendimento das ações da gestão pública local na implementação do turismo local.

A primeira observação foi que em Guimarães, durante esse período de início da pesquisa, caracterizou-se o período de diminuição dos casos de infecção por COVID-19, o que tornou a prática do turismo, uma atividade completamente inerte e sem funcionalidade, ou seja, sem visitantes e sem circulação das atividades habituais do cotidiano vimarense, onde todos os atrativos naturais foram fechados para impedir a movimentação de pessoas, o município praticamente parou e a economia não circulou causando transtornos principalmente para aqueles que tinham o turismo como uma fonte de renda.

A segunda observação importante foi a não atualização do inventário da oferta turística, o que ocorreu devido à falta de recursos, mão de obra especializada e, também, pela pandemia que tornou o isolamento social necessário para evitar a proliferação das infeções.

Assim, na primeira visita realizada, a participação em rodas de conversas e visitas em alguns lugares foi de suma importância. A conversa informal e a observação das estruturas e equipamentos turísticos foi também muito importante para a visibilidade geral do que havia acontecido nesse período pandêmico, uma vez que a estagnação do turismo de forma mundial não prejudicou somente grandes regiões turísticas e sim pequenos municípios também.

Esse contexto foi utilizado para perceber onde a participação da gestão pública se fazia necessária, já que alguns desses equipamentos estavam inseridos no inventário da oferta turística bem antes da pandemia e que muitos deles se encontravam inativos ou por suspensão de atividades ou por falência.

O próprio comércio que lucrava com o turismo e com as atividades realizadas em comunidades visitadas e na própria sede, devido a seus atrativos naturais e culturais, ficaram completamente inativos devido aos protocolos de segurança da OMS e à criação da Lei 13.979/2020 e um Plano Municipal de Imunização do COVID 19, de Guimarães, emitidas pelo poder público no intuito de resguardar a população e impedir o avanço da infecção viral (Guimarães, 2020).

A busca por soluções que trouxesse de volta as atividades turísticas que pudesse dar uma atenção aos atrativos culturais e naturais e que repaginasse a sede no que tange equipamentos turísticos era o que faltava para o poder público. Eis aqui um problema encontrado: como recomeçar as atividades e incentivar o comércio local após uma pandemia que estagnou todas as atividades de turismo de maneira global.

Sendo a pesquisa qualitativa uma busca por compreender e interpretar

fenômenos sociais, culturais e psicológicos, onde a investigação se concentra nas opiniões, sentimentos e perspectivas dos indivíduos, e geralmente envolve técnicas como entrevistas, observações e análise documental, a análise sobre as informações coletadas nas conversas informais e nas observações, foram de natureza qualitativa se baseando nas interpretações do pesquisador.

A partir da premissa de que “o território em que vivemos é mais que um simples conjunto de objetos, mediante os quais trabalhamos, circulamos, moramos, mas também um dado simbólico” (Santos, 2020, p. 82), a pesquisa observou junto aos povoados detentores de atrativos naturais, os quais são muito procurados pelas suas belezas e também pela sua identidade cultural, que os mesmos sofreram com o desamparo causado pelo isolamento social devido ao contexto pandêmico. Essa análise foi possível devido à observação realizada durante as visitas, onde notou-se, a partir de conversas informais, que nesses povoados que possuem atrativos naturais e dentro deles, as atividades turísticas e que se encontram distantes da sede do município de Guimarães, a atuação do poder público era esperada assim que fosse plausível, a fim de ajudá-los a superar essa crise sanitária que por hora afligia o setor econômico local, uma vez que “num território onde a localização dos serviços essenciais é deixada à mercê da lei do mercado, tudo colabora para que as desigualdades sociais aumentem” (Santos, 2020, p.144).

A pesquisa de campo serviu para observar como os *stakeholders* estavam reagindo às estagnações nas atividades que envolviam o turismo e como isso se refletia na economia local, já que o turismo foi concebido “pela superestrutura dependente latino-americana como um fator de desenvolvimento, em virtude de seus possíveis efeitos econômicos” (Molina; Rodrigues, 2001, p. 41).

Através dessa análise se pôde traçar um método de pesquisa que atende pelo discurso de ideias que possam se espelhar num debate dialético e assim, corresponder aos objetivos inicialmente propostos e quando se refere a “o método científico, não se está tratando, apenas, de procedimentos e de técnicas de pesquisa, mas também de teorias e/ou de bases teóricas que alicerçam o caminho da pesquisa e expressam o ponto de vista do pesquisador sobre a realidade” (Caldas, 1997, p. 25).

2.2 Técnica

A técnica de pesquisa é uma ferramenta fundamental para coletar

informações e conhecimento sobre um determinado assunto que se quer investigar. Ela permite que se obtenha dados precisos e confiáveis que possam ser usados para tomar decisões informadas ou para alcançar conclusões precisas. Assim, após a pesquisa documental e bibliográfica, onde pôde-se verificar informações pertinentes à pesquisa, o método experimental foi escalado como uma parte da pesquisa para averiguação de dados, ou seja, a pesquisa de campo serviu para que se observasse as ações de perto e, também, para comprovar se havia ações, projetos ou programas que atendessem às demandas locais e pudessem implementar o turismo local.

Assim, para que se faça uma discussão sobre a utilização de um documento de análise que envolve informações de territórios diversificados dentro de um município, como é o caso do inventário da oferta turística, usa-se a técnica do discurso coletivo que agrega informações não só da gestão pública e seu poder de tomar decisões, mas também, de evidenciar a perspectiva da comunidade local em relação ao uso do inventário e a implementação de políticas de turismo pelo poder público.

A fim de estabelecer uma relação entre o uso do inventário e as ações da pasta do turismo, foram extraídas informações acerca das atividades dos pequenos operadores de equipamentos turísticos, ou seja, separou-se os empreendimentos fixos (restaurantes, pousadas, etc.) de operadores que trabalhavam sozinhos na atividade turística, bem como a visão dos moradores das regiões onde ocorrem as principais atividades turísticas no município de Guimarães, propiciando a identificação de suas principais características e de seus aspectos socioeconômicos e principalmente fazendo a observação de suas perspectivas em relação às ações do poder público em suas comunidades.

As regiões onde ocorrem as atividades turísticas são comumente nos quilombos Damásio, Gepuba, Araoca, Genipaúba, essas são regiões observadas como principais locais de visitação turística, mas que seus atrativos não constam no inventário como atrativos atualizados, o que deverá ser feito para que o atrativo possa ser visitado.

Todos os dados foram estruturados como resultado final de pesquisa que apresentará como produto final a geração de uma dissertação, sendo a parte documental tendo como ponto de partida a busca por documentos oficiais, como por exemplo, decretos municipais que reconhecessem a potencialidade turística local, ou até mesmo explorando fontes como instituições federais, estaduais e municipais que

pudessem agregar informações para a pesquisa, bem como o portal da transparência do município de Guimarães e seu Diário Oficial na busca por editais e leis que se julguem necessários para adquirir informações, e a segunda expandida a partir de material pré-estabelecido como artigos, teses e dissertações de mestrado que tangessem para nossa temática.

O inventário da oferta turística do município de Guimarães teve sua participação em algumas decisões do poder público, pois suas informações são de suma importância, devido às informações pertinentes à pesquisa, como por exemplo, as comunidades que possuem potencialidades turísticas e que fazem parte da matriz de atratividade do município e que se destacam por suas atratividades naturais e culturais, fazendo parte do roteiro de visitas. Infelizmente, até o momento o inventário de Guimarães está disponível somente para o setor público para análise interna e no site do Grupo de Pesquisa Turismo, Cidade e Patrimônio, para consulta, pois ainda não se encontra no site institucional da prefeitura, necessitando também ser atualizado. Há uma necessidade dessa atualização e disponibilização para consulta pública.

Ainda na metodologia, a pesquisa investigativa se mostrou importante no quesito das participações em reuniões da Instância de Governança (Figura 07), onde a análise comparativa de ações dos demais municípios membros da instância de governança do Polo Floresta dos Guarás, foi importante para entender como os municípios da região estariam trabalhando temas importantes como o desenvolvimento do turismo regional e o planejamento em relação à criação da instância, seus avanços, desafios, e a estagnação do turismo mundial devido a como se comportam no quesito turismo e comparar com o município de Guimarães.

Nesse ponto se faz um comparativo de ações a fim de saber se o inventário da oferta turística que outros municípios já possuem, faça alguma diferença e se esses municípios utilizam., foram identificadas ações de municípios os quais fazem parte da Instância e cada um implementa ações diferentes em suas regiões, mas que todos possuem a mesma dificuldade orçamentária para trabalhar.

Figura 6 – Reunião da Instância de governança do Polo Floresta dos Guarás – Teatro Guarapiranga (Guimarães-MA)



Fonte: Registro da autora.

Dentre esses municípios, citamos Bequimão, Central do Maranhão, Cedral, Bacuri, Serrano e Porto Rico do Maranhão como membros da Instância de Governança que não possuem inventário da oferta turística, levando a crer que a importância do inventário para o município ainda é obsoleta.

O Ministério do Turismo (2013), em seu processo de categorização onde os municípios se cadastram para o Sistema de Informações do Mapa Brasileiro do Turismo, ainda usa o termo “opcional” para se referir ao inventário, ou seja, o município mesmo não possuindo o inventário pode se cadastrar no sistema sem maiores problemas, quando deveria ser um diferencial para se apresentar a matriz de atratividade local (Brasil, 2022).

A questão orçamentária é citada quando se fala sobre a execução de algum projeto ou ação devido à negativa do poder público sob a alegação de falta de recursos, outrossim, ressaltamos as parcerias com instituições, principalmente as do Sistema “S” (SEBRAE⁴, SENAR⁵, SENAC⁶), o que geralmente é uma política pública criada em prol da qualificação de mão de obra para a oferta de produtos e serviços que atendam demanda local.

⁴ Serviço Brasileiro de Aprendizagem para Pequenas e Microempresas

⁵ Serviço Nacional de Aprendizagem Rural

⁶ Serviço Nacional do Comércio

Para criar um arcabouço bem mais amplo da pesquisa, cogitou-se entrevistas nos meses de outubro de 2021, mas devido ao temor em relação à pandemia e por as pessoas as quais deveriam ser entrevistadas se recusarem em dar entrevistas pelos mesmos motivos, foi realizada uma roda de conversa, de onde foram subtraídas informações ainda consideradas vagas para esta pesquisa. Tais informações foram anotadas para que pudessem ser analisadas em uma outra ocasião.

Sobre essas informações, apesar da recusa em dar entrevistas, usou-se a conversa informal para saber de que forma a comunidade local se comportou diante da pandemia; a que ponto o isolamento social foi prejudicial para a geração de renda, entre outros assuntos que foram sendo tratados no decorrer da visita.

Em um determinado momento foi citado a promoção do turismo na comunidade de Damásio e foi questionado a quantidade de pessoas que buscam o local com intenção de lazer e de estudos acadêmicos, e a resposta é que a prática do lazer e do turismo era muito maior devido aos atrativos naturais e à cultura local. A historicidade do povoado era um fator muito importante também e sempre era questionada pelos turistas durante as visitas.

Um outro ponto importante questionado aos moradores foi a estagnação do turismo no povoado devido ao período pandêmico. Não só Damásio, como outras localidades visitadas, cita-se Araoca, Gepuba e Genipaúba, todos foram unânimes em afirmar que a queda nas atividades foi prejudicial para todos os que tinham o turismo como fonte de complementação de renda, já que não era todo dia que tinham visitantes e tinham outros meios de subsistência, como por exemplo, lavoura, pesca, entre outros.

Assim, de posse dessas informações e para finalizar a pesquisa foi realizada entrevista com o gestor da pasta de turismo do município de Guimarães, pessoas que operam nas atividades voltadas ao turismo de modo geral e poder observar se as políticas públicas de turismo são criadas a partir do uso de um inventário ou não, já que o mesmo, agrega informações de toda a matriz de atratividade local.

3 GUIMARÃES – APRESENTAÇÃO

O município de Guimarães localiza-se na mesorregião Norte do estado do Maranhão, entre as capitais São Luís (MA) e Belém (PA). Essa região é conhecida como Litoral Ocidental Maranhense, que agrega dez municípios que compõem o Polo Floresta dos Guarás, estando incluso o município de Guimarães, cujo secretário municipal de Cultura e Turismo, Sr. Antônio Marcos Gomes, e o atual presidente da Instância de Governança do referido polo. Guimarães limita-se com os municípios de Cedral, Mirinzal, Alcântara e Bequimão, sendo Alcântara o único município não pertencente ao polo (IBGE, 2010). Pode-se observar os dados do município, quantos aos aspectos geográficos no quadro 02.

Quadro 2 – Dados geográficos e estatísticos do município de Guimarães

DESCRIÇÃO	INFORMAÇÃO
ÁREA DO MUNICÍPIO	478,857km ² (2021)
COORDENADAS GEOGRÁFICAS	latitude 02°07'59" sul; longitude 44°36'04" oeste de Greenwich
SUBDIVISÃO GEOGRÁFICA	Mesorregião Norte Maranhense – Microrregião do Litoral Ocidental Maranhense
LIMITES	Cedral (Norte); Alcântara e Bequimão (Sul); Baía de Cumã e Oceano Atlântico (Leste); Mirinzal (Oeste)
DISTÂNCIA DA CAPITAL	204 km (4h38min) via <i>ferry boat</i>
POPULAÇÃO	11.966 pessoas (2021)
ANIVERSÁRIO	19 de janeiro

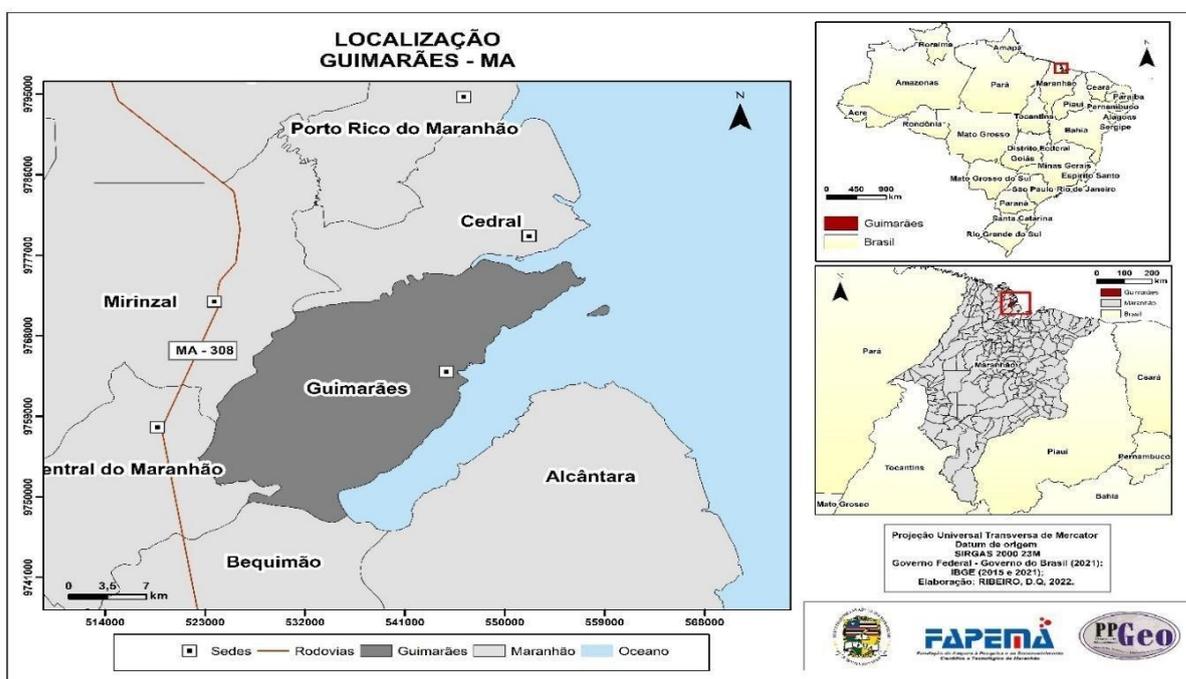
Fonte: IBGE (2010).

Muito antes da chegada dos europeus, quem habitava as terras vimarenses eram os povos indígenas Tupinambás e Tapuios. No decorrer da chegada dos portugueses, os indígenas foram sendo alguns catequizados e usados como mão-de-obra para a lavoura. Em sua obra, o Padre Claude d’Abeville já citava a existência desses índios:

Além de Tapuitapera, para Oeste, encontra-se um rio que a que os índios denominam Cumã, as terras adjacentes ou vizinhas são boas e bonitas, férteis e abundantes muito mais do que a Ilha Grande do Maranhão. Ali existe uma maloca de índios da mesma nação dos da ilha grande e de Tapuitapera, e além deste mais umas 15 ou 20 aldeias [...] Todas essas aldeias são mais povoadas que as da ilha grande do Maranhão, e todas aliadas e amigas dos índios de Tapuitapera e da dita ilha grande como se fossem uma só nação e

unidas para guerrear os seus inimigos.” (D’Abeville, 1874, cap. XXXIV, p. 220).

Mapa 1 – Localização de Guimarães e seus limites.



Fonte: Elaborado por Delony Queiroz

Assim são esses os primeiros indícios de formação étnica do município de Guimarães. A partir daí, têm-se uma história política e econômica rica em fatos que ajudaram a construir não só a cidade - MA, mas todo o município.

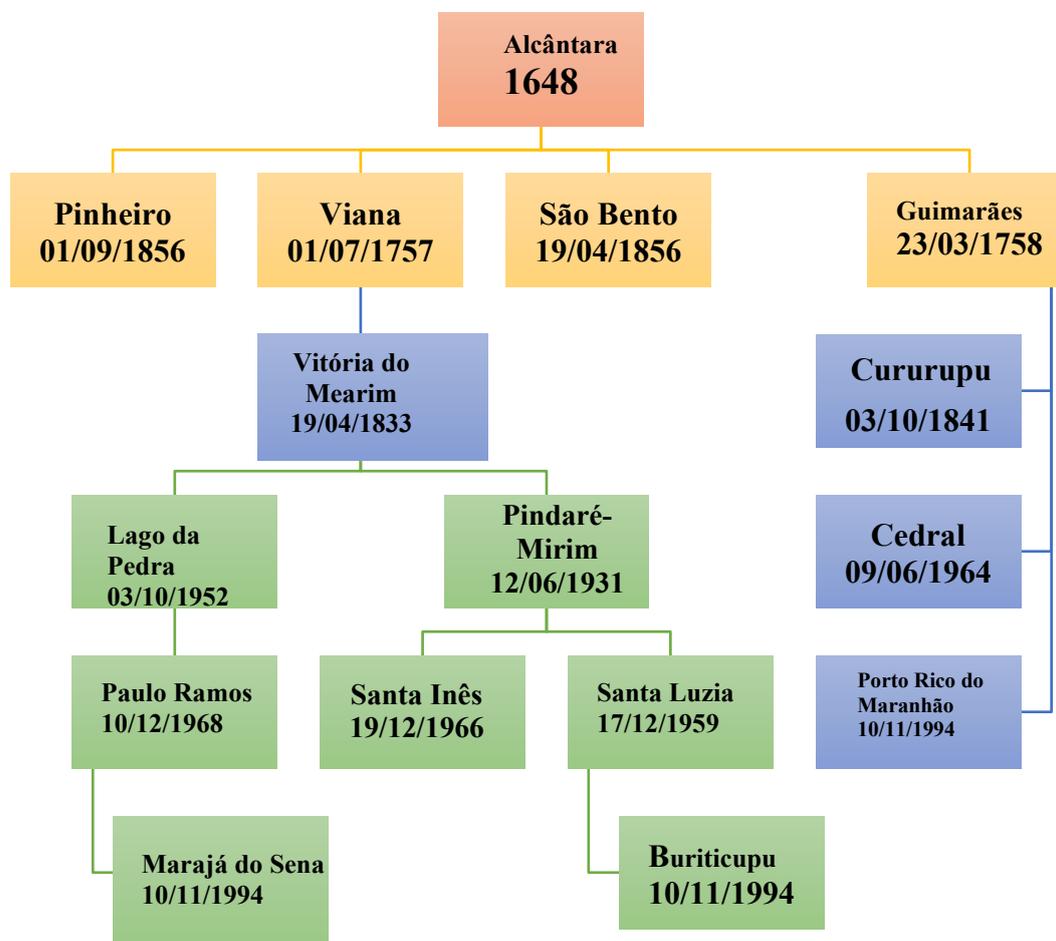
A princípio tudo se inicia com as grandes fazendas em meados de século XIX. Burnett *et al* (2016, p.33) relata que os 217 municípios maranhenses se formaram a partir dos originários São Luís (1612), Alcântara (1648), Icatu (1688), Caxias (1811), Turiçu (1833), Imperatriz (1856), Carolina (1831) e Alto Parnaíba (1881) (IMESC, 2010).

Um fato importante a ser destacado sobre o surgimento desses municípios se dar a partir da expansão de fazendas, conforme o crescimento de lavoura de cana de açúcar ou da criação de gado, no qual “resultava na necessidade de mais mão de obra. Daí a exploração não só de negros escravizados, como também, de indígenas locais para o trabalho” (Oliveira, p. 45, 2014).

No organograma 1 apresenta-se uma cadeia de evolução política e desmembramento dos municípios a partir de Alcântara para que se compreenda a evolução dos municípios, incluindo Guimarães. Nele é possível observar os municípios, datas de aniversário dos mesmos e origem dos demais. Observa-se a data de emancipação de cada município originário de outros. Em destaque, o

município de Guimarães e todos os municípios considerados desmembrados.

Organograma 1 – Evolução política dos municípios a partir de Alcântara



Fonte: IMESC (2010), elaborado pelo LATESE⁷ (2016).

A partir desse organograma observa-se o município de Alcântara como o município “matriz” de onde surgem as grandes fazendas como a Fazenda São José de Guarapiranga que deu origem aos povoados que formaram o município de Guimarães e a partir dessa, outras cidades e suas datas emancipatórias, dando uma análise sobre o desmembramento sociopolítico e a mudança de alguns povoados que se tornaram cidades prósperas como, por exemplo, Santa Inês, desmembrada de Pindaré- Mirim e que hoje se destaca como uma importante cidade.

3.1 Histórico

A história de formação do município de Guimarães arremete para o ano de 1755, quando o Senhor José Bruno de Barros, considerado historicamente com o um

⁷ Laboratório de Análise Territorial e Estudos Socioeconômicos - UEMA

dos primeiros moradores da região da atual Guimarães, ampliou seus senhorios com a exploração da mão de obra indígena e negra e, também, construiu olarias e casas de forno com o intuito de fabricação de farinha, já que o plantio da mandioca era uma atividade rentável naquela época (IBGE, 2010).

Sob a justificativa da distância entre sua residência e a fazenda, o que lhe incomodava em não poder dar atenção necessária à lavoura e aos seus bens de modo geral, o Senhor José Bruno solicitou ao bispo D. Antônio de São José autorização para que erguesse uma capela em homenagem a São José de Guimarães cuja imagem se encontra de frente para o mar (Figura 08) na Fazenda Guarapiranga, hoje a atual igreja de São José (Figura 08), dando uma doação de trinta vacas e meio quarto de légua de terra, equivalente a 1,25 km em medidas atuais.

Figura 7 – Estátua de São José



Fonte: Registro da autora.

Figura 8 - Igreja de São José

Fonte: Registro da autora

Em 1758, a Fazenda Guarapiranga foi doada à Coroa e no ano seguinte surgia a Vila de São José de Guimarães, sendo logo alocada à comarca de São Luís, Maranhão, que é, atualmente o município de Guimarães. Após essa doação, devido à riqueza da nova terra doada à Coroa, houve uma migração de estrangeiros para a região, a fim de explorar a terra e montar pequenos negócios. Começa então a surgir as fazendas de cana-de-açúcar e os pequenos comércios erguidos por portugueses que se empenhavam em explorar a pesca devido à abundância de mariscos e pescados (IBGE, 2010).

Até se tornar o município independente, Guimarães passou por transformações geopolíticas que surgiram ao longo dos anos de acordo com a política local e com a possibilidade do município em explorar cada vez não só a mão de obra, mas também, das lavouras e da pecuária, além de compor sua própria história. (Oliveira, 2014, p.27)

A primeira formação administrativa do município, surgiu com a denominação de Vila de Guimarães do Cumã, a partir do decreto de 23-03-1758, sendo ressaltado à categoria de município com o nome de Guimarães, pela lei provincial nº 7, de 29-04-1835 e sendo elevado à condição de cidade a partir do

decreto estadual nº 885, de 26-02-1920. Através da lei estadual nº 269, de 31-12-1948, foram criados os distritos de Mirinzal e Muiraneu, sendo estes anexados ao município de Guimarães. Em uma jurisdição superficial datada de 01-07-1950, o município se apresentou constituído de 3 distritos: Guimarães, Mirinzal e Muiraneu (este último já extinto) (IBGE, 2010).

A composição étnica formada a partir das migrações estrangeiras, da utilização das mãos de obra negra e indígena, foram de suma importância para a atual estrutura populacional de Guimarães, já que as grandes fazendas e os comércios que ali se instalaram eram de estrangeiros que aportaram ali com o intuito de montar seus próprios negócios, daí o surgimento de olarias, lavouras de cana de açúcar, mandioca, fábricas de cal, entre outros negócios que criaram grupos de indivíduos nas áreas rurais e urbanas que se destacaram dando a Guimarães uma maior importância econômica e a fez ter destaque financeiro para o estado do Maranhão naquela época. Gusmão (1993) afirma que:

O processo de constituição como grupo rural e etnicamente diferenciado, revela mecanismos de uma condição historizada que permitiu a existência de tais grupos e também, sua persistência no tempo. Persistir é então, resistir como camponês, reproduzindo a família para si e se reproduzindo como força de trabalho (Gusmão, 1993, p. 81).

Assim se constituiu etnicamente o município de Guimarães, erguido sob a história de vários povos que de uma forma ou de outra criaram a história do lugar. A forma política com a qual se organizaram através das grandes famílias que eram consideradas senhores das terras, modificou a formação de Guimarães com o passar dos anos. Isso influenciou muito seu contexto histórico.

A participação étnica da mão de obra negra no contexto político de Guimarães se deu no trabalho na lavoura e, assim, na formação dos quilombos que são, hoje, remanescentes. Cita-se como o mais famoso Damásio (Figura 10) que possui sua história de formação a partir da Fazenda Calhau, de propriedade do Senhor Manoel Martins da Silva (Oliveira, 2014, p. 105).

E assim, após a abolição da escravatura em 1888, muitos donos de fazenda faliram ou deixaram seus negros escravizados livres e os mesmos não tinham pra onde ir formando os quilombos que existem até os dias atuais

Figura 9 – Vista do centro do Quilombo Damásio, Guimarães - MA



Fonte: Registro da autora.

Esses mesmos quilombos, por sua identidade cultural formada a partir de sua ancestralidade e seu modo de vida, se tornaram atração turística para o município, fazendo parte da matriz de atratividade e atraindo grupos de turistas que vez ou outra buscam se aventurar não só na cultura local e histórica formadora, mas também se esticam até a praia de Araoca (Figuras 11 e 12), localizada no litoral do município que também dá nome ao quilombo de mesmo nome e que, segundo a história local, abriga em sua baía o famoso navio *Ville D' Boulogne* naufragado e que trazia o escritor maranhense Antônio Gonçalves Dias (Dias, 2011, p. 154)

A vivência nesses quilombos chegou ao patamar de tornar o turismo nessa região uma forma de explorar a economia local tendo os próprios moradores como “operadores”, a fim de tornar a atividade como fonte de renda e também que pudesse atender à demanda de visitas que começou a se formar com o decorrer dos anos, através da difusão de informações e da experiência que a visita a essa região e aos locais possa proporcionar ao turista de uma forma que o mesmo possa participar do dia a dia do morador sem interferir em seu cotidiano.

Figura 10 – Praia de Araoca, Guimarães- MA.



Fonte: Registro da autora.

Figura 11 - Praia de Araoca, Guimarães – MA.



Fonte: Registro da autora.

A partir do momento em que o turismo se torna um fenômeno praticado pela ação do visitante e que a comunidade se vê dentro desse ciclo de formação de atividades, surge a necessidade de participar como atores sociais que possam atender à demanda. Por isso, Guimarães possui, além de Damásio, outros povoados com atrativos ainda desconhecidos aos olhos do turista, mas há aqueles que se destacam pela alta em visitação e pelo *marketing* criado pelos próprios visitantes através de suas redes sociais o que sustenta o argumento de Alves ressaltando que:

No turismo a fotografia é ferramenta de concretização de exposição das pessoas, pois ao visitar locais, se utilizam das mídias sociais, para mostrar onde estão, por onde passaram, seu status, condição financeira, etc. As redes sociais têm papel importante na propagação e fortalecimento na divulgação de um lugar (Alves *et al*, 2017, p. 3).

É notório afirmar que Guimarães possui uma história e ancestralidade que envolve muitos personagens ilustres como a professora Maria Firmina dos Reis (Figura 13), reconhecida como uma das maiores romancistas de todos os tempos com sua obra “Úrsula”, e que, agora, fará parte do roteiro turístico do município em uma rota em fase de estudo e que será ofertada como produto pelo município, segundo informação do secretário municipal de Cultura e Turismo, o historiador Antônio Marcos Gomes.

Figura 12 – Maria Firmina dos Reis



Fonte: Escultura de Maria Firmina do Reis, do escultor Flory Gama.

No município foram identificados outros territórios com atividade turística devido a suas potencialidades e pela constante visitação que ocorre devido ao fato de que sempre as pessoas postam fotos desses locais, ou seja, a divulgação nas mídias sociais por pessoas que vivenciaram experiências nesses quilombos devido e que acabou despertando o interesse em outras pessoas que se aventuram em conhecer Guimarães e vivenciar a mesma experiência.

[...] às fotografias influenciarem na perspectiva do imaginário mediante a visualização das imagens compartilhadas como espaços a serem experimentados. Assim, os aplicativos utilizados na contemporaneidade como a rede social Instagram, compartilham fotos e vídeos, e possibilitam a interatividade entre os turistas, através de publicação dessas imagens (Alves *et al*, p.3, 2017).

A partir dessas visitas e do olhar mais profundo sobre o turismo e suas percepções, foram analisados quais melhorias poderiam ser feitas para que essas comunidades pudessem receber melhor o turista e de que maneira essa atividade pudesse ser economicamente lucrativa para as pessoas que se aventuraram no movimento turístico, sendo feitas essas observações pela ação da Secretaria de Cultura e Turismo com o intuito de buscar promover esses locais. A respeito de melhorias, durante a observação participante pôde-se observar a falta de infraestrutura nos povoados onde a atividade turística é frequente o que acarreta um certo problema no quesito conforto ao turista.

No município foram identificados territórios com atividade turística devido a suas potencialidades e pela visitação que ocorre devido ao fato de que sempre as pessoas postam fotos desses locais e pela ação da Secretaria de Cultura e Turismo buscar a promoção dos mesmos. Foram reconhecidos como locais de prática de turismo os quilombos de Damásio, Gepuba, Genipaúba e Araoca, este último por possuir uma praia frequentada por moradores e turistas que visitam o município de Guimarães (ver mapa 02).

Observa-se que nessas comunidades, a infraestrutura e o acesso são precários, e segundo informações de alguns moradores que foram entrevistados em uma segunda visita realizada em setembro de 2021, a estrada piora com o período chuvoso, mas que, com as ações de infraestrutura do poder público, torna o acesso viável. A exemplo, temos o acesso aos povoados Gepuba (Figura 14), que dá acesso a outros povoados que possuem atrativos turísticos.

Mapa 2 - Principais comunidades com atividades turísticas



Figura 13 – Acesso para povoados em GEPUBA, Guimarães – MA.



Nesse contexto, podemos afirmar que são comunidades que fazem parte da matriz de atratividade turística do município de Guimarães (Santos, 2020, p. 102), segundo afirmação do secretário Antonio Marcos atrativos naturais que são procurados pelos turistas como fonte de lazer nessas comunidades, mas que necessitam de infraestrutura adequada para ofertar melhor seus produtos (produtos e fabricação artesanal) e serviços (condução, atendimento, hospedagem).

Os quilombos que abrigam esses atrativos são considerados quilombos remanescentes já que abrigam e preservam sua identidade cultural tendo como base a sua própria ancestralidade, e seus atrativos naturais, chamados “banhos” que atraem as pessoas das comunidades ou turistas, com suas águas limpas e refrescantes dando assim mais um incentivo à promoção do turismo local e reforçando a diversidade territorial do município de Guimarães, fortalecendo a promoção do turismo em sua plenitude.

Quando falamos nessa divisão territorial de Guimarães elencada ao turismo, nos deparamos com a discussão sobre turismo e território e nos atentamos a uma relação bem mais complexa que Fratucci (2009) e Knafou (1996) afirmam quando ressaltam que há:

A possibilidade de três tipos de relações entre turismo e território: a) pode existir território sem turismo; b) pode existir um turismo sem território; c) podem, enfim, existir territórios turísticos, esses últimos entendidos como “territórios inventados e produzidos pelos turistas, mais ou menos retomados pelos operadores turísticos e pelos planejadores (Knafou, 1996, p. 72-73).

Assim, Knafou (1996) afirma que os turistas estão na origem da relação entre o turismo e o território, sendo descrito pelo autor que o lugar turístico se molda na mesma velocidade em que o espaço geográfico se transforma, isso implica em observar que o lugar turístico reúne o espaço e o território. Enquanto prática socioespacial, o turismo vai se apropriando de determinados espaços, transformando-os e, a partir disso, produzindo territórios e territorialidades flexíveis e descontínuas e “turistificando” os lugares (Fratucci, 2009, p.122).

4 INVENTARIAÇÃO DA OFERTA TURÍSTICA

O turismo tem sido muito discutido não só pela comunidade acadêmica, mas também no âmbito político e social no que tange o seu planejamento, o seu desenvolvimento, a sua promoção entre outras perspectivas que se julgem pertinentes à temática. São várias as pesquisas sobre o fenômeno turístico no Brasil e no mundo, isso nos mostra um crescimento no interesse pela atividade não só pela comunidade acadêmica, mas também pela sociedade de maneira geral.

Nesse sentido, o turismo, em sentido convencional, tem representado uma via privilegiada para a concretização e consolidação dessas percepções. [...] Não por acaso o turismo vem sendo traduzido nos últimos anos prioritariamente na literatura especializada e nas narrativas de políticas públicas como atividade econômica, segundo uma perspectiva operacional e/ou instrumental de análise, segundo um viés claramente orientado pelos interesses do mercado (Irving; Coelho; Arruda, 2020, p.74).

Assim, no processo de desenvolvimento turístico, o planejamento e desenvolvimento das atividades tendem a avançar na promoção, numa visão estruturada em que possa atender às demandas como, por exemplo, o desenvolvimento de rotas e roteiros regionais que possam ser ofertados aos visitantes como produto e que dê visibilidade à região.

Esses produtos são, em sua maior parte, os equipamentos turísticos, assim chamados bares, restaurantes, pousadas e similares, que tendem a fazer parte do *trade*⁸ para assim, se possa pensar em turismo como um propulsor da economia local, que gera renda, e que se faz necessário a intervenção do setor público que incite os *stakeholders*⁹, de forma que impulse os outros com medidas estratégicas de promoção do turismo local.

Ao iniciar o processo de estudo da promoção do turismo local, o poder público busca as diretrizes básicas elaboradas pelo Ministério do Turismo pois, através dessas diretrizes que são feitas análises da oferta turística local para que possa ocorrer a tomada de decisões a fim de promover a prática do turismo nas regiões e desenvolver o mesmo como atividade que gere emprego e renda à população local e que esse desenvolvimento seja sustentável, já que “o Brasil

⁸ O Trade Turístico é o conjunto de equipamentos e serviços que fazem parte de uma superestrutura constitui o produto turístico (Guia Turístico de SINOP, 2023).

⁹ Termo criado em 1980, por Roberth E. Freemann, em sua obra ***A Stakeholder Approach to Strategic Management***, para conceituar pessoas, áreas e organizações que possuem interesse comum ligados à gestão.

apresenta potencial e condições especiais para basear o crescimento do turismo a partir da força de seu mercado interno que, além de seus benefícios, gera externalidades para a sustentação do crescimento do turismo internacional”. (Rabahy, 2019, p.13).

Para que tenha início todo processo de reconhecimento da região como destino, se faz necessário uma análise nas diretrizes do Ministério do Turismo, que conta com uma metodologia apropriada e descritiva do passo a passo, a fim de entender a dinâmica exigida para que a mesma seja efetivada como destino turístico. Assim, o planejamento, a análise de equipamentos turísticos, a pesquisa por atrativos que formem a matriz de atratividade local, é de suma importância para a formatação do destino (Brasil, 2013).

O MTur criou uma série de medidas que devem ser observadas para a promoção e efetivação de uma região ou local como destino turístico, ou seja, para ser considerado um destino, é necessário que a cidade siga os critérios determinados pelo Ministério. Um desses critérios é o Inventário da Oferta Turística (IOT), documento que detém todas as informações sobre atrativos histórico-culturais, naturais e equipamentos turísticos que o destino possui, sendo esses equipamentos turísticos formados por toda a infraestrutura que esteja disponível para atender a uma demanda como lazer, saúde, comércio, diversão, entre outros. Apesar de ser uma proposta do MTur para que as cidades apresentem sua matriz de atratividade, o IOT não é considerado obrigatório para o processo de categorização que é realizado todos os anos com o intuito de reconhecer quais destinos ainda se encontram no mapa do turismo brasileiro.

Considerado um documento de análise e uma ferramenta necessário para a criação de políticas públicas de turismo, o inventário da oferta turística pode ser utilizado como um dos itens mais significativos para que o poder público possa conhecer sua própria matriz de atratividade e, assim, possa criar políticas públicas que atendam às demandas mais consideráveis desde a infraestrutura da cidade até os potenciais atrativos e, também, o Governo Federal, através do Ministério do Turismo, possa ter uma visão macro dos atrativos turísticos no país. É através do planejamento e desenvolvimento desse documento que conseguimos conhecer os espaços onde há atividades turísticas e seus equipamentos.

Segundo Ferreira *et al* (2022) sugerem que

O inventário da oferta turística também consiste em uma forma de aproximação e comunicação com a comunidade, com o intuito de discutir temas locais relacionados ao turismo, uso público e gestão de unidades de conservação, aproveitando a oportunidade para mobilizar a comunidade para as atividades de turismo e para torná-la protagonista neste processo (Ferreira *et al*, 2022, p. 285-286).

Isso nos mostra que a construção de um IOT tem a possibilidade de aproximar a comunidade à gestão pública onde este tem a oportunidade de solucionar problemas e atender demandas que se julguem pertinentes para a promoção do turismo local.

Para compreender a evolução do tema sobre a inventariação da oferta turística, é importante conhecer seu histórico, desde a fundamentação das pesquisas acerca da temática que se amplia de acordo com as pesquisas da sociedade acadêmica, com o intuito de entender o fenômeno turístico e seu avanço.

O uso do termo Inventariação da Oferta Turística, segundo Fratucci (2020) surge em Portugal na obra “**Hierarquização das Estâncias Termas Portuguesas**” de autoria de Licínio Cunha (1973), que faz a primeira inventariação de oferta turística de um atrativo considerado turístico. A esse momento é dedicada uma atenção especial ao modo como a inventariação é realizada seguindo um conjunto de normas e regras para que fosse possível a catalogação dos atrativos portugueses.

No Brasil, a inventariação surge na década de 70, como uma instrumentalização para catalogar as potencialidades turísticas no país e que, após essa catalogação, essas potencialidades pudessem ser ofertadas como produto turístico ao visitante e pudesse atrair mais pessoas (Fratucci *et al*, 2020).

Fratucci *et al* (2020) relata que já em 1977, a EMBRATUR apresentou um documento que se tornou pioneiro nas inventariações no país, (EMBRATUR, 1979) o Sistema Integrado de Planejamento Turístico que trazia normas e regras para realizar as inventariações, baseada na metodologia ditada pela Organização dos Estados Americanos (OEA).

Assim, o processo de criação da inventariação da oferta turística (IOT) no Brasil, se deu de forma que:

[...] apresenta a metodologia da OEA em seu Centro de Capacitação Turística (CICATUR) para identificar o potencial turístico. Esta metodologia visa definir quais são os recursos que deveriam receber investimentos e, para tanto, além do levantamento e armazenagem dos dados, estes são avaliados e hierarquizados em grau de maior importância pela sua atratividade seguindo indicadores específicos. Cria-se assim, um ranking de atrativos segundo os critérios estabelecidos pela metodologia. (Fratucci *et al*, p.6, 2020)

Dentro desse contexto, a IOT se expandiu com o objetivo de identificar e registrar as potencialidades turísticas que o Brasil possui através da catalogação e mapeamento, e utilizar como ferramenta para planejar e desenvolver políticas de turismo no país, assim se tornando uma ferramenta de levantamento de dados com perspectivas que contribuam para o desenvolvimento e promoção do turismo local, a partir da análise de informações.

Dessa forma, o MTur lançou a “proposta de realização de um planejamento que pudesse gerir a atividade turística, realizando a inventariação da oferta turística e, assim, criando um conjunto de informações turísticas” (Brasil, 2006, p.7), onde o inventário poderá contribuir para uma diversificação de boas práticas e para uma melhoria contínua, não só das ações da gestão local, mas também do planejamento e promoção do turismo no âmbito nacional.

Moraes *et al* (2020) ressalta que “para o planejamento e gestão do turismo há a necessidade de informações sobre a oferta turística, visto que o turista é o agente que move o turismo e sua mobilidade se dá por causa da oferta” (Moraes *et al*, 2020, p. 2), dessa forma se faz necessário que o IOT seja realizado por equipe profissional que esteja atenta às normas e à metodologia imposta pelo MTur e que se atente aos equipamentos turísticos existentes, tendo em vista que estes são de suma importância para a atividade turística.

A metodologia de classificação e caracterização dos elementos formadores da oferta turística foram criadas para permitir identificar e obter informações sobre os recursos turísticos, definir critérios e marcos conceituais para sua valorização e assim possui etapas de criação da oferta turística como no esquema abaixo (figura 15):

Figura 14 - Esquema explicativo das etapas de criação da oferta turística



Fonte: Fratucci (2019).

A organização e estruturação dos espaços adequados para a prática do turismo, a partir das ações específicas de cada grupo de agentes sociais que o produzem, envolve o trabalho de equipes multidisciplinares e atores sociais que tenham conhecimento dos elementos componentes deste espaço, sejam eles materiais ou imateriais, naturais ou produzidos pelo trabalho do homem (Fratucci, 2008; Fratucci; Moraes, 2020).

Isto implica em dizer que a participação da comunidade local na coleta de informações sobre a região onde ocorre a atividade turística, é de suma importância para a formulação de um inventário da oferta turística, onde a mesma contribui com seu conhecimento sobre o local, suas atividades e também com a oferta de produtos e serviços.

4.1 O Inventário da oferta turística e sua importância

A partir de sua criação, o IOT traz informações completas em seu conteúdo. Informações estas que são importantes para o município onde foi realizado, porque elenca não só atrativos, mas também produtos e serviços oriundos da região e que estão dispostos a serem inclusos nos roteiros turísticos locais, partindo do entendimento de que o IOT foi criado com o intuito de “levantar, identificar e registrar os atrativos, serviços e equipamentos turísticos e a infraestrutura de apoio ao turismo existente no País, como instrumento-base de informações para fins de planejamento e gestão da atividade turística” (Brasil, 2006, n.p).

Assim, a estruturação do IOT se trata não só de coleta de dados, mas o torna uma ferramenta que poderá contribuir para a geração de políticas públicas de turismo para o município, uma vez que seus dados mostram a qualidade e a quantidade de produtos/serviços que o município dispõe para atender à demanda turística e como essa oferta está no quesito conservação.

Além disso, o Inventário permite que pessoas físicas ou jurídicas, estudantes, entidades acadêmicas, pesquisem sobre a matriz de atratividade local, a fim de desenvolver alguma atividade voltada ao turismo, bem como, projetos que possibilitem o avanço de atividades como a elaboração de roteiros turísticos (Brasil, 2006).

Com a análise de um inventário, o que se espera, é que o mesmo possa ser utilizado pelo poder público na tomada de decisões no que tange a geração de

políticas públicas de turismo, a partir de suas informações, onde se tem a visão geral dos atrativos turísticos locais, que possa promover “uma política de circuitos turísticos constituída de ações do poder público, visando a articulação regional das organizações ligadas ao turismo para atuarem no mercado” (Gomes *et al*, 2008, p. 205)

Por outro lado, Moesch e Pinto (2006) afirmam que:

[...] no momento em que o Brasil passa a considerar o Turismo como um vetor de inclusão social e o Programa Nacional de Regionalização Turística um indicador desse horizonte, é nesse momento que o Inventário Turístico assume um novo e importante papel de disponibilizar informações confiáveis para fundamentar práticas sociais mais humanizadoras para o planejamento e desenvolvimento do turismo (Moesch; Pinto, 2006, p.7).

Uma vez concebido, o IOT tem a possibilidade de caracterizar o município em Município Turístico, “aquele que possui atrativo turístico, infra-estrutura, produtos e serviços adequados que atendam ao fluxo existente”; ou Município com Potencial Turístico que é “aquele que possui recursos turísticos sem infraestrutura, produtos e/ou serviços consolidados” (Brasil, 2006, p.25)

Assim, foi criada a Inventariação da Oferta Turística (INVTUR), que agrega uma metodologia que consta na plataforma do Ministério do Turismo, como forma de tornar todo o processo mais fácil e organizado quanto à sua execução.

4.2 Metodologia de Inventariação Turística

A metodologia de inventário turístico é um processo sistemático de coleta e análise de dados sobre os recursos turísticos de uma área, com o objetivo de identificar, quantificar e avaliar suas características e potencialidades. Essa metodologia é fundamental para o desenvolvimento do turismo em uma região, pois fornece informações para a gestão e planejamento das atividades turísticas.

A primeira etapa do processo de inventário turístico é a definição do escopo e dos objetivos da pesquisa, seguida pela identificação dos recursos turísticos, como atrações culturais, patrimoniais, naturais e eventos. É nesse momento que são definidos os profissionais da equipe que atuarão em cada segmentação, dando início ao planejamento de recursos humanos que participarão do projeto, sendo imprescindível que os profissionais sejam pessoas capacitadas e coordenadas por outros profissionais para que seja feito um planejamento das ações a serem aplicadas

no processo de inventariação. Segundo Moesch e Pinto (2006), é nesse processo que são definidos como prioridades na concepção do inventário:

- Definição de equipe;
- Assinatura de termo de cooperação técnica junto ao poder público visando comprometimento com os recursos técnicos e financeiros necessários para o processo de inventariação;
- O reconhecimento de áreas com atividades turísticas, através do mapeamento dessas regiões no município;
- Listar todas as atividades que serão desempenhadas pelas equipes, bem como os locais a serem desenvolvidas essas atividades a partir do mapeamento local e do cronograma elaborado para a execução do projeto.

Assim, forma-se as equipes a partir da parceria entre o poder público municipal e as Instituições de Ensino Superior (IES), com a finalidade de realizar o projeto.

O MTur entende que:

[...] a inclusão das IES de Turismo e Hotelaria, assim como de outros cursos afins, no processo de inventariação turística do país proporciona qualidade na informação coletada, além de colaborar para a qualificação dos futuros profissionais, especialmente, dos Bacharéis em Turismo e Hotelaria (Brasil p. 23, 2006).

Assim, a constituição de profissionais que realizam o inventário necessita de escolha minuciosa pois, os mesmos precisam:

[...] possuir formação específica, advindo dessa necessidade, a presença de um bacharel em turismo com uma visão (o “olhar do turismólogo”) de todo o processo para coordená-lo, sendo apoiado por outros profissionais que possam dar segurança aos seus diagnósticos, como geógrafos, historiadores, antropólogos, biólogos, arquitetos, entre outros, formando uma equipe multidisciplinar (Fratucci *et al*, p.4, 2020).

Para que seja seguido o plano de ação, é importante que primeiramente a região e todas as suas adjacências sejam visitadas, com o intuito de que seja analisada toda a demanda, a oferta turística que se encontra na região e, em seguida, são realizadas a coleta de dados, que incluem informações sobre a localização, acessibilidade, infraestrutura e atratividade de todos os recursos.

Partindo da premissa de que “é no município que o País e a Nação começam a existir, e que no município, e sob a sua jurisdição, que se encontram o patrimônio natural e o cultural, com destaque para a nossa maior riqueza - a nossa

gente, seus saberes e fazeres” (Figura 16) (Brasil, p. 8, 2006), o processo de inventariação ajuda na criação de roteiros turísticos que incluem atrativos que possam atender a uma demanda de visitação e possa também ofertar produtos, serviços e possa apresentar sua identidade cultural que faz parte de sua ancestralidade, através das políticas de turismo e ações que possam ser realizadas no local.

Figura 15 – Saberes e fazeres da cultura local no município de Guimarães - MA



Fonte: Registro da autora.

Assim, se faz necessário que todas essas informações sejam coletadas para a composição de um documento minucioso

Para que esse estudo sobre a inventariação turística, possa ser realizado com êxito, são levados em consideração alguns aspectos, como por exemplo:

- 1 – Metodologia oficial do MTur para Inventariação da Oferta turística;
- 2 – Fontes de Informação local;
- 3 – Abordagens Participativas junto aos atores sociais;
- 4 – Uso da Tecnologia, caso seja necessário;
- 5 – Aplicações e Resultados (Brasil, 2006).

No que diz respeito à metodologia oficial do MTur a ser utilizada para a realização de um inventário da oferta turística de um destino, podemos dizer que envolve alguns aspectos relevantes, a coleta de dados, que é de suma importância, a classificação e a categorização dos recursos turísticos locais, bem como a utilização de tecnologias e ferramentas de georreferenciamento em alguns casos. Assim, Moesch e Pinto (2006) ressaltam que:

A metodologia de inventariação turística é de extrema importância para o estudo do Turismo, e principalmente para o planejamento e desenvolvimento

desta atividade. Para que cumpra plenamente seu papel, a metodologia deve acompanhar o desenvolvimento e as mudanças que ocorrem no Turismo (Moesch; Pinto, 2006, p. 2).

Para isso, o MTur disponibiliza em sua metodologia oficial, um conjunto de formulários¹⁰ utilizados no processo de inventariação de um destino, o que já agiliza o método de coleta de informações, uma vez que se apresenta por categoria, facilitando a inventariação, devido à linguagem de fácil compreensão por todos os setores. A ideia é dar suporte aos municípios no reconhecimento de seus atrativos turísticos de forma que possam ser atualizados constantemente.

Outra função do IOT é dar suporte a visitantes, pesquisadores e gestores com informações genuínas a respeito da atratividade local, podendo servir como demonstrativo da realidade econômica municipal no que tange os produtos e serviços ofertados. Assim, Fratucci (*et al*, 2020, p.6) ressalta que “a necessidade de se conhecer a realidade turística de um território para planejá-lo, fez com que se” originassem as metodologias de classificação e caracterização dos elementos formadores da oferta turística” (Fratucci *et al*, 2020, p.6) o que nos leva a observar que essa classificação tornou o resultado de uma inventariação da oferta turística, um guia de acesso aos atrativos locais.

Vale ressaltar que a matriz de atratividade local tem todo um processo de estudo para que se torne um atrativo, ou seja, para que alcance o status de produto turístico, através de estudos realizados por profissionais, Para isso, destaca que:

No contexto do processo de planejamento não é somente a metodologia de pesquisa da oferta turística que deve ser adequadamente desenvolvida, mas também o profissional que dela fará uso. Este terá que possuir formação específica, advindo dessa necessidade, a presença de um bacharel em turismo com uma visão (o “olhar do turismólogo”) de todo o processo para coordená-lo, sendo apoiado por outros profissionais que possam dar segurança aos seus diagnósticos, como geógrafos, historiadores, antropólogos, biólogos, arquitetos, entre outros, formando uma equipe multidisciplinar (Fratucci *et al*, 2020, p.6).

A utilidade do IOT se estende também à análise de imprecisões na oferta do produto/serviço, sua infraestrutura e composição, a fim de que, através dessas informações se possa entender sua composição e solucionar suas falhas. Quando a pesquisa se inicia, tende a buscar todas as informações locais, inclusive a

¹⁰ BRASIL. Inventário da Oferta Turística. 2022. In: **Ministério do Turismo**. 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/turismo/pt-br/centrais-de-conteudo-/publicacoes/inventario-da-oferta-turistica>. Acesso em 23 mar 2023

demográfica, portanto, dados como Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), aspectos socioeconômicos, educacionais, entre outros são levados em conta, porque é necessário conhecer o cotidiano da população local e o quanto o poder público investe políticas públicas no município.

O papel do Estado é representado como um ator que potencializa o desenvolvimento e crescimento da atividade turística em regiões menos favorecidas, planejando e alocando infraestruturas, visando melhorar a qualidade de vida dos moradores locais e viabilizando e/ou consolidando a recepção de visitantes. Isso gera uma dinâmica econômica, sociocultural, ambiental e político-institucional virtuosa com benefícios favoráveis à diminuição de diferenças regionais (Trentin *et al*, 2020, p. 4).

É nessa visão que observamos o papel da gestão pública na região com o ato de promover o turismo através da construção de uma matriz de atratividade local. A construção dessa matriz se dá em parceria com a comunidade, está por sua vez, conhecedora da região e que pode apontar as reais necessidades locais a fim de sanar questões que se julgue pertinentes na promoção de atividades turísticas, já que Martins *et al* (2019), ressalta que “é necessário a participação da comunidade na construção e execução do planejamento turístico, a fim de conseguir a equidade na participação, e conseqüentemente, na eficácia do planejamento” (Martins *et al*, 2019, p. 25). Assim, se faz a construção de um projeto com uma abordagem *bottom-up* (de baixo para cima), dando voz às comunidades que são os principais atores sociais, no planejamento e desenvolvimento do turismo nas regiões.

Essa metodologia utilizada por profissionais para realizar a inventariação de um destino, se encontra disponíveis na plataforma¹¹ do Ministério, para que possam ser baixados e aplicados por profissionais em equipe. Esses formulários são classificados conforme apresentam-se no quadro 3:

Quadro 3 – Formulários para inventário da oferta turística segundo o Mtur

CATEGORIA A	CATEGORIA B	CATEGORIA C
Informações básicas do município	Meios de Hospedagem	Relevo Continental
Rodoviário – Rodovia	Outros tipos de acomodações	Zona Costeira
Rodoviário – Estação rodoviária	Serviços e equipamentos para alimentos e bebidas	Relevo Cárstico

¹¹ BRASIL. Inventário da Oferta Turística. 2022. In: **Ministério do Turismo**. 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/turismo/pt-br/centrais-de-conteudo-publicacoes/inventario-da-oferta-turistica>. Acesso em 23 mar 2023

Ferroviário – Ferrovia e metrovia	Serviços e equipamentos para agências de turismo	Hidrografia
Rodoviário – Estação Ferroviária	Serviços e equipamentos de transporte turístico	Unidades de Conservação
Aeroviário – Aeroporto e campo de pouso	Espaço para eventos	Conjuntos Arquitetônicos
Aeroviário - Heliporto	Serviços para eventos	Sítios, etc.
Aquaviário - Hidrovia	Parques	Lugares de manifestação de fé
Aquaviário – Porto, píer, cais, etc.	Espaços livres e áreas verdes	Arquitetura Civil
Sistema de Comunicação	Instalações esportivas	Arquitetura oficial, militar e religiosa
Sistema de segurança	Instalações Náuticas	Arquitetura agrícola, industrial e funerária
Sistema de saúde	Espaço de diversão e cultura	Obras de interesse artístico
Sistema Educacional	Outros espaços de recreação	Ruínas, centros culturais, teatros e cineclubes
Locadoras de imóveis para temporada	Informações Turísticas	Gastronomia, Artesanato e Trabalhos Manuais
Compras especiais	Entidades Associativas e Similares	Formas de Expressão
Comércio turístico	Guiamento e condução turística	Personalidades
Serviços Bancários		Atividades Econômicas
Serviços Mecânicos e Postos de Combustível		Atrações Técnicas e Científicas
Representações Diplomáticas		Eventos Programados

Fonte: Brasil (2021).

Como pode-se observar, os formulários estão disponibilizados em categorias com o intuito de que a pesquisa inventariante seja minuciosa e obtenha a captação de um máximo possível de informações pertinentes ao destino.

Após o uso dos formulários, inicia-se o processo de análise dos dados coletados com o objetivo de avaliar o potencial turístico dos recursos, classificá-los quanto a sua importância e identificar eventuais problemas e oportunidades para o desenvolvimento do turismo. O resultado dessa análise é apresentado em um relatório, que inclui recomendações para a gestão e melhoria dos recursos turísticos

da área.

Assim, com a disponibilização desses formulários, o Ministério busca facilitar que os municípios realizem seus próprios inventários a partir dessa metodologia e dessa forma, o INVTUR passou a ser uma das principais ferramentas de priorização do governo federal, no que diz respeito a reconhecer os patrimônios naturais e culturais dos municípios, além disso, o IOT de cada município pode se tornar uma ferramenta utilizada para a formatação de políticas públicas para a região, uma vez que se torna um das principais produtos em paralelo a outros instrumentos verificados nessa qualificação, segundo a portaria Ministério do Turismo nº 41 de 24 de novembro de 2021 (Brasil, 2021).

Além de identificar e catalogar esses recursos turísticos, é importante ressaltar que deve ser feita uma avaliação para conhecer a qualidade e êxito do inventário. Isso envolve uma análise de acertos e confiabilidade dos dados obtidos, a competências dos critérios classificatórios e distributivos e a utilização para a tomada de decisões e o planejamento estratégico.

Apesar de existir a metodologia do MTur, Fratucci *et al* (2020) ressalta que alguns estados possuem metodologias e equipes próprias para a realização do inventário, o que implica em um outro modelo de IOT, sendo também os destinos turísticos obrigados à execução de seus inventários com equipes próprias e consultores externos ou em parceria com universidades.

Para que a metodologia possa ser desenvolvida, a concepção de um inventário exige um planejamento que acompanhe as transformações ocorridas no destino turístico e que possa ser atualizado em suas informações, isto é, que possa ter as mesmas informações constantemente retificadas para que o lugar em questão tenha a possibilidade de ofertar seus produtos e serviços. Essa atualização deve ser realizada constantemente, pelo órgão competente municipal o que torna uma etapa imprescindível para que o inventário tenha total aproveitamento, porque acompanha as mudanças constantes no destino, na matriz de atratividade, nos equipamentos turísticos e que possa servir como qualificador das ações da gestão local.

No que diz respeito às fontes de informações que são utilizadas na captação de dados, são identificados como principais fontes de referências para a idealização da investigação turística, pesquisas de campo, levantamento bibliográfico, entrevista com os *stakeholders* locais, dados pessoais, e todas as informações disponíveis em bancos de dados e registros históricos. (Brasil, 2013, p.25)

Nessa etapa, a participação popular, isto é, da comunidade local, se faz necessária tendo em vista que é os conhecimentos locais que colabora com informações precisas, que podem explicar alguns fatores históricos e sociais da região (Brasil, 2013, p.25).

A abordagem participativa é uma habilidade atual onde são adotados processos que envolvem diretamente as comunidades locais, o setor público e privado, as organizações da sociedade civil e assim contribui para uma perspectiva mais extensiva e ajuda no reconhecimento e valorização dos recursos turísticos. É no domínio público que se encontram interesses que, muitas vezes, causam um impacto social que paralisa atividades e o desenvolvimento local, afetando o meio ambiente e as comunidades locais. A esse contexto, Brusadin (2005) ressalta que:

Isso se dá em função de sua vinculação aos projetos políticos que estão na base da organização das sociedades e que se resolvem dentro de processos de negociação em que pesam diferenças de poder das distintas camadas sociais e fatores ideológicos, que não são passíveis de análises científicas puramente racionais (Brusadin, 2005, p. 89).

Sob a premissa de que “o planejamento e gestão são fundamentais para a elaboração do pensamento estratégico sobre aquilo que se pretende para em relação ao destino trabalhado” (Brasil, 2006, p. 13), o Ministério do Turismo vem buscando desenvolver mais destinos no país com o intuito de que os Estados e, principalmente, os municípios possam ter o turismo como alternativa econômica, e que possam se autopromover, criando suas próprias estratégias de desenvolvimento.

A questão política influi na promoção de um destino a partir dessa visão sistêmica. É a partir de algumas emendas parlamentares que são obtidos muitos dos recursos para o planejamento e execução de projetos turísticos nos destinos. Para que sejam concebidos, esses projetos estão alinhados a segmentações que necessitam se alinhar a outras bases fundamentais da sociedade, o que é observado por Da Silva *et al* (2023) em;

Compreende-se que um investimento na área de turismo deve, em primeiro lugar, tratar das questões centrais advindas da prática da atividade, infraestrutura para atrativos existentes, ações de gestão, regularização do mercado, aperfeiçoamento de potencialidades locais. Logicamente, sendo atendidas as demandas principais, é possível beneficiar, de forma indireta, vários aspectos da urbanização, da estética, bem como da qualidade de vida nas cidades e espaços turísticos (Da Silva *et al*, 2023, p.6).

Esse advento político se torna ferramenta de troca em alguns casos e as afiliações político-partidárias são o principal foco na busca pela implementação do

turismo. O lançamento de editais por parte do Ministério do Turismo também é de suma importância para que os gestores municipais concorram com projetos submetidos em prol do turismo local.

Dentro desses processos, encontra-se a contrapartida dos municípios com o princípio da regionalização, onde a promoção e desenvolvimento do turismo é uma forma de o *stakeholder* municipal se tornar o agente de desenvolvimento, considerando ser ele o detentor das realidades e demandas locais. Ao institucionalizar o representante regional, garante-se a permanência do interlocutor estadual como forma de fortalecer e estender a rede de mobilização (Brasil, 2013).

Assim, se inicia o processo de inventariação da oferta turística de uma região que possua potencialidades turísticas.

4.3 Inventariação da oferta turística de Guimarães, Maranhão

A inventariação da oferta turística do destino Guimarães, Maranhão, foi realizada entre 14 e 17 de janeiro de 2020 e teve como objetivo coletar dados, identificar, mapear e catalogar os atrativos e equipamentos turísticos existentes. Iniciou-se com uma parceria entre a Prefeitura Municipal de Guimarães, através da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo e a Universidade Federal do Maranhão, por meio do GPTCP. Foram deslocados para o município dois professores/coordenadores, oito alunos dos cursos de Turismo e Hotelaria da UFMA e uma Turismóloga (Figura 17) com o intuito de realizar o inventário da oferta turística.

A ideia seria gerar esse IOT com o intuito de um futuro Plano Municipal de Turismo que pudesse atender diversas ações do turismo local.

Durante os três dias em que a equipe esteve no município, puderam coletar muitas informações, equipamentos turísticos e observar vários aspectos como as comunidades quilombolas que se tornaram territórios turísticos através de sua matriz histórica-cultural e que recebiam visitas constantes de grupos de turistas ou de grupos de estudantes realizando visitas técnicas ao município com o intuito de conhecer comunidades como, por exemplo, o Quilombo do Damásio (Figura 16)

Figura 16 – Equipe participante da Inventariação da oferta turística de Guimarães



Fonte: Acervo GPTCP (2020)

Figura 17 – Visita ao Quilombo Damásio



Fonte: Registro da autora (2022)

Ainda sobre a inventariação da oferta turística é correto afirmar que se trata de um processo de coleta e análises de dados sobre os recursos turísticos de uma

área específica onde relacionam-se todos os equipamentos, produtos e serviços que possam ser oferecidos pelo destino e o que se encontrou em Guimarães foram justamente um conjunto de equipamentos turísticos e atrativos históricos, culturais e naturais como por exemplo, o Balneário Abrantes, localizado no Quilombo Damásio (Figura 18) que faz parte da matriz de atratividade local.

Figura 18 – Balneário Abrantes – Comunidade Damásio, Guimarães - MA



Fonte: Guimarães (2022).

Assim, em três dias, a equipe se dividiu em duplas e trios para realizar a coleta de dados e informações que fossem pertinentes para a preparação do documento final. Foram utilizados os formulários do INVTUR para fazer a pesquisa e, também, para observar todos os atrativos.

Uma outra observação muito importante é sobre as condições dos atrativos antes, durante e depois da diminuição dos casos de COVID 19. Alguns atrativos outrora muito visitados, durante o auge da pandemia ficaram completamente isolados, como é o caso do Lago do Sapateiro (Figura 19), abandonado no período da pandemia e que hoje se encontra totalmente revitalizado pela comunidade, com incentivo e apoio total da Secretaria de Cultura e Meio Ambiente e recebendo visitas no que tange à retomada das atividades turística do local.

Figura 19 – Lago do Sapateiro, Guimarães - MA



Fonte: Guimarães (2022).

Ao longo do processo de investigação sobre os atrativos do destino Guimarães, observou-se que além dos povoados que recebem visitas turísticas, há ainda aqueles que são anônimos ao olhar do turismo, mas que possuem os famosos “banhos” que são utilizadas apenas por quem conhece o local, como é o caso de vários outros povoados que não entraram no inventário por não possuir atividade turística, mas que para a população local são usados como lazer.

Após toda a coleta de dados realizada pela equipe e com participação do secretário municipal de Cultura e Turismo e sua equipe, o *staff* do grupo de pesquisa retornou a São Luís, munidos de informações para gerar um documento final que seria o inventário da oferta turística do município de Guimarães, Maranhão. A análise dos dados coletados foi realizada com o objetivo de avaliar o potencial turístico de todos os recursos e atrativos catalogados, classificá-los quanto a sua importância e identificar eventuais problemas e oportunidades para o desenvolvimento do turismo no município a fim de que a gestão pública local possa encontrar soluções e gerar políticas públicas de turismo que possam promover o turismo local.

Em resumo, o inventário da oferta turística de Guimarães se tornou uma importante ferramenta para o planejamento e gestão do turismo na região, que permitiu a identificação e avaliação dos recursos turísticos locais e o desenvolvimento de estratégias para o aproveitamento de suas potencialidades, a fim de cooperar com a tomada de decisões acerca da promoção do turismo local.

Em síntese, Guimarães possui atrativos naturais catalogados em comunidades quilombolas. Em sua sede, possui também diversos atrativos históricos como por exemplo, o Museu Histórico e Artístico de Guimarães (Figura 20), localizado na Praça da Família Luís Domingues, Centro, que salvaguarda objetos, documentos, e relíquias doados por descendentes de nobre famílias que constituíram a história do município nos séculos passados.

Figura 20 – Museu Histórico e Artístico de Guimarães - MA

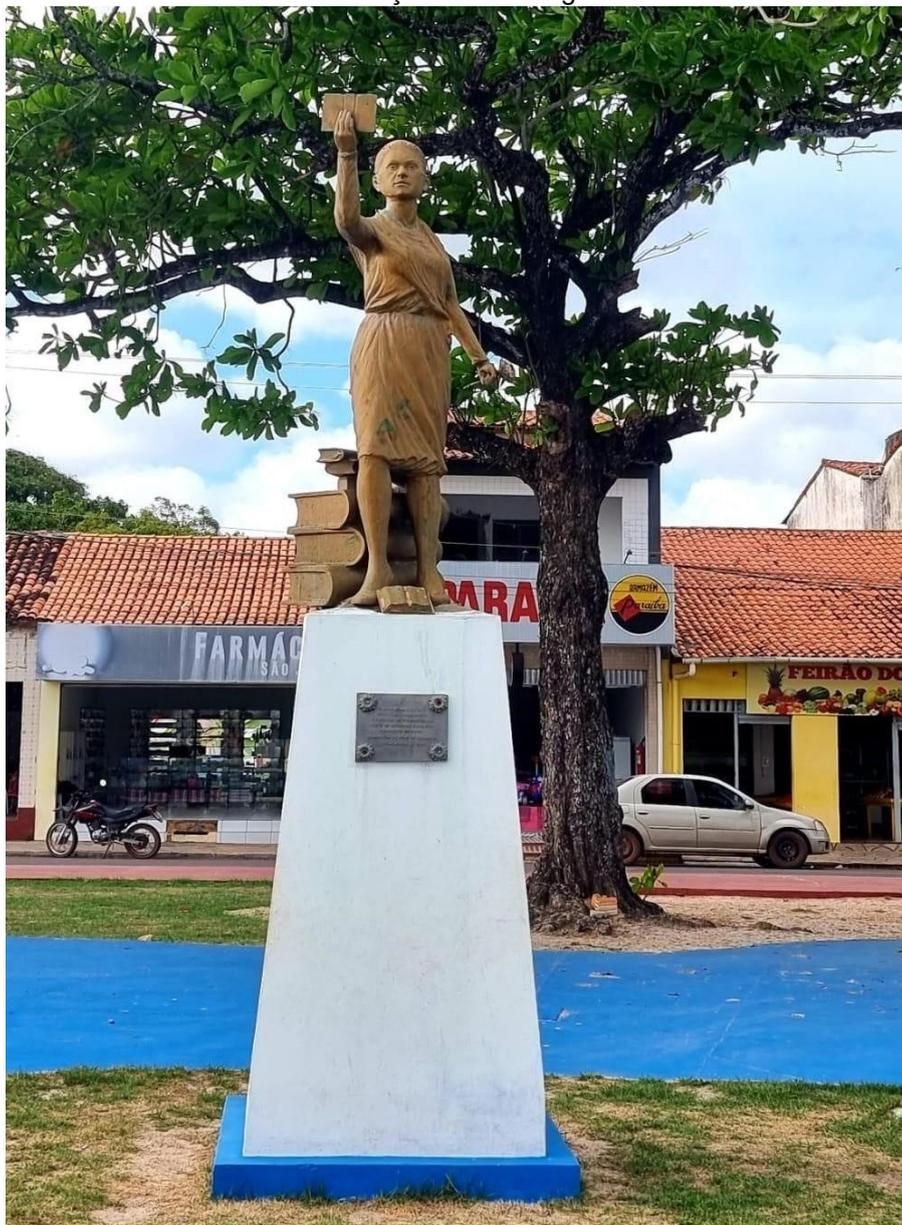


Fonte: Registro da autora.

A inventariação da oferta turística de Guimarães resultou num documento oficial entregue à Prefeitura, munidos de informações pertinentes à matriz de atratividade local. Tudo o que foi catalogado, desde as informações sobre o município até as fotos e fatos importantes, foram adquiridos junto à comunidade e ao poder público, que gentilmente cedeu imagens e autorizou a concretização do projeto.

Entre outros imóveis históricos que se encontram na sede de Guimarães, muitos serviram de residência para famílias nobres da época das fazendas, outras para pessoas que se destacaram pelo seu legado, como é o caso da poetisa e professora Maria Firmina dos Reis, muito conhecida pela sua obra “Úrsula” e que residiu numa casa na Praça Luís Domingues, em que atualmente abriga uma das lojas do Grupo Paraíba (Figura 22).

Figura 21 – Estátua em homenagem à Maria Firmina dos Reis, em frente a antiga casa da escritora– Praça Luís Domingues



Fonte: Registro da autora

Essa foi uma forma de a cidade reconhecer o talento e mérito da Professora Maria Firmina dos Reis que viveu em Guimarães e lecionou em fazendas da região para filhos de agricultores entre outros. Um dado curioso que merece ser mencionado aqui, é o fato de que em 11 de agosto de 1860, o jornal “A Moderação”, um famoso periódico daquela época, divulgou um texto relacionado à obra dessa escritora, no qual evidencia-se “Crônica Sumária: Úrsula, acha-se à venda na Tipografia do Progresso, este romance, original brasileira, é produção da Sra. D. Maria Firmina dos Reis, professora publica em Guimarães” (Oliveira, 2014, p. 128)

Além de Maria Firmina dos Reis, Guimarães também foi berço de outras

personalidades de nossa história como Jomar Moraes, Celso Coutinho, Sousândrade, Urbano Santos, entre outros que se destacaram nas artes, na literatura e no meio jurídico e político, assim construindo a história local.

Todas essas informações sobre o patrimônio histórico e cultural do município, estão contidas no IOT que traz informações sobre o que se pode encontrar em Guimarães, como por exemplo, lojas, restaurantes, bares, pousadas, artesanato, lanchonetes, tudo que possa ser ofertado ao visitante.

Infelizmente, devido ao recorte de pesquisa ter sido feito entre 2021 e 2022, o inventário não foi atualizado e também por causa da pandemia muitos dos empreendimentos considerados turísticos, vieram a fechar suas portas devido à pandemia do COVID-19.

Mesmo com o fim da investigação, o inventário de Guimarães ainda não havia sido atualizado dando a entender que as informações contidas no mesmo já não condizem com a realidade local, o que impede que seja utilizado na criação de políticas públicas de turismo local.

Apesar de estar desatualizado e não poder contribuir com o poder público, a gestão de turismo local busca parcerias com o intuito de promover ações nas localidades que há atividade turística no município, levando oficinas, palestras e cursos para as comunidades que recebem turistas, para que os mesmos possam ofertar produtos e serviços de qualidade que atenda à demanda turística.

A atualização do IOT de um município se faz necessária de forma que possa ser útil na criação de um futuro Plano Municipal de Turismo que possa ser ferramenta de geração de políticas públicas de turismo, mas para que isso aconteça se faz necessário atualizações. Através dessas atualizações, o poder público terá uma visão ampla de empreendimentos novos e mais antigos ainda em operação; de atrativos naturais e seu estado de conservação.

5 POLÍTICAS PÚBLICAS

5.1 Ciência Política e Concepção de Políticas Públicas

Para compreendermos e conceituarmos as políticas públicas, se faz necessário um breve estudo sobre Ciência Política, a fim de compreender melhor como se dá a concepção das políticas públicas. Para que se entenda bem da temática, é notável que iniciemos pelo conceito de Ciência Política, já que é uma ciência imprescindível para o entendimento da sociedade e sua relação com a política.

A Ciência Política, segundo Bonavides (1976), “se explica pela unidade das normas de direito de determinado sistema, do qual ele é apenas nome ou sinônimo” (Bonavides, 1976, p. 14), o que implica em dizer que se trata de uma ciência que se concentra em entender como os governos são formados e funcionam, como as políticas públicas são feitas e como os indivíduos e grupos participam da vida política.

Por se tratar de uma área muito ampla e diversificada, a Ciência Política abrange uma variedade de questões que inclui a teoria política e que são voltadas ao estudo das ações governamentais e que visam atender às necessidades da sociedade e garantir o bem-estar dos cidadãos. Para melhor compreender, se faz necessário um breve resumo acerca de seu significado, para que possamos entender sua geração e diagnóstico que, em síntese, pode-se dizer que se relaciona com estado, governo e gestão pública e, em alguns casos, o setor privado.

No Brasil, as políticas públicas têm sido criadas para enfrentar diversos desafios, como a desigualdade social, a falta de infraestrutura e de serviços públicos de qualidade, entre outras questões que necessitem de atenção do poder público. Ao longo dos anos, governos, empresas e organizações “têm buscado definir políticas públicas e práticas para redução das desigualdades sociais e seus efeitos perversos sobre os grupos que se encontram em vulnerabilidade social” (Freitas, 2015, p.89), bem como tentam promover o fim da valorização das diferenças; estes exemplos, além do efeito didático e maior civilidade nas relações entre pessoas.

Algumas dessas políticas incluem por exemplo, o **Bolsa Família**, um programa de transferência de renda para as famílias mais pobres que visa atender principalmente pessoas abaixo da linha da pobreza; o **Minha Casa Minha Vida**, que visa proporcionar moradia aos brasileiros de baixa renda com prestações baratas e dando subsídio; e o **Programa de Aceleração do Crescimento**, como já citado, que buscou investir em infraestrutura para impulsionar o crescimento econômico (Brasil,

2007).

Conceituar política pública é defini-la como o processo de escolha dos meios para a realização dos objetivos da sociedade. Queiroz (2012) ressalta que:

[...]uma política pública envolve em seu interior ferramentas e aspectos institucionais, onde o conteúdo se passa por objetivos expressos e as ferramentas os meios para alcançar os objetivos elaborados, além de envolver órgãos públicos, entidades não governamentais e até empresas privadas (Queiroz, 2012, p.96),

No entanto, mesmo com esses esforços, muitos desafios persistem. Algumas vezes por falta de interesse por parte da gestão, ou até mesmo a falta de recursos que possam ser investidos em prol da região. Alguns problemas no setor público, afetam a eficácia das políticas públicas e comprometem a confiança da população nas instituições governamentais, tanto na esfera federal como também nas estaduais e municipais. A esse contexto vale ressaltar que a coordenação dessas políticas públicas precisa ser efetiva, ou seja, tenha em sua dinâmica o real propósito para o qual foi concebida.

Segundo Souza (2018)

[...] seja qual for a definição que adotemos para o conceito de política pública, assim como o foco em uma ou em várias das dimensões que a compõem, sua coordenação fará parte do seu desenho, tanto sobre como os principais atores serão coordenados no momento da decisão (Souza, 2018, p.15).

Quanto sobre como a política será coordenada no momento da implementação. Para um melhor entendimento sobre a temática, Souza (2018) ainda ressalta o surgimento da política pública a partir de três gerações de estudos que foi mapeada por Malcolm Goggin (1990) e que se estrutura da seguinte forma, segundo a autora (Souza, 2018, p. 25):

1ª GERAÇÃO

“A primeira, iniciada nos Estados Unidos, foi uma reação à falta de efetividade de programas e às frustrações das expectativas sobre as possibilidades da política de transformar situações vistas como problemas. Em outras palavras, a expectativa dos formuladores de política era a de que as regras eram claras e que os que a executariam seguiriam essas regras de acordo com os objetivos dos formuladores das políticas.” Nota-se que essa foi a geração que primeiro implementou políticas públicas, com sanção legal do ponto de vista político, numa tentativa de

solucionar problemas sociais até então tidos como situações comuns a exemplo, a desigualdade social.

2ª GERAÇÃO

A segunda geração das pesquisas partiu para a construção de molduras teóricas e de hipóteses, e para o debate do que depois ficou conhecido como as abordagens das pesquisas em implementação através dos modelos *top-down* (de cima, ou do centro, para baixo) e *bottom-up* (de baixo, ou do local, para cima). Esses modelos de pesquisa são implementados principalmente na concepção de projetos e programas a partir do que mais se assemelha.” Por exemplo, a criação de uma política pública para a implantação de um parque temático em uma comunidade que possui atrativos turísticos naturais e históricos, se faz necessários o uso do modelo *bottom-up*, pois se faz necessário um estudo dos impactos socioambientais a fim de compreender o quão benéfico será tal projeto para a região e para a comunidade local. Podemos citar como exemplo, a participação de comunidades regionais na implantação de projetos envolvendo o Turismo de Base Comunitária, onde a análise do projeto se inicia com a participação da comunidade local que são os principais atores sociais.

3ª GERAÇÃO

A ênfase da terceira geração foi a de construir pontes entre os modelos das gerações anteriores, agregando-os em novos modelos teóricos, mas acrescentando também novos elementos.” Nessa terceira geração surgem as hipóteses confusas, e com elas duas modificações. A primeira foi buscar superar aquilo em que os autores entendiam como “fraquezas conceituais” dentro do debate entre as abordagens *bottom-up* e *topdown*, tentando conciliar os dois polos dos modelos: decisão centralizada e autonomia local, ou seja, o conluio entre esses modelos deveria beneficiar ambas as partes de geração da política pública para que não houvesse divergências. A segunda foi chamar a atenção para questões para as quais as duas abordagens deram pouca importância, como por exemplo, o fator externo como o desenvolvimento socioeconômico local e a atuação político- partidária dentro e fora das tomadas de decisões (Souza, 2018, p.26)

A análise de políticas públicas é um processo que visa avaliar a efetividade e eficiência de programas e ações governamentais, com o objetivo de identificar pontos de melhoria e otimização. Assim, é de suma importância que “imbuídos do compromisso constitucional que rege a administração pública (CF/88), o governo deve se articular para uma boa gestão pública, utilizando-se dos instrumentos da política pública para realizar as funções que lhes são atribuídas” (Tretin *et al*, 2020, p. 2).

Já a concepção de políticas públicas de modo geral, se concentra na fase anterior, onde se define o problema a ser enfrentado, se estruturam objetivos e metas, e se desenvolvem estratégias para atingi-los, tendo em vista que a definição, formulação e a avaliação das políticas públicas são atividades exclusivas do estado (Queiroz, 2012). Em síntese, Queiroz (2012) conceitua política pública como “[...] são, no estado democrático de direito, os meios que a administração pública dispõe para a defesa e a concretização dos direitos de liberdade e dos direitos sociais dos cidadãos, estabelecidos numa Constituição Nacional” (Queiroz, 2012, p.97).

Nesse termo, as etapas são importantes para garantir que as políticas públicas sejam eficazes e alcancem os resultados desejados. A análise de políticas públicas permite ao governo conhecer o impacto de suas ações e tomar decisões baseadas em evidências, enquanto a concepção cuidadosa de políticas públicas aumenta a chances de sucesso ao identificar e priorizar as necessidades e demandas da sociedade.

5.2 Políticas Públicas de Turismo

As políticas públicas de turismo são políticas estratégicas formuladas, analisadas, aprovadas e executadas pelo poder público com o objetivo de desenvolver, promover, estruturar o turismo de uma região ou país. Elas visam a qualificação profissional, a proteção do patrimônio cultural e natural, bem como a melhoria da infraestrutura para receber os turistas, a partir do controle das atribuições voltadas ao desenvolvimento do turismo como produto interno local e, também, a pesquisa e a inspeção da demanda turística. Assim, Tasso *et al* (2021) afirma que:

Da mesma forma, as políticas públicas de Turismo devem garantir a democratização e legitimidade da participação dos diversos segmentos da sociedade nos processos decisórios, por meio do estímulo e da conscientização sociopolítica sobre as consequências, locais e regionais, a partir do fomento do setor (Tasso *et al*, 2021, p. 5).

As políticas públicas de turismo também levam em consideração aspectos sociais, culturais, ambientais e econômicos da região e o quanto esses segmentos são importantes dentro da cadeia do turismo. São a eles que são concebidas as políticas de acordo com suas necessidades.

As políticas públicas de turismo no Brasil são voltadas para o desenvolvimento, promoção do setor turístico em todo o país, para isso se faz necessário a pesquisa centrada em atrativos turísticos com o intuito de ofertar melhores produtos e serviços ao visitante. As principais lacunas das políticas públicas de turismo no Brasil são:

As lacunas das políticas públicas de turismo no Brasil incluem:

- **Falhas Estruturais**

- Infraestrutura turística inadequada, como transporte, hospedagem e serviços básicos
- Falta de investimentos em infraestrutura e manutenção de atrativos turísticos.

- **Desenvolvimento Sustentável**

- Insuficiente implementação de práticas sustentáveis e responsáveis no setor turístico.
- Falta de gestão eficaz dos impactos ambientais e culturais do turismo.

- **Capacitação e Emprego**

- Deficiência na capacitação e qualificação da mão-de-obra no setor de turismo.
- Precariedade nas condições de trabalho e remuneração dos profissionais de turismo.

- **Planejamento e Gestão**

- Falta de planejamento estratégico e integração entre órgãos governamentais e setor privado.
- Insuficiente monitoramento e avaliação das políticas públicas de turismo.

- **Acesso e Inclusão**

- Limitações no acesso ao turismo para pessoas com deficiência e baixa renda.
- Falta de políticas inclusivas para promover o turismo acessível.

Para superar essas lacunas, é essencial que o governo, setor privado e sociedade civil trabalhem juntos para desenvolver políticas públicas eficazes e

sustentáveis que promovam o turismo de qualidade no Brasil. Existem alguns pontos muito importantes que precisam ser ressaltados sobre essas políticas públicas no Brasil, sendo eles:

5.1.1 Política Nacional de Turismo (PNT)

A Política Nacional de Turismo estabelece diretrizes e estratégias para o desenvolvimento do turismo no país. Ela busca promover a sustentabilidade, a competitividade e a inclusão social no setor, por meio da cooperação entre governo, setor privado e sociedade civil de um modo geral. Trentin e Fratucci (2011) ressaltam que:

[...] o PNT foi regido pela lógica neoliberal de atrair investimentos através do discurso de participação da sociedade em geral e que dentro dessa participação, se encaixaria o Plano Nacional de Municipalização do Turismo, que se apresentaria dentro de uma concepção descentralizada, utilizando-se das formas de participação cidadã contidas na Constituição Federal de 1988 (Trentin; Fratucci, 2011, p. 840).

Assim, pela premissa, a criação do PNT, podemos dizer que essas políticas são criadas a partir de uma análise cuidadosa dos recursos turísticos disponíveis, bem como da demanda do mercado.

É importante que todas as partes envolvidas trabalhem juntas para alcançar os objetivos estabelecidos, garantindo a sustentabilidade do turismo e seus benefícios para a comunidade, ou poderá ocorrer danos procedentes de decisões tomadas de forma errônea, pois:

O perigo é a constatação de que certos riscos e danos devem ser assumidos pela maioria da população (hospedeiros nos territórios turísticos), quando a decisão foi tomada por um pequeno grupo de pessoas (muitas vezes por interesses especulativos), não por especialistas ou por conhecedores do assunto e de seus impactos (Pimentel *et al*, 2022, p.9).

E assim a política pública não está desonrada de riscos, mas seus compromissos e definições são fatores contínuos de ameaça com efeitos que, de uma forma ou de outra, impactam diretamente a população. A esse contexto, Trentin *et al* (2020) afirma que:

[...] é válido ressaltar que uma questão cada vez mais importante no setor de turismo é a imagem negativa deste como espoliador de destinações, considerado como um fator de mudança social adversa “[...] portanto, cabe ao poder público se ater a essas variáveis no plano das políticas e do planejamento turístico, buscando desenvolvimento social equilibrado e

responsável (Trentin *et al*, 2020, p. 3).

Além disso, as políticas públicas de turismo precisam ser constantemente avaliadas e ajustadas para se adaptar às mudanças no mercado e nas necessidades da sociedade. Isso garante que o turismo continue sendo um setor dinâmico e relevante para a economia local e nacional.

5.1.2 Regionalização do Turismo

Uma das abordagens adotadas nas políticas públicas de turismo no Brasil é a regionalização, que tem como objetivo principal promover o desenvolvimento turístico equilibrado em diferentes regiões do país. Isso implica em identificar e potencializar os recursos naturais, culturais e históricos de cada região, além de estimular a criação de roteiros turísticos e formar parceiros entre municípios e estados, num processo que implica no planejamento formalizado (Brasil, 2013).

A regionalização do turismo tem como objetivo maior fomentar o turismo em todo o país, valorizando a diversidade cultural e natural do Brasil e promovendo o desenvolvimento equilibrado dos destinos turísticos, para isso há uma preocupação em trabalhar o turismo como uma atividade sustentável, descentralizada e associada às políticas sociais de fomentação e que promova a inserção de novos parâmetros que possam surtir efeitos progressivos nas atividades turísticas em todo o país.

O Programa de Regionalização do Turismo, antes chamado Plano Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT), criou o Mapa do Turismo Brasileiro, que se trata de uma ferramenta de planejamento turístico voltada para identificar, classificar e priorizar os destinos turísticos do país. O mapa é baseado em critérios como potencial turístico, infraestrutura, atrativos e preservação ambiental.

Ele divide o Brasil em regiões turísticas e identifica destinos turísticos com potencial para o desenvolvimento de atividades turísticas, como praias, montanhas, cidades históricas, entre outros. Esse mapa tem como objetivo principal promover o desenvolvimento equilibrado do turismo e ampliar a oferta de atrativos turísticos no país, além de fomentar a diversificação da economia (Brasil, 2004).

A intenção é contribuir para a promoção do turismo a partir da formação desse mapa onde a roteirização de destinos fica bem mais nítida e a necessidade de políticas públicas de turismo seja necessária no planejamento das atividades que possam impulsionar essas atividades e encorajar municípios a valorizar e desenvolver

seus próprios atrativos.

Um dos pontos observados na formação desse Mapa Brasileiro do Turismo, foi o cadastro dos municípios de acordo com polo regional a qual pertence. O SISMAPA, assim chamado o sistema de cadastro, solicita a inclusão de vários documentos comprobatórios, entre eles, a matriz de atratividade local. Observa-se que o sistema solicita um **inventário da oferta turística**, “caso” o município possua, se não, pode se cadastrar do mesmo jeito e fazer parte do Mapa (Brasil, 2022).

Sabe-se que um inventário da oferta turística detém em seu conteúdo várias informações do município entre elas, a matriz de atratividade local. Como um documento tão importante ainda é tratado como opcional pelo Ministério? Como criar políticas públicas de turismo sem conhecer a potencialidade turística local?

Apesar dessas indagações, o Ministério do Turismo tem trabalhado em políticas públicas para fomentar o desenvolvimento do turismo no Brasil, incluindo o aumento da capacitação dos profissionais da área, o fortalecimento da infraestrutura turística, a promoção dos destinos turísticos nacionais e internacionais, a valorização da diversidade cultural e a preservação do patrimônio turístico e natural (Brasil, 2022).

Em geral, o turismo é uma importante atividade econômica no Brasil e pode contribuir significativamente para o crescimento econômico, a geração de empregos e o desenvolvimento de destinos turísticos regionais e o Ministério do Turismo tem se dedicado a incentivar o turismo e fomentar a competitividade do setor, buscando desta forma aumentar a receita e a atratividade turística do país.

5.2 Promoção e Marketing Turístico

As políticas públicas também têm foco na promoção e no marketing turístico do Brasil. Isso envolve a divulgação dos destinos turísticos do país, a participação em feiras e eventos internacionais, a criação de campanhas de marketing e a facilitação do acesso à informação sobre os destinos turísticos. O objetivo é atrair visitantes nacionais e internacionais, aumentar a procura turística, a economia local e gerar tributos aos cofres públicos.

O marketing turístico desempenha um papel fundamental na promoção do destino, pois envolve estratégias e atividades voltadas para uma região específica. No Brasil, um país diversificado e com ampla oferta de turismo, o marketing é uma área em constante desenvolvimento, onde as atividades de turismo são divulgadas pelo

próprio visitante.

É ele quem visita, fotografa para eternizar o momento e lança em suas redes sociais que, aliás, se tornou um grande aliado na promoção do turismo de ordem global. Há um *link* criado entre o atrativo e o visitante que visa ampliar a visitação ao local através da experiência de outrem. Alves, Costa e Perinotto (2017) ressaltam que:

Antes da era digital, a intermediação turística acontecia de forma direta, a informação seria repassada e o turista escolhia seu destino. Após a era digital, o turista ou pré-turista, antes de escolher o seu destino, durante e depois da viagem, se conectam e decidem o destino dependendo das opiniões e imagens dos próprios turistas (Alves; Costa e Perinotto, 2017, p. 3).

Assim, o marketing e a promoção são ferramentas principais no processo de geração de políticas públicas de turismo. A divulgação do destino é um importante processo de promoção do destino, tendo em vista que, hoje, a tecnologia da informação, através da *internet*, se torna uma importante ferramenta nessa metodologia, porque o marketing turístico se beneficia da promoção *on line*, o que amplia o benefício de uso das plataformas digitais, como *websites*, mídias sociais e aplicativos móveis a partir do uso de fotos, vídeos e depoimentos de viajantes e suas experiências. Perinotto (2020) resalta que “assim, percebe-se que a internet abriu o novo método de diálogo na comunicação, entre consumidor e os serviços oferecidos, passando a utilizar a tecnologia com o propósito de viabilizar a compra de produtos e serviços” (Perinotto *et al*, 2020, p. 6).

Outro recurso usado pelas operadoras são as parcerias com Influenciadores Digitais que tem desempenhado um papel significativo na promoção e marketing do turismo, devido ao alcance que suas publicações têm atingido nas redes sociais e ao número de seguidores de seus perfis. Essas parcerias são realizadas entre instituições que tem o turismo como principal atividade e que, assim, criam um impacto positivo do turismo.

As políticas públicas de turismo no Brasil buscam estimular a participação do setor privado por meio de incentivos, como linhas de financiamento e programas de incentivo fiscal. Além disso, são parcerias com instituições e entidades ligadas ao turismo, como, por exemplo, EMBRATUR, o SEBRAE, O Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR), entre outras organizações que compõem o Sistema S.

Assim, conhecer o contexto em que se vive e suas alegações, se faz necessário para que sejam tomadas decisões importantes ou que:

[...] seja qual for a definição que adotemos para o que seja uma política pública, assim como o foco em uma ou em várias das dimensões que a compõem, sua coordenação fará parte do seu desenho, tanto sobre como atores serão coordenados no momento da decisão, quanto sobre como a política será coordenada no momento da implementação (Souza, 2018, p.15).

5.3 Guimarães e as Políticas Públicas de Turismo

Como já foi citado neste trabalho, a nossa investigação no município de Guimarães, se iniciou em 2021, em um momento em que o mundo se preparava para retomar as atividades turísticas de forma global. No município de Guimarães (MA) não foi diferente. Muitos estabelecimentos e empreendimentos que ofertavam produtos e serviços e que, de certa forma, tinham o turismo como fonte de renda, haviam fechado suas portas e esperavam por políticas públicas que pudessem suprir suas necessidades e dar uma resposta plausível para que pudessem retornar às suas atividades.

Foi um momento de muita insegurança, onde muitos empreendedores não tiveram condições de manter seus estabelecimentos devido à escassez de visitantes. A busca por soluções era grande e alguns empreendedores como o Sr. Mendonça¹², proprietário de pousada que viu seu negócio declinar muito devido à ausência de reservas a corrida pelo avanço da pandemia e que segundo ele, “causou um grande prejuízo que só não foi maior porque ele tem outros negócios que lhe garantiram o sustento”.

Nesse meio tempo, nenhuma política pública de turismo foi criada com o intuito de garantir a retomada das atividades e que, assim, tornasse o município novamente atrativo à visitação. Entretanto, vendo a necessidade de que o turismo fosse promovido no município, assim incitando a volta das atividades turísticas e das visitas que antes transformavam a cidade com uma maior movimentação, a gestão pública local buscou outros meios de marketing e promoção do turismo no município como um todo.

A observação do inventário da oferta turística foi tão somente para mapear os locais em que havia mais atividades turísticas.

Nesses locais foram constatados que se tratar de comunidades quilombolas que possuíam atrativos naturais como rios e lagos, também chamados

¹² Nome fictício devido ao entrevistado não ter autorizado sua identificação

pelos municípios de “banhos”, que era sempre procurados para o lazer e que necessitavam de qualificação profissional que os preparassem para receber visitantes, desde a oferta de produtos como o artesanato local, até a condução de turistas em trilhas as quais os próprios moradores já conheciam, sem falar os aspectos socioculturais existentes em Guimarães.

Diante da necessidade de promover o turismo local, induzindo o comércio local, entre bares, restaurantes, pousadas, entre outros. a gestão pública local buscou a parceria como alternativa imediata já que não havia políticas públicas voltadas exclusivamente para o turismo, nem para a infraestrutura local.

5.4 Ações Implementadas pela SECTUR em Guimarães

Em 2021, devido Plano de Regionalização do Turismo, o Ministério do Turismo exigiu que todos os municípios formadores dos polos turísticos do país realizassem o recadastramento através de suas secretarias estaduais. Dentro desse registro, os municípios deveriam especificar um Plano de Ação com informações sobre suas especificidades em relação à equipamentos, infraestrutura, políticas públicas, saneamento, educação e lazer.

O município de Guimarães realizou esta ação listando as informações e dados contidos no próprio município. A princípio expôs a matriz de atratividade local, matriz esta que se encontra inserida no inventário da oferta turística, ressaltando que essa é também uma parte de sua utilização, a fim de se apresentar não só como membro do polo Floresta dos Guarás, mas, também como um município que possui suas potencialidades turísticas e que essas potencialidades se destacassem no quesito de equipamento turístico que possa não só destacar o município como destino, mas também, que faça parte da matriz local. Desse modo o que observamos nesse plano de ação é a análise SWOT (Quadro 04) relativa à criação de políticas públicas de turismo para Guimarães, no que tange as políticas públicas de turismo.

Quadro 4 - Matriz SWOT de políticas públicas de turismo

POLÍTICAS PÚBLICAS			
Forças	Fraquezas	Oportunidades	Ameaças
Existência da pasta do Turismo	Falta de implementação do FU MTUR ¹	Recebimento de emenda parlamentar para pavimentação da Av. Guarapiranga, principal via de acesso e marco zero da cidade	Falta de editais federais com propostas voltadas para o turismo.
Existência do COMTUR ²	Falta monitoramento do Espaço Trapiche enquanto espaço turístico sob concessão pública.	Construção da praça de eventos com recursos federais.	Redução de investimentos em projetos estruturantes para o turismo devido à pandemia.
Sensibilização da comunidade local em relação à pauta do turismo.	Falta ações itinerantes pelo município realizadas pelo COMTUR	Recursos da Lei Aldir Blanc promovendo os artistas locais.	A paralisação de projetos e iniciativas ligadas ao turismo na região e em decorrência da pandemia.
Parcerias com demais secretarias para ações voltadas ao turismo	Falta de financiamentos para pequenos e médios empreendimentos turísticos.	Recursos da Secretaria Estadual de Cultura para incentivo a projetos culturais locais.	A parceria entre Guimarães e Portugal não concretizada devido à pandemia.
¹ Fundo Municipal de Turismo ² Conselho Municipal de Turismo			

Fonte: Sector (2021)

Para tanto, a Secretaria buscou de todas as formas captar recursos e promover parcerias com outras secretarias e instituições que pudessem fazer o turismo no município voltar a crescer como antes e que isso pudesse consolidar o município de Guimarães como destino turístico no Litoral Ocidental Maranhense.

Um outro ponto bem importante é a existência do Conselho Municipal de Turismo, entidade formada por membros da comunidade, associações, lideranças, sociedade civil, poder público, iniciativa privada e que são base para a formação de ideias e sugestões, em que o resultado seja consensual. O COMTUR de Guimarães auxilia o secretário da pasta de Turismo na tomada de decisões e manifesta sua opinião, fazendo com que a promoção do turismo no município de Guimarães.

A centralização de decisões se dá através das reuniões formadas com a participação de todos, uma vez que

[...] a institucionalização da gestão participativa do turismo municipal passou a ser articulada a partir da criação de conselhos municipais de turismo instituídos por leis municipais e com composição paritária entre os representantes do poder público e aqueles da iniciativa privada e da sociedade civil organizada (Fratucci; Trentin, 2011).

A sensibilização e conscientização das comunidades onde há atividade turística, sobre a importância do turismo para a região, foi uma outra problemática identificada pela gestão pública. O fator identificação de territórios detentores de atividades turísticas fez com que o poder público ressaltasse para a comunidade local da importância de ter o turismo como forte aliado para o desenvolvimento socioeconômico da região, tendo em vista que esse fortalecimento insere benefícios para o setor, como foi feito no Quilombo Damásio, no intuito de retomar as atividades turísticas em 2021 (Figura 24).

A SECULT teve alguns desafios a serem enfrentados. O primeiro deles foi, através do inventário da oferta turística, identificar os atrativos com maior fluxo de visitas, quais suas necessidades e, assim, analisar quais as demandas a serem implementadas.

A questão da participação social na elaboração/implementação/gestão das políticas públicas recoloca a questão da cidadania e sua dimensão espacial, do modo como isso é discutido por Santos (2004), já que “é impossível imaginar uma cidadania completa que prescindia do componente territorial” (Santos, 2004, p. 144).

Figura 22 – Reunião da SECTUR com a comunidade quilombola Damásio



Fonte: Guimarães (2021).

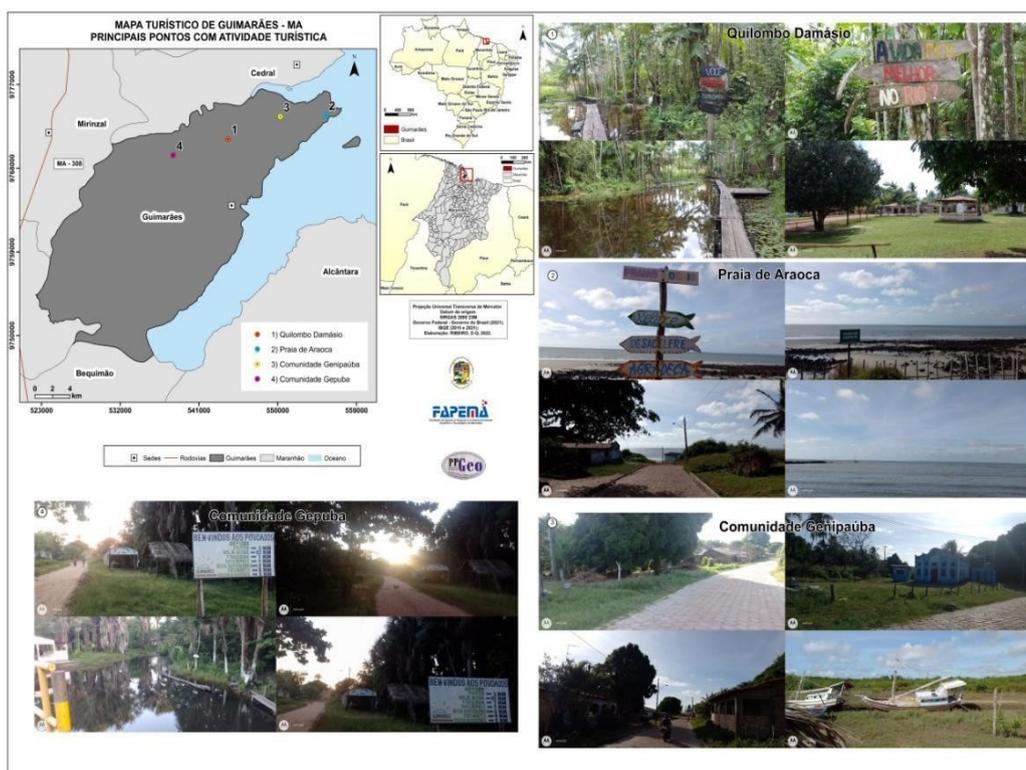
No que diz respeito às comunidades onde há atividades turísticas, onde as pessoas recebem visitantes interessados em conhecer a cultura local, observou-se a escassez de ações itinerantes pelos povoados com o intuito de conscientizar as comunidades acerca das práticas turísticas e das funções de um conselho municipal em relação à oferta de atividades relacionadas ao turismo e do reconhecimento de outros povoados através de seus atrativos, por exemplo, o Balneário Abrantes localizado na Comunidade Damásio, que poderia voltar a receber muitas visitas em uma nova perspectiva e com uma comunidade mais preparada profissionalmente.

Para que pudesse ser implementadas ações de turismo que pudessem ser aplicadas no município, já que as políticas públicas de turismo não foram criadas até aquele momento que pudesse atender à demanda local, foi necessário um diagnóstico

que caracterizasse as principais localidades de visitação, ou seja, onde a atividade turística fosse mais intensa.

Nessa condição, no município foram identificados povoados com atividade turísticas (Mapa 3) devido a suas potencialidades e pela constante visitação que ocorria no local em razão ao fato de que sempre as pessoas postam fotos desses espaços, ou seja, a divulgação nas mídias sociais por pessoas que vivenciaram experiências nesses povoados, e que acabou despertando o interesse em outras pessoas que se aventuram em conhecer Guimarães e ter a mesma experiência que os outros, caracterizando uns “territórios inventados e produzidos pelos turistas, mais ou menos retomados pelos operadores turísticos e pelos planejadores” (Knafo, 1996, p. 72-73), onde o turista se torna o sujeito do lugar dando ênfase ao fenômeno turístico.

Mapa 3 – Povoados com atividade turística em Guimarães - MA



Fonte: Elaborado por Delony Queiroz

De posse do IOT, foram reconhecidos como espaços com atividades de turismo os quilombos de Damásio, Gepuba, Genipaúba e principalmente Araoca este último (Figura 24) por possuir uma belíssima praia frequentada por todo turista que visita o município de Guimarães.

A partir dessas investigações realizadas pela gestão pública em observância ao IOT, foram diagnosticados alguns problemas e analisadas quais

melhorias poderiam ser feitas para que essas comunidades pudessem receber melhor o turista e de que maneira essa atividade pudesse ser economicamente lucrativa para as pessoas que se aventuraram no movimento turístico, sendo feita essas observações pela ação da Secretaria de Cultura e Turismo com o intuito de buscar a promoção dos mesmos. Eis um estudo para a criação de uma política pública de turismo voltada para esses povoados que se iniciou a partir da observação do inventário da oferta turística, mas que infelizmente, resultou em apenas ações empreendidas a partir de parcerias realizadas entre a Prefeitura municipal, aqui representada pela Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, e instituições que se mostraram interessados no desenvolvimento do turismo na região.

Figura 23 – Praia de Araoca, Guimarães- MA



Fonte: Registro da autora

Por se tratar de uma Secretaria que detém também a pasta da Cultura, e apesar de Guimarães não possuir um inventário cultural que abriga todas as manifestações culturais e religiosas do município, o gestor lida também com demandas culturais que de uma certa forma agrega valor ao turismo.

O uso dos recursos da Lei Aldir Blanc que foram direcionados aos artistas locais, durante o contexto da pandemia, momento este em que a cultura local esteve muito fragilizada e necessitando de todo apoio possível, foi uma das ações de suma importância para a cultura local na qual a secretaria esteve à frente.

Assim, sucederam-se as parcerias com outras instituições a fim de atender às demandas tidas como importantes para o município. Foram essas parcerias que se destacaram no desenvolvimento do setor econômico local, através de um planejamento estratégico que visasse a qualificação profissional de mão de obra. São vias de apoio e desenvolvimento unindo forças em prol da região, visando a retomada do turismo após o período da pandemia que estagnou as economias ao redor do mundo. Guimarães seguiu assim unindo forças na tentativa de reaver suas atividades, dar continuidade aos projetos que foram parados repentinamente devido ao avanço do Covid-19.

Assim, esse diagnóstico se iniciou pela sede do município, onde um dos problemas encontrados foi a falta de uso e conservação do Espaço Trapiche (Figura 25), o que acarretava um certo transtorno por ser tratar de um belo espaço construído pelo poder público e que consiste em um belo *deck* flutuante, com dois quiosques bem estruturados o que torna o espaço, à beira da praia, um dos mais belos cartões postais da sede, mas que não possuía nenhum monitoramento e que ainda não havia sido incluído no inventário da oferta turística como atrativo da sede.

Figura 24 – Vista do espaço Trapiche a partir de um drone.



Fonte: Guimarães, 2021

No que se refere à implementação de políticas públicas de turismo que não foram criadas para atender às demandas no município de Guimarães, podemos compreender como a gestão pública toma decisões a partir da observação da infraestrutura local e como se comportou num contexto pandêmico que exigiu da pasta uma maior atenção não somente à infraestrutura, mas também à comunidade em

geral e é através dessa visão que Carvalho (2015) afirma que da “assunção da corresponsabilidade na estrutura de Estado contemporâneo por parte dos sujeitos da sociedade civil organizada, permite a construção de políticas públicas de interesse coletivo, como as do tipo *bottom-up* (não *top-down*)”, ou seja, a construção coletiva se inicia de baixo para cima, desde a comunidade que são os principais atores sociais, para que os mesmos façam parte de toda o projeto desde sua elaboração até sua execução.

5.5 Ações realizadas pela secretaria na ausência de Políticas Públicas De Turismo

Uma das principais ações relativas ao turismo identificada em Guimarães, foi a que gerou qualificação profissional para pessoas em todos os povoados visitados pela gestão. Após um diagnóstico realizado pela Secretaria, foi verificado que a falta de mão de obra qualificada era um ponto fraco no que diz respeito à recepção de turistas. Tomazoni (2007) ressalta que “uma das principais razões destacadas pela OMT para a expansão do mercado do turismo é a qualificação profissional, que contribui com a melhoria da qualidade dos serviços” (Tomazoni, 2007, p.205) e, partindo desse pressuposto, entendemos que a qualificação profissional se torna uma importante ferramenta que agrega não só valor à oferta de serviços, mas também, a geração de renda e atratividade de demanda.

Com a demanda em mãos, a Secretaria buscou formar as parcerias necessárias para que pudesse implementar uma política pública de qualificação profissional que atendesse à demanda e, assim, surge a parceria com o SEBRAE, já que o município possui uma Sala do Empreendedor, o que já agiliza os processos de oferta de cursos de capacitação e oficinas voltadas ao empreendedorismo.

O Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC) disponibiliza cursos para a área de qualificação profissional no setor turístico e formaliza essa parceria com municípios a fim de atender às demandas locais. Tomazoni (2007) ressalta que

É necessário que tanto os gestores do turismo municipal quanto os profissionais das diversas áreas envolvidas possuam competências que podem ser aprimoradas pela experiência da atuação prática, mas que são resultados de conhecimentos teóricos e de aprendizado adquiridos em sala de aula (Tomazoni, 2007, p. 212).

Entendemos que a política pública de qualificação profissional é válida em todos os setores, mas que no setor turístico tem a possibilidade de gerar melhor mão de obra que possa ampliar oferta de serviços.

De acordo com Fratucci e Da Silva (2019) “a qualificação profissional vem se caracterizando como objeto de crescente interesse para as políticas públicas no setor do turismo” (Fratucci; Da Silva, 2019, p. 63) e que o Plano Nacional de Turismo (PNT) do Ministério do Turismo (MTur) – PNT 2003-2007 – já incluía, mesmo que de forma incipiente, a qualificação profissional em um de seus macros programas. Assim, observamos a importância da qualificação profissional como política pública de turismo, agregando valor ao trabalho em execução do operador de turismo.

Em Guimarães foi constatado o fato de haver pessoas que trabalham com o turismo sem nenhuma qualificação. Isso vai desde motoristas até guias de turismo que não possuem qualificação, mas que residem no local e usam seus conhecimentos em campo para guiar visitantes pela região. Isso, muitas vezes, sai caro ao turista porque não são valores cobrados por profissionais da área e isto acarreta uma imagem ruim para o município no quesito estruturação de equipamentos e mão de obra.

Assim, a proposta de qualificação profissional foi levada como uma importante ação de desenvolvimento em habilidades profissionais para a promoção do turismo no destino, tendo em vista a distância dos povoados para a sede e o interesse das comunidades em participar dessas qualificações.

Falar em ausência de políticas públicas de turismo na cidade de Guimarães, nos leva a imaginar como a administração pública de outras cidades, também se organiza para tomada de decisões com o intuito de atingir metas e encontrar soluções para problemas internos. Assim, a natureza dessas políticas possui foco ontológico que atribui a característica discursiva das políticas públicas como interesse central, já que como sabemos do ponto de vista teórico, que as políticas públicas não podem ser de outra forma senão discursivas (Resende, 2017, p. 2013), e a sua escassez prejudique, por vezes o bom desenvolvimento do turismo regional.

À medida em que o turismo se apropria do lugar, mais se faz necessário que o espaço seja estruturado para atender à demanda, seja no quesito estrutura física, ou de prestação de serviços. Assim, o processo de qualificação profissional desses povoados se tornou uma meta para melhorar o atendimento e formar pessoas

capacitadas em turismo. A esse contexto, Carvalho (2018) ressalta que esses:

[... territórios étnicos possuem ativos naturais e culturais passíveis de serem transformados em produtos de turismo rural, desde que o mesmo esteja inserido em um planejamento mais amplo que inclua não só a formatação do produto, mas a sensibilização das comunidades estudadas para o turismo, a capacitação e qualificação profissional e a busca por parcerias (Carvalho, 2018, p. 36).

O que chama a atenção a esses povoados que possuem atividades turísticas de Guimarães, é justamente a cultura local e sua história de formação que atrai turistas e pesquisadores em busca de conhecer o município onde viveram pessoas ilustres como Maria Firmina dos Reis e, também, pelos atrativos naturais, já que o município tem muitos “banhos”, como são conhecidos os rios e lagos encontrados ao longo de visitas técnicas, por exemplo, e que estão inseridos no inventário da oferta turística de Guimarães.

5.6 Instituições parceiras na formação profissional em Guimarães

Uma das primeiras parcerias firmadas foi com o SEBRAE, para levar para a comunidades Damásio o curso de Condutores de Turismo Comunitário, ministrada em 2021, levou uma capacitação para moradores do Povoado Damásio (Figura 25), sendo este muito conhecidos por suas atividades turísticas e pela procura para visitação.

Figura 25 – Curso de promoção e capacitação de condutores de Turismo Comunitário



Fonte: Guimarães (2021)

Ainda em se tratando de qualificação profissional dentro do Turismo, a Secretaria firmou parceria com SENAR, a fim de levar para as comunidades mais cursos que, dessa vez explorasse os conhecimentos dos artesãos das comunidades quilombolas, com o intuito de que os mesmos pudessem ampliar sua produção de artesanato e, assim, gerar produtos que pudessem ser ofertados aos visitantes sejam locais ou não.

As parcerias que levaram qualificação profissional para as comunidades ofertaram bons cursos, mediante a necessidade das comunidades que já trabalhava com artesanato, mas que necessitava de mais conhecimentos até por se tratar de um artesanato em que utiliza insumos tirados da própria natureza para a transformação em produtos. A partir dessa análise, a secretaria mais uma vez entrou em contato com o parceiro SENAR, através do seu mobilizador local, Sr. Floriano Coimbra Magalhães Júnio, que gentilmente enviou cursos para atender à demanda de interessados, como os cursos de Artesanato em Fibras de Buriti, conforme a figura 26.

Figura 26 - Curso de artesanato em Fibra de Buriti, no quilombo Damásio



Fonte: Guimarães (2022).

Essas capacitações foram abraçadas pelas comunidades por onde foram ministradas, como uma oportunidade de ampliar a renda dentro de seus próprios povoados. Como foi dito em uma das visitas em que houve a observação participante, onde uma moradora diz ter feito o curso e aumentou o conhecimento dela em relação ao que fazer com a fibra do buriti (*Mauritia flexuosa*) e como trabalhar com esse tipo

de material, sendo a região muito rica nesse tipo de palmeira.

Uma outra ação muito interessante, foi a gerada a partir da parceria entre a secretaria de Cultura e Turismo com a secretaria de Educação, com a Agência de Turismo Via Mundo (São Luís) e a Agência *EduQuality* (Argentina), que criaram o programa de intercâmbio intitulado de Bolsa de Intercâmbio Maria Firmina dos Reis (Figura 27) que iria ofertar bolsas de intercâmbio para alunos de ensino médio, das escolas localizadas nos povoados, mas que devido à pandemia foi suspenso temporariamente e tende a ser implementado nesse segundo semestre de 2023.

Figura 27 – Projeto Bolsa de Intercâmbio Maria Firmina dos Reis



Fonte: Via Mundo (2021).

Segundo o secretário Antonio Marcos, a ideia era escolher jovens estudantes das comunidades, devidamente matriculados em escolas da rede pública, para concorrer a bolsas que levariam os contemplados para um intercâmbio na Argentina, onde vivenciaram a experiência turística e aprenderiam um outro idioma, de forma a contribuir para sua formação profissional no futuro.

Esses cursos tinham como objetivo qualificar moradores dos povoados onde a atividade turística existe, na intenção de que os mesmos possam ter o turismo como atividade que gere renda para todos e que possa desenvolver também a comunidade, já que Lombardi (2020) afirma que “o fenômeno da qualificação profissional na atualidade diz respeito a um processo que tem como objetivos trabalho e/ou emprego – seja na inserção de indivíduos desempregados ou no

desenvolvimento de habilidades dos empregados” (Lombardi, 2020, p. 97), e que seus próprios moradores sejam multiplicadores de conhecimento e sirvam de exemplo para outras comunidades da região para que estes possam desenvolver suas próprias habilidades e dar continuidade ao processo de aprendizado sobre a temática e que possam transmitir para gerações futuras a importância da prática do turismo.

Assim, vemos a qualificação profissional como uma importante ação pública no processo de transformação das comunidades no que diz respeito à promoção do turismo local e que o inventário da oferta turística auxiliou a gestão pública local no reconhecimento dessas comunidades, de suas necessidades e mostrou à gestão um “antes” dos espaços considerados turísticos e um “depois” nos pós pandemia para que se pudesse avaliar as condições de infraestrutura e lazer que os atrativos se encontravam.

Apesar do inventário da oferta turística ter sido usado na pesquisa e identificação dos territórios turísticos vimarenses a fim de observar seus problemas, buscar soluções e implementar ações e projetos que dessem uma outra visão à prática turística no município, desde sua entrega à gestão pública local e depois de ter atravessado a pandemia, ele ainda não foi atualizado. O que se sabe é que sua atualização é de suma importância para o desenvolvimento e promoção do turismo local e além disso, a partir da pesquisa nesse mesmo inventário, surgiram as ideias em promover a qualificação profissional no município, através das parcerias que foram de uma importância para a construção de um diálogo com as comunidades de forma a atender a todos de maneira geral e suas expectativas.

6 ANÁLISE E RESULTADOS

Como já foi visto no conteúdo dessa pesquisa, a pandemia do COVID-19 trouxe grandes dificuldades para a execução de atividades turísticas no mundo inteiro. Sendo o turismo uma atividade praticada mundialmente, vários setores ligados ao mesmo sentiram os prejuízos causados pela escassez de turistas e pelo isolamento social em seus destinos turísticos.

O mundo inteiro se viu diante duma crise sanitária que afetou não só as viagens, mas que gerou uma intensa crise financeira com a perda de renda e de oferta de produtos e serviços. Se nos grandes destinos foi assim, em Guimarães (MA) não seria diferente por se tratar de um destino turístico, com atrativos naturais e histórico-culturais, mesmo que não tenha os mesmos parâmetros financeiros e sociais que os grandes destinos no que tange diz respeito a receber turistas, ou seja, mesmo que não possua a mesma quantidade de visitas que outros destinos maiores.

A princípio a ideia seria investigar como o inventário da oferta turística seria útil para a criação de políticas públicas de turismo, mas o início da pesquisa se deu no mesmo momento da pandemia do COVID-19, onde ocorria o isolamento social e o turismo estava em queda por todo o planeta. Em se tratando de pandemia, a ordem era evitar viagens e contato entre pessoas, a fim de diminuir a infecção.

O objetivo deste trabalho era entender como a gestão pública do município se comporta em relação ao turismo e, de posse do inventário da oferta turística, como são tomadas as decisões no que diz respeito a criação de políticas públicas de turismo para o município de Guimarães, Maranhão. A partir desse objetivo geral, foi possível constituir os objetivos específicos que pudessem responder aos questionamentos acerca da temática.

O primeiro objetivo específico foi avaliar o processo de inventariação da oferta turística para, assim, conhecer toda matriz de atratividade que fazia parte do documento final da inventariação. O que se observou foi que muitos desses atrativos, não estavam, na época da pesquisa, adequados para visita, ou seja, devido à pandemia, muitos estavam em péssimas condições de uso, faltando políticas de reforma e conservação dos locais. Alguns dos empresários ou microempresários que tinham esses locais como fonte de renda com bares e restaurantes localizados nesses atrativos, tiveram que fechar suas portas devido ao isolamento social e com o intuito de barrar a proliferação do vírus do COVID-19.

No que diz respeito à identificação dos avanços da atividade turística no município, como já foi dito, o município como um todo ficou bem estagnado em suas atividades turísticas, o que levou a prejuízos financeiros a muitas pessoas que tinham o turismo como fonte de renda.

Diante de tamanha pandemia global, o município de Guimarães não criou nenhuma política pública de turismo nesse período, apenas seguiu as normas do Ministério da Saúde, de acordo com o que a Organização Mundial da Saúde determinava. Assim, o inventário da oferta turística não foi utilizado na elaboração de políticas públicas de turismo, até porque não houve nenhuma política pública de turismo criada pela gestão municipal. O que se viu foi somente ações que se deram após a diminuição dos casos de infecção e que essas ações pudessem amenizar a perda financeira em alguns atrativos turísticos e, assim, dar reinício às atividades de turismo.

Neste capítulo, faremos uma análise das informações coletadas, bem como as observações realizadas durante a pesquisa empírica. Assim, todas as informações obtidas durante a pesquisa serão apresentadas aqui como forma de responder às perguntas da investigação. A organização dos dados coletados se deu de forma temática para que fosse assimilado cada capítulo. Assim, a ordem foi a seguinte: história, inventariação e políticas públicas.

6.1 História

A pesquisa se iniciou com a busca pela historicidade do município de Guimarães, a fim de compreender sua formação política e social, baseada nas grandes fazendas que se expandiram economicamente, tendo como principal a Fazenda Guarapiranga, de propriedade do Sr. José Bruno de Barros, a tornando a cidade muito próspera pelo cultivo da mandioca, em idos de 1755. Isso fez com que surgissem outros municípios desmembrados de Guimarães e que tomaram forma geopolítica a partir de suas emancipações (LATESE, 2016).

A partir de pesquisa em documentos, livros e bibliografias referentes ao município de Guimarães, foi possível saber a origem do município, sua composição política inicial entre outras informações que foram consideradas pertinentes à pesquisa.

6.2 Inventariação da oferta turística

A inventariação da oferta turística consiste em uma metodologia do Ministério do Turismo que visa coletar dados de uma região, a fim de catalogar seus atrativos, produtos e serviços que possam ser ofertados atendendo a uma demanda de visitação. Para isso, se faz necessário equipe composta por profissionais qualificados, aptos a realizar a coleta de informações, fotografar e entrevistar durante todo o processo.

Em Guimarães (MA), a inventariação ocorreu em 2019 antes da pandemia, o que levou a identificar o território turístico, através da elaboração e do planejamento da inventariação do município feita a partir da parceria entre o Grupo de Pesquisa Turismo, Cidades e Patrimônio, sob coordenação do Prof. Dr. Saulo Ribeiro dos Santos e a Prefeitura Municipal de Guimarães, representada pelo Sr. Antônio Marcos Gomes, secretário municipal de Cultura e Turismo, e, por fim, criar um documento final que constasse todos os atrativos, produtos e serviços do município.

6.3 Políticas Públicas

No quesito políticas públicas pouco pôde-se falar, devido a não serem encontradas políticas públicas de turismo elaboradas no município. Apesar da gestão estar de posse do inventário da oferta turística, o mesmo não foi nem utilizado, muito menos atualizado até o fechamento dessa pesquisa, o que leva a crer na desvalorização do documento por parte de alguns gestores. O próprio ministério não tem o inventário como um documento oficial para que os municípios adentrem o mapa brasileiro, pois, no cadastro, o documento se apresenta como opcional. Assim, a pesquisa sobre as políticas públicas de turismo geradas a partir do inventário da oferta turística se baseou em buscas no diário oficial do município, no portal da transparência e em documentos, onde se constatou a escassez de políticas voltadas à expansão do turismo no município.

Paralelo a isso, encontrou-se um esforço por parte do secretário, em parceria com lideranças comunitárias e outras parcerias, para retomar as atividades turísticas, aproveitando a diminuição de casos de infecção pelo vírus da COVID 19. A observação em foco sobre as reais necessidades de Guimarães para que o destino retomasse as atividades, se pautou nas condições em que os atrativos se

encontravam e sobre a mão de obra local, o que para Pinto e Moesch (2006).

Para isso, os destinos devem se preparar para bem receber essa nova demanda. Os turistas da pós-modernidade buscam o diferencial da localidade, algo que possa alimentar o seu imaginário. Portanto, é necessário que a localidade se organize de forma a privilegiar seus fatores de diversificação, suas tradições e costumes, seu patrimônio cultural e natural de acordo com as características singulares do local (Pinto; Moesch, 2006, p.5).

A exemplo disso, verificou -se que os moradores das comunidades como Damásio, Cumum entre outras conheciam os atrativos naturais de suas comunidades, mas não tinham qualificação apropriada para cada atividade. Foi observado o grande conhecimento dos moradores da comunidade com o local em que viviam e a similaridade em que tinham com o meio ambiente no que tange em conhecer trilhas e caminhos que levassem até os atrativos naturais.

Assim, entende-se “o trabalho como uma relação estabelecida entre homem e natureza, onde todo seu processo se torna possível à medida em que o homem interage, se apropria e transforma o meio que está inserido” (Silva, 2014, p. 41). Para que haja entendimento acerca dessa temática, a qualificação profissional se torna imprescindível a partir do momento em que os empreendimentos turísticos se otimizam e carecem de mão de obra especializada. A exemplo disso, foi a comunidade quilombola do Damásio que, a partir do fluxo de visitantes, precisava qualificar condutores em atrativos naturais. Daí, surgiu a parceria entre a secretaria de Turismo de Guimarães e instituições como o SEBRAE e o SENAR, para, em 2021, iniciar a retomada das atividades turísticas com oficinas e cursos voltados a esse ramo do turismo.

7 ANÁLISE DOS DADOS

A pesquisa se concentrou na coleta de dados que pudessem apresentar informações coerentes com a temática da investigação. Assim, a busca por documentos, livros, resultados de pesquisas foi de sum importância para compor este trabalho.

A primeira informação encontrada foi a de que o inventário da oferta turística de Guimarães não havia sido atualizado, devido à pandemia e a outros fatores como falta de mão de obra especializada para realizar essa atualização. Um outro fator importante observado, foi a falta de uso do inventário pela gestão pública como ferramenta para tomada decisões.

Apesar de ser um documento detentor da matriz de atratividade de todo o município e também da oferta de produtos e serviços turísticos, após a diminuição dos casos de COVID -19, não foi atualizado para que houvesse uma contagem de quantos empreendimento haviam encerrado suas atividades e nem quais foram esses empreendimentos prejudicados.

Um outro fator importante detectado em Guimarães, foi o fato de não haver dados de visitação tabulados, ou seja, não há uma contagem mensal da quantidade de visitantes que o município recebe. Esses dados serviriam para saber quem são os turistas que visitam o destino, de onde vem, por fim, traçaria um perfil de quem seriam os visitantes. Infelizmente, o município não possui esse observatório para coleta desse tipo de dado, o que deixa uma lacuna em aberto, já que os serviços turísticos; os produtos e atrativos são considerados os mais visitados da região do litoral ocidental maranhense.

Quando proposto entrevistas com as pessoas que operavam o turismo na região, houve uma recusa devido a ser atividades realizadas de forma clandestina e temeram por exercer a atividade ilegalmente. Uma pesquisadora que se encontrava na cidade e preferiu ficar anônima, relatou que um desses “operadores” ofereceu uma viagem para Praia de Araoca, ida e volta, pelo preço de R\$ 450,00, o que levou a pesquisadora à recusa do serviço por achar o preço exorbitante. Entre esses e outros problemas encontrados, o município também vai de encontro com a falta de investimento no turismo, tanto do setor público, como do setor privado. Não havia investimentos para a promoção do turismo para inicia a retomada das atividades e incentivar os pequenos empreendimentos que haviam fechado, a dar continuidade em

seus negócios.

A busca pela coleta de dados para compor esta pesquisa, encontrou essas informações as quais foram pertinentes para que se formasse uma conclusão definitiva de que até aquele momento, o inventário da oferta turística, mesmo com todo o seu conteúdo rico em informações do destino, tanto sobre atrativos, como também, sobre cultura local e patrimônio, não estava tendo o uso para o qual ele havia sido concebido.

A participação em algumas reuniões da instância de governança foi tão somente para fazer um comparativo de quantos municípios membros da instância possuíam um inventário e se de posse do mesmo, em que tomada de decisão ele estaria sendo utilizado.

O que constatou foi que dos 10 (dez) municípios participantes do Polo Floresta dos Guarás, somente Apicum Açu, Mirinzal, Guimarães e Cururupu possuíam inventário da oferta turística e nenhum deles estava atualizado e muito menos sendo utilizado pelos gestores. A partir dessa observação, pode-se entender que, na verdade, possuir um inventário da oferta turística de um município não estava servindo como ferramenta para tomada de decisões, isto implica em dizer que o poder público perde muito na área do turismo, principalmente no quesito investimento, pois, esse documento detentor de informações importantes pode ser a ferramenta mais importante na promoção do turismo local, ou seja, o conhecimento de seus atrativos e suas potencialidades torna região propícia a trabalhar as atividades turísticas e assim, atrair não só turismo, mas também investimentos tanto do setor público, como do setor privado, este último se sentindo motivado a empreender em produtos e serviços.

Observou-se também que o inventário de Guimarães serviu unicamente para reconhecer os territórios onde era comum a prática do turismo, ou seja, os quilombos que recebiam visitaçaõ turística e que podiam se organizar para esse tipo de atividade e firmá-los como locais de atividade turística, pois o reconhecimento das potencialidades dos quilombos, tanto na cultura local, como nos atrativos naturais, faz com que o poder público saiba por onde começar a investir, e, isso é benéfico para os moradores que recebem serviços como infraestrutura em estradas de acesso, e nas cabeceiras dos rios a fim de deixá-los mais atrativos; em educação quando recebem cursos de qualificação e educação turística; serviços de saúde que são essenciais para qualquer comunidade, entre outros benefícios que são recebidos pelas

comunidades.

7.1 Contribuições para o conhecimento

A partir de tudo que foi pesquisado e observado, espera-se que o resultado dessa investigação seja utilizado para entender como as gestões públicas municipais se comportam em relação ao turismo como um todo. Mesmo de posse de importantes documentos como um inventário da oferta turística, documento este que contém a matriz de atratividade local, pouco tem utilidade para a administração pública. São poucos os municípios que promovem o turismo local com planejamento adequado a fim de que haja desenvolvimento local e que o turismo gere renda aos moradores e tributos para o erário municipal.

De um modo geral, municípios como Guimarães possuem também a cultura local que se destaca como representatividade e atrai visitantes que desejam conhecer os famosos sotaques da baixada que são representados pelo bumba meu boi.

Ainda que o turismo esteja avançando a cada dia e despontando como fonte de renda para uns e lazer para outros, os municípios ainda divergem no que investir. O inventário da oferta turística é uma importante ferramenta que precisa de atualização anual pra que sua matriz de atratividade não se perca com um tempo e torne necessário que seja feita uma nova inventariação que irá partir do ponto zero. A esse contexto, Fratucci e Moraes (2020) trazem como exemplo de uso do inventário e sua obrigatoriedade para um município obtenha sua certificação:

Em Minas Gerais, a apresentação do inventário da oferta turística atualizado de cada município componente do Circuito Turístico é um dos pré-requisitos para certificação. A certificação é dada pela Secretaria de Estado de Turismo e precisa ser renovada anualmente, garantindo a atualização dos dados (Fratucci; Moraes, 2020, p. 5).

Assim, o que se percebe é que em alguns estados brasileiros, as secretarias de turismo têm sua política em relação aos municípios e atratividades. Apesar de seguir as normas do Ministério do Turismo, os Estados são livres ainda para ter suas próprias normas.

7.2 Limitações e sugestões para pesquisas futura

Apesar da pesquisa ter se iniciado logo a seguir a uma pandemia global, houve limitações que não contribuíram para o aprofundamento da investigação. Como exemplo, cita-se a não atualização do inventário, o que impediu que se pudesse ter uma ideia da quantidade de estabelecimentos turísticos ainda funcionavam depois da pandemia, o que se tornou impossível de fazer essa tabulação de dados. Outro fator importante já citado foi a ausência de dados sobre os meios de hospedagem que desse uma ideia da quantidade de turistas antes e depois da pandemia, para que se tivesse um panorama da quantidade de pessoas visitavam o destino.

A recusa de moradores e operadores de turismo em dar entrevistas, os primeiros porque não se sentiam bem em falar sobre turismo devido a já ter participado de pesquisas e e que esses pesquisadores nunca voltaram para dar um *feedback* para a comunidade, isso fez com as pessoas se sintam vulneráveis com seus dados e informações sem saber para que foram usados. A partir dessa recusa a pesquisa se tornou uma observação “quase” participante, onde a pesquisadora passou a visitar as localidades com mais frequência e obter informações em conversas informais. O segundo grupo citado, operadores se recusaram a falar por praticarem a atividade de maneira irregular: alguns nem sequer tinham Carteira Nacional de Habilitação (CNH). Enfim, se tratando de metodologia, todo um cronograma criado para ser executado, não pode ser viavelmente posto em prática.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Falar do turismo como uma atividade que gera renda, não é fácil, pois a cada dia ele se renova a fim de proporcionar experiências incríveis tanto ao turista, como também ao agente que utiliza de todas as formas proporcionar uma vivência diferenciada a cada um que o procura. Em se tratando de oferta de produtos e serviços, o turismo se reinventa a cada dia, isso faz com que a prática turística seja considerada uma procura minuciosa pela excelência em seu mercado. Para que haja um processo que possa preparar o turismo para essa estratégia e que a região a ser ofertada esteja preparada, se faz necessário um planejamento estratégico onde a gestão pública local, a iniciativa privada (*trade*) e, principalmente a comunidade, possam dialogar e se preparar para as atividades turísticas.

Para isso, a primeira coisa a ser trabalhada é a matriz de atratividade local, onde são reconhecidos os atrativos naturais, culturais, históricos e patrimoniais. Os atrativos naturais devem ser observados desde seu estado de preservação e se há a possibilidade de receber visitas, tendo em vista ser um ambiente natural e protegido seja pela mão da lei, ou pela comunidade residente nas adjacências.

Os atrativos culturais, patrimoniais e históricos fazem parte de um acervo único da cidade e, também precisam estar em perfeitas condições de apresentação ao público visitante. Isso se faz em comum acordo com a comunidade local e as leis de conservação que corroboram para que sejam apresentáveis ao turismo.

A pesquisa sobre a temática Inventariação da Oferta Turística surgiu após a entrega do inventário da oferta turística do município de Guimarães, e surgindo uma pergunta: e agora? Como a gestão pública, melhor dizendo, a secretaria municipal de turismo de Guimarães utilizaria esse inventário? Seria na geração de políticas públicas de turismo que avançasse no planejamento turístico do município? Essas foram indagações que permearam a pesquisa durante toda jornada.

Ao longo da pesquisa foi possível observar fatos interessantes que barraram alguns aspectos do cronograma desta investigação, como, por exemplo, a falta de dados sobre visitas, tipo ocupação hoteleira, que desse um panorama sobre as taxas de ocupações e visitações no município. Ao todo foram realizadas 7 visitas técnicas para a realização da pesquisa de campo para que fosse realizado um comparativo dos avanços em ações de turismo. De posse desses dados, seria possível fazer um comparativo do antes e depois da pandemia e assim ter um dado

preciso da queda na atividade turística no município. Outra observação muito importante e considerada crucial para a pesquisa foi o fato de o inventário em 2021 ainda não ter sido atualizado, o que deixou algumas frustrações devido a não poder ter sido realizada essa atualização com informações importantes.

Segundo informações, a atualização não pode ser feita, devido a vários fatores, entre eles a falta de mão de obra especializada para realizar a atualização. Também foi citado a pandemia como um dos motivos de não ter sido feita a atualização, mas mediante essa infecção respiratória a nível global, ficou difícil ser realizado um *up grade* no inventário e, assim, torná-lo utilizável.

Assim, constatou-se que mesmo sem estar atualizado, o inventário não foi usado pra gerar nenhuma política pública no município de Guimarães. Como ferramenta detentora de informações importantes do destino turístico, não teve utilização para tomada de decisões. Em um outro ponto foi observado que esse aspecto não se aplicava somente a Guimarães e que o inventário da oferta turística quase não tem utilidade para outros municípios que o detém. Portanto, esse trabalho visa que a gestão pública não só de Guimarães, mas de outros municípios possam entender o verdadeiro propósito de ter um inventário da oferta turística local, uma vez que o mesmo detém a matriz de atratividade regional com fins de que se possa saber exatamente onde agir no que tange as soluções que visem o planejamento e desenvolvimento das atividades turísticas locais.

Observou-se também se tratar de uma mera formalidade para adentrar ao Mapa Brasileiro do Turismo e que mesmo assim, ainda é um documento considerado pelo Ministério do Turismo como opcional, ou seja, o município não é obrigado a apresentar.

É de suma impotência que o município acompanhe os avanços do turismo para que possa destacar seus atrativos e seus serviços ofertados. A investigação sobre as políticas públicas de turismo em um município como Guimarães, traz à tona a necessidade de uma visão mais ampla sobre o turismo por parte de gestores municipais, devido à infraestrutura em alguns locais ainda serem precárias e não estarem preparadas para receber o turista.

Assim, após o encerramento da pesquisa, houve algumas mudanças no que tange a retomada das atividades no destino Guimarães, mas ainda falta muita coisa para que seja efetivamente um destino turístico completamente pronto para receber visitas, por enquanto, a gestão local busca de todas as formas tornar a

cidade preparada o máximo possível para receber o turismo de braços abertos.

REFERÊNCIAS

- ABREU, M.; GOMES, B.; GIANNINI, N.; SOUZA, S. Políticas públicas de turismo y de cultura en Brasil: un análisis comparado de planos de la esfera nacional, regional y municipal. **ROTUR: Revista De Ocio Y Turismo**, 2019, v. 13, n.2, p. 57-67.
- AGÊNCIA BRASIL. **Radar do Turismo**: informação estratégica do turismo no Brasil. 2022. Disponível em: https://www.gov.br/turismo/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/observatorio/radar-do-turismo/BoletimRadardoTurismoA1N2_c.pdf. Acesso em: 15 maio 2023.
- ALVES, F. G.; COSTA, H.S.; PERINOTTO, A. R. C. Instagram como ferramenta para fidelização de clientes: Fotografia, Redes Sociais e Turismo. **Marketing & Tourism Review**, v. 2, n. 2, p. 1-21, 2017.
- ALVES, Francineuma Gomes; COSTA, Hugo Sampaio; PERINOTTO, André Riani Costa. Instagram como ferramenta para fidelização de clientes: Fotografia, Redes Sociais e Turismo. **Marketing & Tourism Review**, v. 2, n. 2, p. 1-21, 2017.
- ANDERSON, J. E. **Public Policy making. Boston**: Wadsworth, Cenagage Learning, 2011.
- BARBOSA, F. F. O turismo como um fator de desenvolvimento local e/ou regional. **Caminhos de Geografia**, v. 6, n. 14, p. 107-114, 2005.
- BENI, M. C. **Análise estrutural do turismo**. São Paulo: Senac, 2019.
- BENI, M.C. Com a palavra: Professor Dr. ° Mario Carlos Beni. **Cenário**: Revista Interdisciplinar em Turismo e Território, v. 8, n. 15, p. 1-6, 2020a.
- BENI, M. C. Saturação e rejeição ao turismo nas destinações turísticas. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**, v. 14, p. 1-8, 2020b.
- BENI, M. C. Política e Planejamento Estratégico no Desenvolvimento Sustentável do Turismo. **Turismo e Análise**, v.17, n.1, p 5-22, maio, 2006.
- BENI, M. C. **Turismo**: planejamento estratégico e capacidade de gestão - desenvolvimento regional, rede de produção e clusters. Barueri: Manole, 2012.
- BONAVIDES, P. **Ciência Política**. 3. ed. São Paulo: Malheiros Editores Limitados. São Paulo, SP, 1976.
- BRANDÃO, C. R. A pesquisa participante e a participação da pesquisa: um olhar entre tempos e espaços a partir da América Latina. In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues; STRECK, Danilo Romeu (Orgs.). **Pesquisa participante**: a partilha do saber. Aparecida-SP: Ideais & Letras, 2006, p. 09-10.
- BRASIL. Inventário da Oferta Turística. 2022. In: **Ministério do Turismo**. 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/turismo/pt-br/centrais-de-conteudo-publicacoes/inventario-da-oferta-turistica>. Acesso em 23 mar 2023.

BRASIL. Ministério da Economia. **Programa de Aceleração do Crescimento (PAC): 2º Balanço: janeiro a agosto de 2007**. Brasília: Ministério da Economia. 2007, p. 160. Disponível em: <https://bibliotecadigital.economia.gov.br/handle/777/345> . Acesso em 23 mar. 2023.

BRASIL. Ministério do Turismo (Mtur). **Estratégias Territoriais para o Desenvolvimento Turístico**. Brasília: Secretaria Nacional de Planejamento, Sustentabilidade e competitividade no Turismo. 2022. Disponível em: http://www.regionalizacao.turismo.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=88&Itemid=271. Acesso em: 23 maio. 2024.

BRASIL. Ministério Do Turismo. **Categorização dos Municípios das Regiões Turísticas do Mapa do Turismo Brasileiro**. 2016. Disponível em: https://www.gov.br/turismo/pt-br/centrais-de-conteudo-/publicacoes/programa-de-regionalizacao-do-turismo/programa-de-regionalizacao-do-turismo/perguntas_respostas_categorizacao_2016.pdf. Acesso em: 15 maio 2023.

BRASIL. Ministério do Turismo. **CATEGORIZAÇÃO DOS MUNICÍPIOS**. 2021. Disponível em: http://www.regionalizacao.turismo.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=88&Itemid=271. Acesso em: 26 maio 2024.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Mtur 20 anos: uma longa jornada ao lado do turismo nacional. E de olho no futuro!**. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/turismo/pt-br/assuntos/noticias/mtur-20-anos-uma-longa-jornada-ao-lado-do-turismo-nacional-e-de-olho-no-futuro>. Acesso em:20 maio 2024.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Portaria Mtur nº 41, de 24 de novembro DE 2021**. Disponível em: <https://www.gov.br/turismo/pt-br/centrais-de-conteudo-/publicacoes/atos-normativos-2/2021-1/portaria-mtur-no-41-de-24-de-novembro-de-2021#:~:text=Consolida%20e%20atualiza%20as%20normas,prazos%20para%20a%20composi%C3%A7%C3%A3o%20deste>. Acesso em: 23 maio 2023.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil**. Brasília, DF: Ministério da Economia, 2006, p. 38. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/233126/mod_resource/content/1/projInvtur.pdf#:~:text=O%20MTur%20entende%20que%20a,bachar%C3%A9is%20em%20turismo%20e%20hotelaria. Acesso em: 20 jun. 2024.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Programa de Regionalização do Turismo: Diretrizes**. Brasília, DF, 2013. Disponível em: http://www.turismo.gov.br/images/programas_acoes_home/PROGRAMA_DE_REGIONALIZACAO_DO_TURISMO_-_DIRETRIZES.pdf . Acesso em: 17 mar. 2023.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Programa de Regionalização: diretrizes**. Brasília, DF. 2013.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Projeto Inventário da Oferta Turística**. 2003-2007. Brasília, DF. Disponível em: <http://inventario.turismo.gov.br/invtur/downloads/projInvtur/projInvtur.pdf>. Acesso em:

11 out. 2020.

BRASIL. Subsídios cruzados são foco de novo estudo do Ministério da Economia. In: **Ministério da Economia**. 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/economia/pt-br/assuntos/noticias/2019/05/subsidios-cruzados-sao-foco-de-novo-estudo-do-ministerio-da-economia> . Acesso em: 23 mar 2023.

BRUSADIN, L. B. Estudo da avaliação do Programa Nacional de Municipalização do Turismo – PNMT na gestão do presidente Fernando Henrique Cardoso. **Revista Hospitalidade**, [S. l.], v. 2, n. 2, p. 87–112, 2005. Disponível em: <https://www.rev hospo.org/hospitalidade/article/view/223>. Acesso em: 1 jul. 2024.

CALDAS, A. L. Dialética e hermenêutica: uma questão de método. **GEOUSP Espaço e Tempo (Online)**, v. 1, n. 1, p. 23-29, 1997.

CARVALHO, G. L. **A Política de turismo no Estado de Goiás**: um estudo sobre as escalas institucionais de intervenção. 2015. 213 f. Tese (Doutorado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em Geografia, Departamento de Geografia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2015. Disponível em: https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/20286/1/2015_tese_glcarvalho.pdf. Acesso em: 15 maio 2024.

CARVALHO, K. D. O turismo rural como alternativa para o desenvolvimento das comunidades de Itamatatua e Santa Maria em Alcântara, Maranhão (Brasil). **Revista de Turismo Contemporâneo**, [S. l.], v. 6, n. 1, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/turismocontemporaneo/article/view/9769>. Acesso em: 4 jun. 2023.

CARVALHO, F. A. **Esquema da metodologia**. 2021.

COSTA, B. K. *et al.* Articulação de stakeholders e estratégias no setor turístico brasileiro: uma investigação em localidades. **Revista de Administração FACES Journal**, v. 15, n. 3, p. 8-26, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.21714/1984-6975faces2016v15n3art3078>. Acesso em: 01 jul. 2024.

DA SILVA, R. C. *et al.* A influência das emendas parlamentares sobre o orçamento público em turismo no Brasil. **Turismo-Visão e Ação**, v. 25, n. 2, p. 263-283, 2023.

DIAS, A. G. **Viagem pelo rio Amazonas** – Cartas do Mundus Alter. Brasília: Senado Federal, 2011. p.156. (Edições do Senado Federal; v. 151) Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/573989/000970220_Viagem_Rio_Amazonas.pdf. Acesso em: 23 mar 2023.

EMPRESA BRASILEIRA DE TURISMO (EMBRATUR). Identificação do Espaço Turístico Nacional. Rio De Janeiro: Embratur, 1979.

FERREIRA, P.; SCALCO, R.; FONSECA, V. M. O Inventário da Oferta Turística como Estratégia de Diálogo com a Comunidade: um Estudo de Caso sobre o Parque Nacional das Sempre-Vivas e seu Entorno. **Biodiversidade Brasileira**, v. 12, n. 3, p. 284-304, 2022.

FRATUCCI, A. C.; *et al.* Inventário da oferta turística: Reflexões teóricas para o planejamento e ordenamento do espaço turístico. **Caderno Virtual de Turismo**, v. 20, n. 1, 2020.

FRATUCCI, A. C. Os Lugares Turísticos: Territórios do Fenômeno Turístico. **GEOgraphia**, v.2, n.4, p.121-133, 2009. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/geographia/article/view/13390> Acesso em 15 out. 2023.

FRATUCCI, A. C.; MORAES, C. C. de A. Inventário da oferta turística: Reflexões teóricas para o planejamento e ordenamento do espaço turístico. **Caderno Virtual de Turismo**, v. 20, n. 1, 2020.

FREEMAN, R. E. **Strategic management: a stakeholder approach**. Marshfield: Pitman Publishing, 1984.

FREITAS, M. E. de. Contexto, políticas públicas e práticas empresariais no tratamento da diversidade no Brasil. **Revista Interdisciplinar de gestão social**, v. 4, n. 3, 2015.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. Editora Atlas SA, 2002.

GOGGIN, M. L. **Implementation theory and practice: toward a third generation**. Glenview, Ill. [u.a.]: Scott, Foresman/Little, Brown Higher Education, 1990.

GOODIN, R. E.; REIN, M.; MORAN, M. "Overview of Public Policy: The Public and Its Policies". En: Goodin, R. E. (coord.). *The Oxford Handbook of Political Science*. Oxford: Oxford University Press. 2009.

GOLDENBERG, M. **A arte de pesquisar: Como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais**. Rio de Janeiro: Record, 2005.

GOMES, B. M. A.; SILVA, V. J. da; SANTOS, A. C. dos. Políticas públicas de turismo: uma análise dos circuitos turísticos de Minas Gerais sob s concepção de cluster. **Revista Turismo em Análise**, v. 19, n. 2, p. 201-220, 2008.

GUIMARÃES (Prefeitura). **Diário Oficial do Município**. Ano II, n.56. jul. 2021. Disponível em: <https://www.guimaraes.diariooficial.app.br/storage/diariooficial/DECRETO%20COVID%2019.pdf>. Acesso em: 15 maio 2024.

GUIMARÃES (Prefeitura). Secretaria Municipal de Cultura e Turismo. 2021.

GUIMARÃES (Prefeitura). Secretaria Municipal de Cultura e Turismo. 2022

GUSMÃO, N. M. M. Socialização e recalque: a criança negra no rural. In: GUSMÃO, N. M. M. et al. (Org.). *Educação e diferenciação cultural. Índios e negros*. **Cadernos Cedex**, n. 32, p. 49-84, 1993.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Guimarães:**

histórias e fotos.2010. Disponível em:
<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ma/guimaraes/historico> Acesso em: 23 mar 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE TURISMO (EMBRATUR). **Inventário da Oferta Turística**: Metodologia. Brasília: EMBRATUR, 2001.

INSTITUTO MARANHENSE DE ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS E CARTOGRÁFICOS (IMESC). **Evolução política-administrativa do Estado do Maranhão**. São Luís: IMESC, 2010.

KAUCHAKJE, S. Instituições e Cultura: difusão e modelagem internacional da política pública brasileira de combate à pobreza. **Ciências Sociais Unisinos**, 2013, v. 49, n. 2, p. 135-144.

KNAFOU, R. Turismo e Território. Por uma abordagem científica do turismo. In: RODRIGUES, Adyr A. B. (org.). **Turismo e Geografia**. Reflexões teóricas e enfoques regionais. São Paulo: HUCITEC, 1996, p.62-74.

LABORATÓRIO DE ANÁLISE TERRITORIAL E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS (LATESE), 2016.

LOMBARDI, J. C. A qualificação profissional no Brasil e as estratégias do Banco Mundial: reflexões sobre os anos 1990. **Revista Brasileira de Educação**, n. 14, p. 82-98, jan./abr. 2000.

MARANHÃO. Secretaria de Estado de Turismo. **Setur-MA alerta municípios para prazo de renovação de cadastro no Mapa do Turismo Brasileiro**. Disponível em: https://www.ma.gov.br/noticias/setur-ma-alerta-municipios-para-prazo-de-renovacao-de-cadastro-no-mapa-do-turismo-brasileiro?_gl=1*1nrl6ih*_ga*MTY0NDk5MjcwMi4xNzIzNTUwODg4*_ga_43WSLQF7SQ*MTcyNTE0ODE4My4zLjEuMTcyNTE0ODI1NS41MC4wLjA. Acesso em: 20 maio 2024.

MARTINS, L. M.; *et al.* O protagonismo da comunidade no Planejamento Turístico Participativo. *In: Turismo em foco*, vol II. Ed. Poisson, 1. ed. Belo Horizonte - MG, 2019.

MEDEIROS, V. Movimentação turística mundial cresce 7% em 2018. 2018. In: **Hoteliers News**. 2018. Disponível em: <https://www.hoteliernews.com.br/omt-movimentacao-turistica-mundial-cresce-7-em-2018/>. Acesso em 23 maio 2024.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. São Paulo: Hucitec; Rio de Janeiro: Abrasco, 1999.

MOLINA, S.; RODRÍGUEZ, S. **Planejamento Integral do Turismo**: um enfoque para a América Latina. Tradução de Carlos Valero. Bauru, SP:EDUSC,2001. p.176.

MORAES, Claudia Corrêa de Almeida; FOGAÇA, Isabela Fátima; SOARES, Carlos Alberto Lidízia. Inventário turístico: Constatações e considerações. **Caderno Virtual de Turismo**, v. 20, n. 1, 2020.

OLIVEIRA, Murilo de Alencar Souza; ROSSETTO, Adriana Marques. Políticas públicas para o turismo sustentável no Brasil-evolução e perspectivas de crescimento para o setor. **Turismo: Visão e Ação**, v. 15, n. 3, p. 322-339, 2013.

OLIVEIRA, P. **Recontando a História de Guimarães**. São Luís: Editora Aquarela. 2014.

PERINOTTO, A. R. C. *et al.* O espaço turístico de Parnaíba-PI nas fotografias on-line: um estudo na rede social Instagram. **Revista Acadêmica Observatório de Inovação do Turismo**, v. 1, n. 14, p. 1-22, 2020.

PIMENTEL, J.A.; *et al.* Turismo em áreas protegidas: o desafio da sustentabilidade frente ao avanço da especulação imobiliária e da massificação turística. **Caderno Virtual de Turismo**, v. 22, n. 1, p. 1-15, 2022. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/turismo/article/view/63452>. Acesso em: 16 set. 2023.

PINTO, D. B.; MOESCH, M.M. Inventariação Turística: por um modelo de superação metodológica. **Anais do IV SemintUR–Seminário de Pesquisa em Turismo do MERCOSUL**, 2006. p. 7-8.

PORTAL G1. **Turismo mundial sofre queda de 70% em 2020 devido à pandemia de Covid-19**. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/turismo-e-viagem/noticia/2020/10/27/turismo-mundial-sofre-queda-de-70-em-2020-devido-a-pandemia-de-covid-19.ghtml>. Acesso em: 23 jun. 2023.

QUEIROZ, R. B. **Formação e Gestão de Políticas Públicas**. 1.ed. Curitiba- PR: Intersaberes, 2012 (Série Gestão Pública).

RABAHY, W. A. **O Turista internacional no Brasil**. **Revista Dados e Informações**. 1.ed., BrasíliaDF: Subsecretaria de Gestão Estratégica. 2019. Disponível em: https://www.gov.br/turismo/pt-br/acesso-a-informacao/acoesprogramas/observatorio/revistas/Revista_Dados_e_Informacoes_A01E01CGDISGESEDIVULGACAO_compressed.pdf. Acesso em: 24 maio. 2024.

RESENDE, V. Abordagem teórico-metodológica para análise interdiscursiva de políticas públicas. In: **Congresso Ibero-americano de Investigação Qualitativa**, 2017. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/322831309_Abordagem_teorico-metodologica_para_analise_interdiscursiva_de_politicas_publicas. Acesso em: 14 jun. 2024.

RODRIGUES, A. B. Geografia e Turismo-notas introdutórias. **Revista do Departamento de Geografia**, v. 6, p. 71-82, 1992.

SANTOS, M. A. **Natureza do Espaço**: Técnica e Tempo, Razão e Emoção. 4. ed. 2. reimpr. São Paulo: Editora da USP, 2006. (Coleção Milton Santos; 1).

SANTOS, M. **O Espaço do Cidadão**. 7. ed., 3 reimpr. São Paulo: Edusp, 2020.

SANTOS, M. **Território e Sociedade**: Entrevistas. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004. p. 229.

SANTOS, S. R. dos; LEITE, Â. R. L (Orgs). Inventário da oferta turística do município de Guimarães (Maranhão): ano 2020. São Luís: EDUFMA, 2020.

SILVA, A. M. dos S. **Turismo e qualificação profissional** - as experiências vivenciadas entre os integrantes da Associação de Condutores de Ecoturismo de Ilha Grande – Piauí - Brasil. Dissertação (mestrado), Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira. Fortaleza, 2014, 110f.

SOUZA, C. Coordenação de políticas públicas. 2018.

TASSO, J.P.F.; *et al.* Reincorporação da Ética às Políticas Públicas de Turismo: uma necessária reflexão no combate às consequências do Covid-19. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**, v. 15, n. 1, p. 2141, 2021.

TOMAZONI, E. L. Educação profissional em turismo: cria-se mercado pela formação?. **Revista Turismo em análise**, v. 18, n. 2, p. 197-219, 2007.

TRENTIN, F.; *et al.* Gestão pública em turismo: coordenação e comunicação no processo de inventário da oferta turística. **Caderno Virtual de Turismo**, v. 20, n. 1, 2020.

TRENTIN, F.; FRATUCCI, A. C. National policy of tourism in Brazil: From municipalisation to regionalization. **Tourism & Management Studies**, 839-848. <https://tmstudies.net/index.php/ectms/article/view/248>.

ANEXO

ANEXO A – DIÁRIO OFICIAL DE GUIMARÃES



SUMÁRIO

PODER EXECUTIVO.....	1
DECRETO.....	1

DECRETO Nº 74/2021

"Prorroga os prazos e horários do Decreto nº 73/2021 e dá outras providências"

CONSIDERANDO que, nos termos dos arts. 196 e 197 da Constituição Federal, a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos;

CONSIDERANDO que, por meio da Portaria nº 188, de 03 de fevereiro de 2020, o Ministério da Saúde declarou Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional, em decorrência da Infecção Humana pelo novo Coronavírus, e que, em 11 de março de 2020, a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou o estado de pandemia de COVID-19, o que exige esforço conjunto de todo o Sistema Único de Saúde para identificação da etiologia dessas ocorrências, bem como a adoção de medidas proporcionais e restritas aos riscos;

CONSIDERANDO que por meio do Decreto Estadual nº 35.672, de 19 de março de 2020, foi declarado estado de calamidade pública no Estado do Maranhão, em especial, em razão dos casos de contaminação pela COVID-19 (COBRADE 1.5.1.1.0 - Doença Infecciosa Viral), o qual foi reconhecido pela Assembleia Legislativa por meio do Decreto Legislativo nº 498, de 24 de março de 2020, e

reiterado pelo Decreto Estadual nº 35.742, de 17 de abril de 2020, pelo Decreto Estadual nº 35.831, de 20 de maio de 2020, pelo Decreto Estadual nº 36.203, de 30 de setembro de 2020, e pelo Decreto Estadual nº 36.264, de 14 de outubro de 2020;

CONSIDERANDO o atual momento da pandemia, com indicadores crescentes em todo o país, inclusive com casos comprovados de nova variante, com potencial possivelmente mais elevado de transmissibilidade;

CONSIDERANDO os limites de fornecimento de insumos e de contratações de equipes médicas, para ampliação de unidades de internação hospitalar, destinadas a suprir o aumento exponencial de pacientes infectados pela COVID-19 no Estado do Maranhão e também na Região da Floresta dos Guarás;

CONSIDERANDO a necessidade de avaliação diária dos casos de infecção por COVID-19, dos indicadores epidemiológicos e do perfil da população atingida, visando à definição de medidas proporcionais ao objetivo de prevenção;

DECRETA

Artigo 1º - O artigo 1º do decreto 72/2021 de 28 de maio de 2021 passa a vigorar com o seguinte texto:

Artigo 1º - Em virtude da expansão das cepas das variantes no território vimarense, serão adotadas a partir das 00h00 do dia 01 de julho as 23h59 min do dia 15 de julho de 2021, as seguintes medidas sanitárias destinadas à contenção do Coronavírus (SARS-CoV-2) estabelecidas neste Decreto as

QUINTA - FEIRA • 01 DE JULHO DE 2021 • GUIMARÃES – DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO - PODER EXECUTIVO

quais têm por objetivo a preservação da vida e a promoção da saúde pública:

I -;

II - Os bares, restaurantes e congêneres poderão funcionar de segunda-feira a quinta-feira até as 21h00 e de sexta - feira a domingo somente até as 18h00, com no máximo 50% da capacidade de público presente, após esses horários em sistema delivery;

Artigo 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

REGISTRE - SE, PUBLIQUE -SE, CUMPRA - SE

GABINETE DO PREFEITO DE GUIMARÃES (MA), AO 01 DIA DO MÊS DE JULHO DE DOIS MIL E VINTE E UM.

Oswaldo Luis Gomes
Prefeito municipal

Olavo Antônio Cardoso Guimarães
Secretário Municipal de Saúde

Estado do Maranhão
Município de Guimarães

DIÁRIO OFICIAL
Caderno Geral do Poder Executivo

Chefia de Gabinete
Coordenação do Diário Oficial do Município - DOM
Rua Dr Urbano Santos, nº 214, Centro - CEP 65.255-000
edom@guimaraes.ma.gov.br

Oswaldo Luís Gomes
Prefeito

Marilton Fonseca Avelar
Coordenação do e-DOM

NORMAS DE PUBLICAÇÃO

As elaborar o seu texto para publicação no Diário Oficial Eletrônico, observe atentamente as instruções abaixo:

- a) Edição dos textos enviados a Diário por email;
- b) Medida da página – 17cm de largura e 25cm de altura;
- c) Editor de texto padrão: Word for Windows - Versão 6 ou Superior;
- d) Tipo de fonte: Times New Roman;
- e) Tamanho da letra: 9;
- f) Entrelinhas simples;
- g) Excluir linhas em branco;
- h) Tabelas/quadrados sem linhas de grade ou molduras;
- i) Havendo erro na publicação, o usuário poderá manifestar reclamação por escrito até 30 dias após a circulação do Diário Oficial Eletrônico;
- j) Se o erro for proveniente de falha do setor de publicação, a matéria será republicada sem ônus para o cliente, em caso de erro proveniente do email enviado, o ônus da notificação ficará a cargo do cliente;
- k) As matérias que não atenderem as exigências acima serão devolvidas.

Informações: (98) 985700051